

Geopolítica da Rússia Contemporânea



Aleksandr Dugin

Geopolítica da Rússia Contemporânea

por

Aleksandr Dugin



IAEGCA

Instituto de Altos Estudos em Geopolítica
& Ciências Auxiliares

Lisboa, 2016

www.geopol.com.pt

Título Original:

Last War of the World-Island - The Geopolitics of Contemporary Russia

Esta Edição:

Geopolítica da Rússia Contemporânea

Autor:

Aleksandr Dugin

Direitos Reservados:

© Aleksandr Dugin, 2012

Edição Inglesa © Arktos Media Ltd., 2015

www.arktos.com

Brasil © Uversita, 2014

Portugal © IAEGCA, 2016

Excepto entrevista adicional:

© Fort Russ, Outubro de 2015
<http://fortruss.blogspot.pt>
© Novorossiya, 20 de Outubro de 2015
<http://www.novorosinform.org>

Esta tradução tem por base a edição inglesa publicada pela Arktos Media Ltd.; Londres, 2015.

Tradução:
Flávio Gonçalves
João Franco

Paginação e Revisão:
Nuno Afonso

Capa:
Álvaro Fernandes

Fotografia de capa:
D. Myles Cullen

Impresso na União Europeia
Impresso, simultaneamente, nos Estados Unidos da América

Geopolítica da Rússia Contemporânea

por

Aleksandr Dugin



IAEGCA

Instituto de Altos Estudos em Geopolítica
& Ciências Auxiliares

Colecção:

Geopolítica & Relações Internacionais

Volume 3

Colecção Geopolítica & Relações Internacionais:

- 1- *Teoria do Mundo Multipolar* - Aleksandr Dugin
- 2- *GERMANIA, Geohistória da Europa Central* - Nuno Morgado
- 3- *A Geopolítica da Rússia Contemporânea* - Aleksandr Dugin

No prelo:

- 4- *Linhas Geopolíticas da República Popular da China* - João Franco

ÍNDICE

Capítulo 1

Para a Geopolítica do Futuro da Rússia

As problemáticas teóricas da criação de uma geopolítica russa de pleno direito

A percepção geopolítica

Heartland

A Rússia como “uma civilização da Terra”

A continuidade geopolítica da Federação Russa

A Federação Russa e o mapa geopolítico do mundo

Capítulo 2

A Geopolítica da URSS

Antecedentes geopolíticos da revolução de 1917

A geopolítica da Guerra Civil

O equilíbrio geopolítico das potências do mundo de Versalhes

A geopolítica e a sociologia dos primórdios _____ do período de Estaline

A geopolítica da Grande Guerra Patriótica

As consequências geopolíticas da Grande Guerra Patriótica

A geopolítica do Mundo de Ialta e da Guerra Fria

O Mundo de Ialta após a morte de Estaline

As teorias da convergência e o globalismo

A geopolítica da Perestroika

O significado geopolítico do colapso da URSS

Capítulo 3

A Geopolítica da Rússia de Iéltsin e o seu Significado Sociológico

A grande perda de Roma: a visão de G.K. Chesterton

A primeira fase do colapso: o enfraquecimento da influência soviética sobre o movimento esquerdista global

A segunda fase do colapso: o fim do Pacto de Varsóvia

A terceira fase do colapso: O Comité Estatal de Emergência e o fim da URSS

Beloveszhskaya pushcha

O momento unipolar

A geopolítica do mundo unipolar: Centro-Periferia

A geopolítica dos neo-conservadores

A Doutrina Kozyrev

Os contornos do colapso da Rússia

O estabelecimento de uma escola de geopolítica russa [Russkii]

A geopolítica da crise política de Outubro de 1993

A mudança dos pontos de vista de Iéltsin depois do conflito com o Parlamento

A Primeira Campanha Chechena

Os resultados geopolíticos da administração Iéltsin

Capítulo 4

A Geopolítica dos anos 2000

O fenómeno Putin

A estrutura dos pólos de força na Chechénia em 1996-1999

A geopolítica do Islão

A explosão de casas em Moscovo, a incursão no Daguestão, e a chegada de Putin ao poder

A Segunda Campanha Chechena

O significado geopolítico das reformas de Putin

11 de Setembro: consequências geopolíticas e a reacção de Putin

O Eixo Paris-Berlim-Moscovo

A rede de influência atlantista na Rússia de Putin

O espaço pós-soviético: integração

A geopolítica das revoluções coloridas

O discurso de Munique

Operação Medvedev

O assalto de Saakashvili a Tskhinvali e a guerra Rússia-Geórgia de 2008

O reinício e o regresso ao atlantismo

A União Eurásica

As consequências da geopolítica dos anos de 2000

Capítulo 5

O Ponto de Bifurcação na História Geopolítica da Rússia

APÊNDICE

Entrevista Sobre a Situação na Ucrânia e na Síria

Outubro de 2015

Capítulo 1

Para a Geopolítica do Futuro da Rússia

As problemáticas teóricas da criação de uma geopolítica russa de pleno direito

A geopolítica da Rússia não é a mera aplicação de um arsenal geopolítico ao governo russo. A geopolítica russa, por outras palavras, não pode ser criada externamente, como uma mera aplicação mecânica de leis “universais” a um objecto concreto e bem definido. A problemática é que a geopolítica russa só é possível tendo por base uma análise profunda da sociedade russa, tanto ao seu presente quanto ao seu passado histórico. Antes de tirarmos qualquer conclusão acerca de como o governo russo se correlaciona com o espaço [1], devemos analisar escrupulosa e minuciosamente a sociedade russa nas suas constantes estruturais e principalmente rastrear a formação e a evolução dos pontos de vista dos russos acerca do mundo que os cerca; ou seja, temos que estudar o modo como os russos compreendem e interpretam o mundo e o seu ambiente. Não se trata de compreender apenas o tipo da estrutura geográfica dos territórios russos (contemporâneos ou históricos); isso é importante, mas insuficiente. É necessário clarificar como a sociedade russa, nos seus vários estágios, compreendeu e interpretou a estruturação desses territórios; o que considerou como “seu” e o que considerou como “alógeno”; o que se alterou quanto à consciência das fronteiras, da identidade cultural e civilizacional e à relação com os povos e as etnias vizinhas. Os pontos de vista da sociedade russa (tendo por base quais os que foram constituídos pela sociedade soviética e os quais actuais, da Federação Russa) acerca do espaço não foram suficientemente estudados e, conseqüentemente, a parte mais importante, crucial para a criação de uma geopolítica russa de pleno direito, é-nos actualmente apresentada somente de modo fragmentado e episódico.

Mais, a atitude da sociedade russa perante várias formas de política e de governo permanecem em aberto. Se no período marxista fomos guiados pela teoria do progresso e das alterações das formas político-económicas, considerando a experiência dos países da Europa Ocidental como “universal”, hoje em dia este esquema reducionista não é já o adequado e devemos construir um modelo novo de história sociopolítica russa, estudar a sua lógica e propor generalizações estruturais que reflectam aquelas particularidades características às relações da nossa sociedade, nos seus vários estágios históricos, ao nosso sistema político e governamental. Sendo este o caso, então, temos apenas umas poucas obras de relevo, enquanto teorias marxistas, bem como o exemplo da aplicação directa dos métodos do Ocidente liberal à história russa e à sociedade russa, que deu origem a notáveis caricaturas, tendo por base o exagero e a violência para com factos históricos e principalmente contra a sua relevância.

Estas dificuldades não nos devem desanimar, uma vez que até mesmo os momentos intuitivamente mais óbvios da história social russa, as observações acerca das peculiaridades da cultura russa e principalmente a própria estruturação da disciplina geopolítica podem servir como pontos de referência na movimentação pela criação de uma geopolítica russa de pleno direito. Até mesmo uma representação aproximada da sociedade russa será o suficiente para começarmos.

A percepção geopolítica

A geopolítica clássica (seja a anglo-saxónica ou a europeia) dá-nos algumas bases fundamentais para a construção de uma geopolítica russa. Bem podemos aceitá-las sem quaisquer reservas. Contudo, interfere aqui um factor muito importante, a importância do que é importante na física não clássica (tanto para Einstein como para Bohr) mas que é ainda mais apreciável na geopolítica: o sistema geopolítico *depende da posição do observador e do intérprete* [2]. Não é suficiente concordar com as características geopolíticas que a geopolítica clássica atribui à Rússia; devemos aceitar essas características e procurar na nossa História e na nossa cultura a sua confirmação; ou seja, vislumbrar-nos a nós mesmos como produtos desse sistema geopolítico; resumindo, compreender-nos não como um observador neutro mas como um observador embutido num contexto

histórico e espacial. Está na moda apodar este procedimento de “apercepção geopolítica”.

A apercepção é a habilidade de contemplar a totalidade dos factores geopolíticos de modo consciente, com uma compreensão explícita tanto da nossa posição subjectiva como das regularidades da estruturação daquilo que estamos a observar.

A noção do “geopolitólogo russo [Rossiiskii]” vai para lá da mera cidadania e da esfera do conhecimento profissional; é algo muito mais profundo: o geopolitólogo russo [Rossiiskii] é o expoente das visões geopolíticas, das carreiras histórico-sociais e das constantes estratégicas, características históricas da sociedade russa [Russkii] (actualmente, da sociedade da Federação Russa [Rossiiskii]) [3]. A geopolítica compreende duas posições globais (Mackinder apodava-as de “a visão dos povos do Mar” e “a visão dos povos da Terra”); não podemos ocupar-nos desta colocando-nos de fora desta dicotomia. Quem se ocupa da geopolítica tem antes de mais de clarificar a sua posição em relação ao mapa geopolítico do mundo. Este posicionamento não é nem geográfico nem político (de cidadania), mas sociocultural, civilizacional e axiológico; toca directamente a *identidade* do próprio geopolitólogo. Em certos casos [o posicionamento] pode ser alterado, mas é algo tão sério quanto a alteração de uma confissão religiosa ou a modificação radical das opiniões políticas.

Heartland

A geopolítica clássica advém do facto *do território da Rússia contemporânea, anterior à URSS, e ainda antes desta o império russo [Rossiiskii], constituir a Heartland [4];* ou seja o centro terrestre (telocrático) de todo o continente eurásico. Mackinder apoda esta zona de “eixo geográfico da História”, do qual historicamente emanaram a maior parte dos impulsos telocráticos (desde os ancestrais nómadas das estepes – citas, sármatas, etc. – até ao cerne da colonização imperial russa [Rossiiskii] dos séculos XVI a XIX e à expansão comunista do período soviético). O conceito de “Heartland” [5], “Terra Média”, é um *conceito geopolítico* típico. Não significa a pertença à Rússia no sentido de pertença a um governo e não possui um significado exclusivamente geográfico. Aqui lidamos com um “significado espacial” (“*Raumsinn*”, de acordo com F. Ratzel [6]), o qual se pode transformar no legado da sociedade radicada

nesse território, e neste caso será compreendido como tal e integrado no sistema social e, numa última análise, irá expressar-se por si mesma na História política. Historicamente, os russos não compreenderam de imediato a sua localização, tendo aceite o testemunho da telucracia somente *depois das conquistas mongólicas de Ghengis Khan*, cujo império era um modelo telucrático.

Mas, no início do século XV, a Rússia começou a adquirir de modo firme e sequencial as características da Heartland, o que levou gradualmente a uma *identificação entre a sociedade russa [Russkii] e a civilização da Terra, a telucracia*. A Heartland não é uma característica da cultura dos eslavos de Leste; mas no decorrer do processo histórico foram precisamente os russos aqueles que se encontraram nessa situação e adoptaram uma marca civilizacional continental tendo por base a terra.

É por essa razão que a geopolítica russa [Rossiiskii] é por definição a geopolítica da Heartland; ou seja, a geopolítica que tem por base a terra, a geopolítica da Terra [Z]. Graças a isto, sabemos de antemão que a sociedade russa [Russkii] pertence ao tipo da terra; mas em que medida isto tomou forma, quais os estágios que levaram a esta via, como foi exposto na compreensão do espaço e da evolução das representações espaciais e, por outro lado, como se reflectiu nas formas e nas ideologias políticas é algo que permanece por esclarecer. Isto pressupõe uma obrigação, conhecida à priori, para a geopolítica russa [Rossiiskii]: esta *tem* que contemplar o mundo tendo por base o posicionamento da civilização da Terra.

A Rússia como “uma civilização da Terra”

Aqui faz sentido correlacionar o volume do que recai sobre o conceito de “Heartland” e constitui o cerne da “civilização da Terra”, com a realidade da Federação Russa e as suas fronteiras actuais.

A correlação por si só tem um significado extremamente importante: ao ser efectuada, correlacionamos a Rússia na sua actual condição com o seu *sentido espacial (Raumsinn)* invariavelmente geopolítico. Esta justaposição fornece-nos algumas directrizes relevantes para a construção de uma geopolítica russa [Rossiiskii] sã e de pleno direito para o futuro.

Primeiro, devemos ter em consideração a Federação Russa contemporânea de acordo com as suas fronteiras actuais como *um dos*

momentos de um ciclo histórico mais extenso, no decorrer do qual o estatismo eslávico de Leste entrou em ressonância com “a civilização da Terra” e se identificou cada vez mais com a Heartland. Tal significa que a Rússia contemporânea, geopoliticamente considerada, não é algo de novo, ou seja, um mero governo surgido há vinte e poucos anos atrás, mas uma etapa de um processo histórico longo, multissecular, que a cada etapa faz com que a Rússia se torne cada vez mais na expressão da “civilização da Terra” a uma escala planetária. Antes, as etnias eslavas de Leste e do Principado de Kiev encontravam-se na periferia da civilização ortodoxa, cristã oriental, e encontravam-se na zona de influência da segunda Roma. Isto por si só já colocaria os russos no pólo oriental da Europa.

Após a invasão das hordas mongóis, o Principado foi incluído na construção geopolítica eurásica do império nómada, inspirado na terra, de Ghengis Khan (posteriormente parte deste separou-se, na forma das Hordas Douradas).

A queda de Constantinopla e o despertar das Hordas Douradas fizeram com que o principado moscovita herdasse *duas* tradições: a tradição político-religiosa bizantina e a tradição eurásica tradicional, tradição esta que foi passada dos mongóis para os grandes príncipes russos [Russkii]. A partir dessa altura os russos começaram a vislumbrar-se como sendo “a terceira Roma”; ou seja, como os portadores de uma organização civilizacional distinta, que contrastava a todos os níveis basilares com a Europa ocidental, com a civilização católica do Ocidente. A partir do século XV os russos emergem no panorama da História mundial como uma “civilização da Terra” e todas as linhas de força geopolítica fundamentais da sua política externa passam desde esta altura a ser sujeitas a um único objectivo: a integração da Heartland, o fortalecimento da sua influência na zona do Nordeste da Eurásia, a afirmação da sua identidade perante o seu adversário mais agressivo, a Europa Ocidental (a partir do século XVIII a Grã-Bretanha e, em maior extensão, o mundo anglo-saxão), que aceitara a iniciativa da “civilização do Mar” e da talassocracia. Neste duelo entre a Rússia e a Inglaterra (posteriormente os EUA) desenrola-se, a partir do século XVIII e até à nossa altura, a lógica geopolítica da História mundial, “a grande guerra dos continentes” [8].

O significado geopolítico permanece na sua totalidade como invariável em todas as fases subsequentes da História russa: desde o czarismo moscovita passando pelos Romanov, a Rússia de S. Petersburgo e

a União Soviética até à actual Federação Russa. Dos séculos XV a XXI a Rússia permanece como o pólo planetário da “civilização da Terra”, a *Roma continental*.

A continuidade geopolítica da Federação Russa

Por todos os principais parâmetros, a Federação Russa é a herdeira geopolítica de todas as anteriores formas históricas, políticas e sociais que surgiram em redor dos territórios das estepes russas [Russkii], do Principado de Kiev passando pelas Hordas Douradas, o czarismo moscovita, o Império Russo e a União Soviética. Esta continuidade não é meramente territorial, é também histórica, social, espiritual, política e étnica. Desde os tempos antigos que se começou a formar um governo russo [Russkii] no espaço da Heartland, crescendo de modo cada vez mais gradual até ocupar por inteiro a Heartland, bem como as zonas adjacentes [9]. Esta expansão espacial do controlo russo [Russkii] sobre os territórios eurásicos foi acompanhado de um processo sociológico paralelo: o fortalecimento da sociedade russa [Russkii] tendo por base construções sociais que “tinham por base a terra”, característica de *uma civilização de tipo continental*. As principais características desta civilização são:

1. O conservadorismo.
2. O holismo.
3. A antropologia colectiva (a comunidade sendo mais importante que o indivíduo).
4. O sacrifício.
5. Uma orientação idealista.
6. Os valores da fé, do ascetismo, da honra e da lealdade.

A sociologia, de acordo com Sombart, apoda esta civilização como sendo “do tipo heróico”. Nos termos do sociólogo Pitirim Sorokin, trata-se do sistema sociocultural ideal [10]. Tal peculiaridade sociológica exprimia-se por intermédio de várias formas políticas, as quais possuíam um *denominador comum*, consistindo na reprodução permanente de constantes civilizacionais e valores de base, que adquiriram *diferentes* expressões

históricas. O sistema político do Principado de Kiev difere qualitativamente do da política das Hordas e este, por sua vez, do czarismo moscovita. Após Pedro o Primeiro, o sistema político mudou novamente de modo abrupto e a revolução de Outubro de 1917 também deu origem ao surgimento de um tipo radicalmente diferente de estatismo. Após o colapso da URSS ergueu-se no território da Heartland outro tipo de governo, que também se diferenciava dos anteriores: a actual Federação Russa.

Mas todas estas formas políticas, que possuem diferenças qualitativas e que foram fundadas tendo por vezes princípios ideológicos completamente contraditórios, tiveram, no decurso de toda a História política russa [Russkii] um conjunto de características comuns. Em todo o lado vislumbramos a expressão política dos acordos sociais característicos de uma sociedade do tipo continental, “inspirado na terra”, heróica. Estas peculiaridades sociológicas emergiram na política por intermédio do fenómeno a que os filósofos eurásicos dos anos 20 apodaram de “ideocracia”. O modelo ideacional na esfera sociocultural como característica generalizada da sociedade russa [Russkii] em todas as etapas da sua História trespassou para o campo da política na forma da ideocracia, que também possuiu expressões ideológicas diferentes mas que preservaram uma estrutura de governo vertical, hierárquica e “messiânica”.

A Federação Russa e o mapa geopolítico do mundo

Após termos determinado a identidade geopolítica, bem definida, da Rússia contemporânea podemos passar à próxima fase. Tendo em conta esta análise geopolítica, podemos determinar de modo único o papel da actual Federação Russa no mapa *geopolítico* do mundo.

A Federação Russa situa-se no espaço da Heartland. A estruturação histórica da sociedade russa [Russkii] demonstra características nitidamente telúricas. Sem hesitar, devemos relacionar também a Federação Russa a um governo de inspiração terrena e a sociedade russa [Russkii] contemporânea a uma sociedade maioritariamente holística.

As consequências de tamanha identificação geopolítica são de escala global. Com base nesta podemos levar a cabo uma série de deduções que devem estar na base da futura geopolítica russa [Rossiiskii] de pleno direito.

- A identidade geopolítica da Rússia, sendo telocrática e tendo por base a terra, exige o seu aprofundamento, fortalecimento, percepção e desenvolvimento. Nisto consiste precisamente o lado mais substancial da política da afirmação da soberania política, já declarada no início do século XXI pelo presidente da Federação Russa, V.V. Putin. A soberania política da Rússia encontra-se carregada de um significado muito mais profundo: é a realização do projecto estratégico para a conservação da união político-administrativa da Heartland, a (re)criação das condições que permitam à Rússia ocupar o papel *de pólo telocrático a uma escala mundial*. Fortalecendo a soberania da Rússia como governo, fortalecemos uma das colunas da arquitectura geopolítica do mundo; ou seja, levamos a cabo uma operação a uma escala muito superior à de um projecto de política interna que diga respeito, na melhor das hipóteses, aos nossos vizinhos mais próximos. O facto de a Rússia ser a perspectiva geopolítica da Heartland torna *a sua soberania numa questão planetária*. Todas as potências e Estados do mundo que tenham aspectos telocráticos dependem da Rússia conseguir corresponder ou não ao seu desafio histórico e conseguir preservar e fortalecer a sua soberania.

- Para lá de quaisquer preferências ideológicas, a Rússia encontra-se condenada ao conflito com a civilização do Mar, a talassocracia, encarnada actualmente nos EUA e *na ordem mundial unipolar americanocêntrica*. O dualismo geopolítico nada tem em comum com as peculiaridades ideológicas ou económicas deste ou daquele país. Um conflito geopolítico global irrompeu entre o Império Russo e a monarquia britânica, entre o campo socialista e o campo capitalista; e hoje no decorrer da generalização dos delineamentos democráticos republicanos o mesmo conflito irrompe entre a Rússia democrática e o bloco dos países democráticos da OTAN, que a tentam calcar. *Os regulamentos geopolíticos são mais profundos que quaisquer contradições ou, por outro lado, semelhanças político-ideológicas*. A determinação deste conflito de princípios não significa automaticamente a guerra ou um conflito estratégico directo. Este conflito pode ser compreendido de maneiras diferentes. Tendo por base o realismo nas relações internacionais, referimo-nos a um conflito de interesses, que só dá origem à guerra quando um dos lados se encontra suficientemente convencido da fraqueza do outro ou quando à cabeça de um dos Estados se encontra uma elite que coloque os interesses nacionais acima do cálculo racional. O conflito pode decorrer pacificamente, recorrendo a um sistema

de equiparação estratégica, económica, tecnológica e diplomática. Nalguns casos pode até atenuar-se ao nível da rivalidade e da competição, embora sob circunstância alguma se possa alguma vez descartar a possibilidade de uma resolução pela via da força. Em tal situação a questão da *segurança geopolítica* permanece no centro das atenções, sem cujo garante nenhum dos outros factores – modernização, aumento do PIB ou da qualidade de vida – têm qualquer importância por si só. De que serve obtermos uma economia desenvolvida se perdermos a nossa independência geopolítica... Não se trata de um “belicismo”, mas de uma análise racional saudável advinda de um espírito realista; trata-se de *realismo geopolítico*.

- De um ponto de vista geopolítico, *a Rússia é algo maior do que a Federação Russa nas actuais fronteiras administrativas*. A civilização eurásica, estabelecida em redor da Heartland e tendo no seu seio os povos russos, é muito mais ampla do que a Rússia contemporânea. Num ou noutro grau, praticamente todos os países da Comunidade de Estados Independentes fazem parte desta. A esta peculiaridade *sociológica* sobrepõe-se um factor *estratégico*: de modo a garantir a segurança do seu território a Rússia deve obter o controlo militar sobre o centro das zonas a que se encontra ligada – a Oriente e a Ocidente e ainda na esfera do Oceano Ártico do Norte. Mais, se considerarmos a Rússia como um pólo telocrático planetário, então torna-se aparente que os seus interesses mais directos se espalham por todos os territórios da Terra e tocam todos os continentes, mares e oceanos. Daqui advém a necessidade da elaboração de uma *estratégia geopolítica global* para a Rússia, descrevendo concretamente em que consistem esses interesses a respeito de cada país e de cada região.

Capítulo 2

A Geopolítica da URSS

Antecedentes geopolíticos da revolução de 1917

O término da dinastia czarista não significou o fim da Primeira Guerra Mundial para a Rússia. E embora uma das razões para o derrube dos

Romanov ter sido as dificuldades da guerra e o esforço sobre os recursos humanos, a economia e toda a infraestrutura social da sociedade russa [Rossiiskii], após a renúncia ao trono de Nicolau II as forças que chegaram ao poder (o Governo Interino, constituído tendo por base a maçonaria da Duma [11] e os partidos burgueses) mantiveram a participação russa na guerra ao lado da entente.

Este ponto é decisivo da perspectiva da geopolítica. Tanto Nicolau II como os partidários da forma republicana burguesa e democrática de governo se moviam para uma orientação de aproximação à França e à Inglaterra; ou seja, moviam-se tendo em vista o posicionamento da Rússia no campo dos Estados *talassocráticos*. Entre o modelo monárquico e o democrático-burguês, do ponto de vista da política interna, existiam contradições inegáveis e a escalada dessas contradições levou ao derrube da dinastia e do sistema monárquico de uma só vez. Mas quanto à orientação geopolítica de Nicolau II e da liderança interina houve, pelo contrário, *uma continuidade e uma sucessão* – o direccionamento para com a civilização do Mar criou uma afinidade entre eles. No caso do czar tratava-se de uma escolha pragmática; no caso dos “fevereiristas” de uma escolha ideológica, dado que tanto a Inglaterra como a França eram há muito regimes políticos burgueses estabelecidos.

A 25 de Fevereiro de 1917, por decreto real, foi suspensa a actividade da Quarta Duma Estatal. Na noite de 27 de Fevereiro foi criado um Comité Provisional da Duma Estatal, cujo presidente seria M.V. Rodzianko (um outubrista, presidente da 4ª Duma). O Comité assumiu as funções e a autoridade do poder supremo. A dois de Março de 1917, o imperador Nicolau II abdicou, transferindo os poderes de herança para o grã príncipe Michael Alexandrovich que, por sua vez, declarou a três de Março a sua intenção de assumir a suprema autoridade somente após a vontade popular, retratada na Assembleia Constituinte, se expressar acerca da forma final de governo do país.

A dois de Março de 1917 o Comité Provisional da Duma Estatal constituiu o seu primeiro gabinete público. A nova liderança anunciou as eleições para a Assembleia Constituinte; foi adoptada uma lei democrática acerca das eleições; voto universal, igualitário, directo e secreto. Os velhos órgãos de governo foram abolidos. À cabeça do Comité Provisional surgiram o presidente do Soviete dos Ministérios e o Ministro da Administração Interna, o príncipe G.E. L’vov (ex-membro da Primeira

Duma Estatal, presidente do Comité Principal para a União Zemsky Pan-Russa). Ao mesmo tempo o Soviete, cuja função era o controlo das acções do Governo Interino, foi mantido em funções. Como consequência, estabeleceu-se um poder dual na Rússia. Os Sovietes dos Deputados dos Trabalhadores e dos Soldados eram controlados pelos partidos de esquerda, que em grande parte tinham permanecido afastados da Duma Estatal: os socialistas revolucionários e os social-democratas (mencheviques e bolcheviques). Na política externa os bolcheviques, liderados por V.I. Lenine e L.D. Trotsky, seguiram com sucesso uma *orientação pró-alemã*. Esta orientação tinha por base alguns factores claros: a estreita cooperação dos bolcheviques com os social-democratas marxistas alemães e acordos secretos com os serviços de informações do Kaiser quanto ao auxílio material e técnico aos bolcheviques. Mais, os bolcheviques apoiavam-se na desaprovação da guerra por parte das massas populares e basearam a sua propaganda nessa desaprovação, formulando-a no espírito de uma ideologia revolucionária: a solidariedade das classes trabalhadoras entre vários países e o carácter imperialista das guerras, oposto aos interesses das massas populares. Assim, o poder dual entre o Governo Interino e os Sovietes (que, antes de mais, se encontravam sob o controlo dos bolcheviques) no intervalo entre Março e Outubro de 1917 reflectiu dois vectores geopolíticos, o pró-inglês e pró-francês no caso do Governo Interino e o pró-alemão no caso dos bolcheviques. Esta dualidade revelou a sua importância e o seu carácter também naqueles eventos históricos que se encontram directamente ligados à época da revolução e da guerra civil.

A 18 de Abril de 1917 rompe a primeira crise governamental, terminando com a constituição, a cinco de Maio de 1917, do primeiro governo de coligação com a participação dos socialistas. A sua causa fora a nota de P.N. Milyukov datada de 18 de Abril à Inglaterra e à França anunciando que o Governo Interino iria perpetuar a guerra até ao desfecho vitorioso e que iria implementar todos os acordos internacionais do governo czarista. Aqui estávamos a lidar com uma opção geopolítica que influenciava os processos internos. A decisão do Governo Interino causou a indignação popular, que se repercutiu em encontros e demonstrações em massa, com exigências de que a guerra acabasse rapidamente, de que P.N. Milyukov e A.I. Guchkov se demitissem e transferissem o poder para os soviéticos. Por trás da organização destes distúrbios estavam os bolcheviques e os socialistas revolucionários. P.N. Milyukov e A.I.

Guchkov abandonaram o governo. A cinco de Maio chegou-se a acordo entre o Governo Interino e o Comité Executivo do Soviete de Petrogrado para a criação da coligação. Contudo, os partidos de extrema-esquerda não estavam unidos no que dizia respeito à política geopolítica. Os bolcheviques agarravam-se mais logicamente a uma linha anti-guerra e pró-alemã. Parte dos mencheviques e dos socialistas revolucionários esquerdistas (cujos líderes pertenciam também normalmente a organizações maçónicas, nas quais dominava a orientação pró-francesa e pró-inglesa) tendiam a apoiar o Governo Interino, no qual os socialistas revolucionários tinham recebido algumas posições.

O Primeiro Congresso Pan-Russo dos Delegados dos Trabalhadores e dos Soldados de 3 a 24 de Junho, no qual os socialistas revolucionários e os mencheviques eram dominantes, apoiou o Governo Interino e recusou a exigência dos bolcheviques em acabar com a guerra e transferir o poder para os soviets. A partir daqui começa o rápido colapso da Rússia. A três de Junho uma delegação do Governo Interino, liderada pelos ministros Tereshchenko e Tsereteli, reconhece a autonomia do Conselho Central da Ucrânia. Na mesma altura uma delegação sem concordância do governo delinea os limites geográficos da autoridade do CCU, incluindo neste algumas províncias do Sudoeste da Rússia. Tal causa a crise de Julho. No pico da crise de Julho o Parlamento Finlandês proclama a independência da Rússia em questões de política interna e limita a competência do Governo Interino nas questões da guerra e da política externa. Como resultado da crise é formado um segundo governo de coligação com o socialista revolucionário A.F. Kerensky à cabeça, no qual os socialistas revolucionários e os mencheviques recebem um total de sete posições.

O socialista revolucionário Kerensky, que também fazia parte do grupo de “*trudoviks*” (socialistas populares) era uma figura proeminente da maçonaria da Duma russa, membro da loja “Pequeno Urso” e secretário da organização maçónica secreta congregada “Soviete Supremo do Grande Oriente da Rússia Popular”. Kerensky ateve-se a uma orientação pró-inglesa e encontrava-se fortemente ligado à maçonaria inglesa. Com o objectivo de se opor ao Soviete de Petrogrado, Kerensky constituiu a um de Setembro de 1917 um novo órgão de poder, o Directório (Soviete dos Cinco) que proclamou a Rússia como uma república e dissolveu a Quarta Duma Estatal. A 14 de Setembro de 1917 a Conferência Democrática Pan-Russa [Rossiiskii], que tinha que decidir quanto à questão da autoridade

governante, abriu a participação a todos os partidos políticos. Os bolcheviques abandonaram-na de modo notório. A 25 de Setembro de 1917 Kerensky constitui o terceiro governo de coligação. Na noite de 26 de Outubro de 1917, em favor dos soviets, os bolcheviques, os anarquistas e os socialistas revolucionários de esquerda derrubam o Governo Interino e prendem os seus membros. A.F. Kerensky foge. É significativo que o faça recorrendo a diplomatas ingleses, particularmente a Bruce Lockhart, e seja enviado para Inglaterra, onde desde o dia da sua chegada participa activamente nas actividades das lojas maçónicas inglesas. A revolução outubrista bolchevique, que as diferentes escolas históricas e os representantes de diferentes mundividências avaliam hoje de modo diferente, deteve, do ponto de vista geopolítico, a peculiaridade de significar *uma mudança abrupta na orientação da política externa, de talassocrática para telocrática*. Tanto Nicolau II como os republicanos maçons da Duma do Governo Interino mantinham uma posição anglo-francesa e eram fiéis à Entente. Os bolcheviques orientavam-se inequivocamente pela paz com a Alemanha e a saída da Entente.

Após a aceleração da Assembleia Constituinte, onde os bolcheviques não tinham recebido o apoio necessário para legalizar plenamente a sua tomada de poder, toda a autoridade foi transferida para o Soviete dos Comissários Populares [12], dominado pelos bolcheviques. Nessa altura os socialistas revolucionários de esquerda ainda eram seus aliados.

A três de Março de 1918 em Brest-Litovsk foi concluído um acordo de paz entre os bolcheviques e os representantes das Potências Centrais (Alemanha, Austro-Húngria, Turquia e Bulgária), significando a saída da Rússia da Primeira Guerra Mundial. De acordo com os termos do acordo a Rússia perdeu na sua parte ocidental as províncias de Privislinsky, a Ucrânia, as províncias com uma população acentuada de bielorrussos, a província da Estónia, a província da Curlândia, a província da Livónia, o Grande Principado da Finlândia, Kars Oblast e Batumi Oblast no Cáucaso. A liderança soviética comprometeu-se a terminar a guerra com o Soviete Central Ucrainiano (Rada) da República Popular da Ucrânia, desmobilizar o Exército e a Frota, retirar a frota do Báltico das bases na Finlândia e dos Estados bálticos, transferir a Frota do Mar Negro com todas as suas infraestruturas para os Estados Centrais e pagar indemnizações no valor de seis milhões de marcos. Foi retirada à Rússia soviética um território de 780.000 quilómetros quadrados com uma população de 56 milhões de

peças (um terço da população do Império Russo). Concorrentemente, a Rússia retirou todas as suas tropas das áreas designadas enquanto a Alemanha, por sua vez, fez entrar as suas tropas e manteve o controlo sobre o Arquipélago Estónio e o Golfo de Riga.

Tal foi o enorme preço pago pela Rússia soviética (em parte esperando a rápida concretização na Alemanha, e noutros países europeus, da revolução do proletariado) graças à sua orientação germanófila.

O tratado de Brest causou rapidamente a rejeição da esquerda socialista revolucionária, cuja parte da liderança se encontrava já anteriormente de algum modo inclinada para com a França e a Inglaterra. Em sinal de protesto contra as condições do armistício, a esquerda socialista revolucionária abandonou o Soviete dos Comissários Populares; e no Quarto Congresso dos Sovietes votou contra o tratado de Brest. O socialista revolucionário S.D. Mstislavskii avança com a palavra de ordem: “se não há guerra, há insurreição!” apelando às “massas” que se “insurgissem” contra as forças de ocupação germano-austriacas. A cinco de Julho no Quinto Congresso dos Sovietes os esquerdistas socialistas revolucionários opuseram-se uma vez mais à política bolchevique, condenando o tratado de Brest. Um dia após a abertura do Congresso, a 6 de Julho, dois socialistas revolucionários de esquerda, representantes do Comité Pan-Russo [Rossiiskii] Extraordinário (CPE), Yakov Blumkin e Nikolai Andreev, sob mandato do CPE, invadiram a embaixada da Alemanha em Moscovo, tendo Andreev abatido o embaixador alemão, Mirbach. O objectivo dos socialistas revolucionários era desmantelar os acordos com a Alemanha. A 30 de Julho o socialista revolucionário B.M. Donskoi liquidava em Kiev o general em comando das forças de ocupação, Eichhorn. A líder dos socialistas revolucionários de esquerda, Maria Spiridonova, dirige-se ao Quinto Congresso dos Sovietes no qual anuncia que “os povos russos encontram-se livres de Mirbach”, insinuando que a linha pró-alemã da Rússia soviética tinha acabado. Em resposta a isto os bolcheviques mobilizam as suas forças suprimindo “a insurreição socialista revolucionária”, prendendo e executando os seus líderes. Aqui ressurgem a distinção entre as inclinações geopolíticas: desta vez entre as forças da esquerda radical que tinham obtido o poder na Rússia soviética. Os esquerdistas socialistas revolucionários esforçam-se por destruir a linha germanófila dos bolcheviques mas, no final, perdem e desaparecem como força política.

Caso reunamos todos estes elementos geopolíticos numa mesma imagem, obtemos então o seguinte esquema: Nicolau II, os partidos burgueses e parte da esquerda socialista revolucionária (a maçonaria da Duma) manteve uma inclinação favorável à Entente; conseqüentemente, favorável à talassocracia; os bolcheviques procuraram, conseqüentemente, uma política de união com a Alemanha e outros Estados do centro europeu e ainda com a Turquia; ou seja, surgiram posicionando-se a favor da telocracia. Este padrão geopolítico providencia-nos com a oportunidade de lançar um olhar completamente novo aos eventos dramáticos ocorridos na História da Rússia entre 1917-1918 e predetermina os estágios subseqüentes da era soviética.

A geopolítica da Guerra Civil

A Guerra Civil irrompeu na Rússia no período entre 1917-1923. Vamos analisar os seus aspectos geopolíticos. Embora a Guerra Civil tenha sido por definição um conflito interno, na qual participaram cidadãos de um mesmo governo, o factor geopolítico e os laços às potências estrangeiras ocuparam um papel de relevo. Aquilo que já sabemos acerca do delineamento geopolítico das forças do poder nos anos finais do regime do Czar, depois de Fevereiro e depois de Outubro de 1917, já nos permite levar a cabo uma caracterização preliminar dos processos geopolíticos da Guerra Civil.

Na Guerra Civil dois partidos políticos afrontaram-se de modo predominante: os vermelhos (bolcheviques) e os brancos. Quanto aos bolcheviques, é bastante clara a sua identidade ideológica, política e geopolítica. Professam o marxismo e a ditadura do proletariado, opõem-se à ordem burguesa das coisas e na geopolítica inclinam-se para a Alemanha e opõem-se estreitamente à Entente. Neste posicionamento detectamos de imediato algumas características telocráticas:

- A orientação para com a Alemanha (o tratado Brest-Litovsk);
- A rejeição da ordem burguesa (o capitalismo, como vimos, encontra-se sociologicamente associado à talassocracia);
- A hostilidade para com a Entente talassocrática.

Podemos também afirmar que os bolcheviques cultivavam um estilo “espartano”: ascetismo, heroísmo, devoção a um ideal.

O movimento branco não é tão uniforme, nem ideologicamente nem politicamente. Tanto os continuadores de “Fevereiro” (a esmagadora maioria) como os apoiantes de um retorno ao sistema monárquico (os monárquicos) participaram nele. Mais, entre os apoiantes da revolução de Fevereiro encontravam-se os representantes de vários partidos, tanto da direita e da burguesia (cadetes, outubristas) como da esquerda (socialistas revolucionários, socialistas populares, etc.). Ideologicamente, o movimento dos brancos representa um amplo espectro de forças cujos ideais políticos são bastante diversos. Somente uma coisa os une: a rejeição do bolchevismo e do marxismo. Os vermelhos ocupam o papel do “inimigo comum”. Mas uma vez que os bolcheviques naquele momento histórico representam a *telocracia*, é plenamente lógico que os seus adversários, “os brancos”, tenham uma orientação directamente oposta, ou seja, a *talassocracia*. Sucede então que na prática o movimento dos brancos como um todo (os burgueses, os partidos de esquerda e os monárquicos) apostasse na Entente, no apoio da Inglaterra e da França no combate contra os bolcheviques. Tal entra na lógica da política externa do Governo Interino e também na política dos monárquicos, mantendo a sua fé na lógica da fase final do governo czarista.

Só uma pequena parcela do movimento dos brancos (em particular o cossaco Ataman Krasnov e o “exército do norte”, que tinha sido criado pelos alemães em Outubro de 1918 em Pskov com voluntários russos [Russkii]) mantinha uma inclinação alemã, tratava-se de um fenómeno completamente marginal.

Mais, caso olhemos para o mapa da localização dos principais territórios controlados pelos vermelhos e pelos brancos no decorrer da Guerra Civil, detectamos o seguinte padrão: os vermelhos controlam as zonas intracontinentais, o espaço da Heartland, enquanto os exércitos brancos se encontram ao longo da periferia da Rússia e em vários graus em redor das zonas costeiras, de onde obtinham o auxílio político, económico, estratégico e militar dos Estados marítimos que apoiavam a sua causa. Aqui também os brancos reproduzem a lógica da talassocracia, que elabora os seus processos políticos e estratégicos do ponto de vista das zonas costeiras. Os vermelhos encontram-se no posicionamento das potências geopolíticas da terra.

Na época da Guerra Civil deparamo-nos com um fenómeno extremamente simbólico e de relevo para a geopolítica. Em 1919 o pai fundador da geopolítica, Halford Mackinder, foi nomeado Alto Comissário

Britânico para o Sul da Rússia e foi enviado pela Europa de Leste para apoiar as forças anti-bolcheviques lideradas pelo general Denikin. Esta missão permitiu a Mackinder apresentar as suas recomendações acerca da geopolítica da Europa de Leste, as quais foram a base para o seu livro “*O Ideal Democrático e a Realidade*” [13], ao governo britânico. Mackinder apelava à Grã-Bretanha que fortalecesse o seu apoio aos exércitos brancos no Sul da Rússia e envolvesse tendo em vista este propósito os regimes anti-bolcheviques e anti-russos da Polónia, da Bulgária e da Roménia. Nas suas negociações com Denikin obteve um acordo quanto à separação da Rússia de algumas regiões a sul e a ocidente e também no Sul do Cáucaso tendo em vista a criação de um Estado tampão anglófilo. A análise de Mackinder acerca do Estado das coisas na Rússia no decorrer do período da Guerra Civil era inequívoco: via nos bolcheviques as forças da Heartland, que estavam destinadas a adquirir uma forma ideológica comunista ou a ceder essa iniciativa à Alemanha. Em ambos os casos, a Inglaterra não podia permitir tal coisa. Para o evitar Mackinder ofereceu-se para apoiar os brancos de todas as maneiras possíveis e para dismantelar a Rússia. É significativo que os países que tentou estabelecer no espaço de um governo que naquela altura era nominalmente integral: Bielorrússia, Ucrânia, Yugo-Rússia (primariamente sobre a influência da Polónia anglófila), Daguestão (incluindo todo o Norte do Cáucaso), Arménia, Azerbaijão e Geórgia. Estes países foram convocados para cumprir o papel de “*cordon sanitaire*” [14] entre a Rússia continental e as regiões vizinhas, a Alemanha a Ocidente e a Turquia e o Irão no Sul. O livro “*O Ideal Democrático e a Realidade*” [15] bem como a nota [16] de Mackinder ao seu amigo, Lorde Curzon, contém as ideias basilares da geopolítica, as quais Mackinder não só criou e desenvolveu teoricamente mas nas quais também participou na prática.

A situação na frente Sul em 1920 e os exércitos enfraquecidos de Denikin levaram a que o plano de Mackinder, dado a conhecer numa reunião do governo britânico a 29 de Janeiro de 1920, não fosse adoptado e que a Inglaterra tenha recusado atribuir todo o seu apoio aos exércitos brancos [17]. Mas a análise de Mackinder acerca da situação, que na altura estava longe de ser evidente, com o tempo comprovou-se estar brilhantemente correcta. A esmagadora maioria dos políticos ingleses estavam convencidos de que o regime bolchevique não iria durar muito. Mackinder, por outro lado, baseando-se no método geopolítico, vislumbrou claramente que mais cedo ou mais tarde a Rússia soviética se iria

transformar num poderoso Estado telocrático de dimensão continental. E tal acabou por suceder.

A participação de uma personalidade como Mackinder no movimento dos brancos, o próprio fundador da geopolítica e uma figura de topo da estratégia talassocrática, confirma definitivamente a conclusão a que chegámos quanto à função talassocrática da questão dos brancos como um todo.

Não menos significativo foi o destino de outro personagem, Aleksei Efimovich Vandam (Edrikhin), um proeminente analista em relações internacionais, um estratega que bem pode ser incluído entre os arautos da geopolítica continental russa [Russkii]. Na altura da Guerra Civil, Edrikhin encontra-se na Estónia, ocupada pelas forças alemãs, e o Comando Alemão mandata-o para constituir um “Exército do Norte”, consistindo este de forças anti-bolcheviques leais aos alemães. Vandam é famoso pelo seu posicionamento rigidamente anti-inglês e telocrático (participou nas acções militares na África do Sul contra os ingleses ao lado dos boers) e foi precisamente este factor que se tornou decisivo para os alemães. O “Exército do Norte” não cresceu devido à derrota da Alemanha na Primeira Guerra Mundial e a missão de Vandam não prosseguiu. Mas o mero facto de tamanho projecto ter contado com a participação deste proeminente geopolitólogo russo é extremamente simbólico.

Na Guerra Civil, entre personagens de importância secundária, encontramos outro personagem cujo destino teve um significado de relevo para o estabelecimento da geopolítica, Peter Nikolaevich Savitskii. Em 1919 Savitskii ingressa no movimento de voluntários do Sul da Rússia (“os Denikins”) e torna-se “camarada” do ministro dos Negócios Estrangeiros do governo de Denikin e Wrangel. No pico da Guerra Civil, em 1919, Savitskii redige um texto geopolítico, assombroso na sua sagacidade, “*Delineamentos das Relações Internacionais*” [18], no qual anuncia o seguinte: “podemos afirmar com toda a certeza que se o governo soviético tivesse subjogado Kolchak e Denikin teria então ‘reunido’ todo o espaço do anterior Império Russo e, muito provavelmente, teria ultrapassado as fronteiras deste nas suas conquistas” [19]. O artigo foi publicado no órgão oficial dos brancos e assinado por um dos teóricos da sua política internacional. Savitskii demonstra inequivocamente que tanto os brancos como os vermelhos possuem os mesmos objectivos geopolíticos, o estabelecimento de um Estado potência continental, independente do

Ocidente, o qual tanto uns como outros se sentem compelidos a implementar numa política idêntica. Mais tarde, Savitskii torna-se na principal figura do movimento eurásico, que compartilhando estas intuições iniciais acerca da imutabilidade da estratégia política dos Estados que têm por base a terra desenvolve uma formulação teórica e se torna na primeira escola geopolítica russa [Russkii] de pleno direito [20].

Na Guerra Civil distinguiram-se três etapas: a primeira entre 1917 e Novembro de 1918, quando se constituíram os campos militares, os vermelhos e os brancos. Tal ocorreu tendo como plano de fundo a continuação da Primeira Guerra Mundial. A segunda etapa vai de Novembro de 1918 até Março de 1920, quando ocorre a principal batalha entre o Exército Vermelho e os exércitos brancos. Em Março de 1920 dá-se uma mudança radical no panorama da Guerra Civil. Este período é marcado por um decréscimo abrupto das acções das tropas do lado da Entente, directamente relacionado com o término da Primeira Guerra Mundial e com a retirada do maior contingente das forças estrangeiras do território russo. Após isto, as operações de combate decorrem quase exclusivamente com russos. As operações de combate, nesta altura, estendem-se por toda a Rússia. Inicialmente, o avanço dos brancos obtém sucesso, mas depois a iniciativa é tomada pelos vermelhos, que tinham sob seu controlo o principal território do país.

De Março de 1920 até Outubro de 1922, desenrola-se a terceira etapa, na qual a maior parte do combate ocorre no limiar do país e já não representa uma ameaça imediata à autoridade dos bolcheviques. Após a evacuação, em Outubro de 1922, do contingente Zemskaia Rat' extremo-oriental do General Diterikhs, a luta perpetuou-se graças somente às Forças Armadas Voluntárias da Sibéria do General-Tenente A.N. Pepelyaev, que combateu na região de Yakutsk até Junho de 1923 e ao esquadrão de cossacos do Sargento Bologov, que tinha permanecido abaixo de Nikolsk-Ussuriisk. A autoridade soviética acabou por se estabelecer em Kamchatka e em Chukchi em 1923. É significativo que todas as acções militares tenham decorrido de acordo com o esquema do *centro vermelho* (Heartland) contra a *periferia branca* afecta às fronteiras marítimas e que os resquícios das tropas brancas derrotadas tenham abandonado a Rússia pelo mar.

O desfecho da Guerra Civil foi a tomada do poder pelos bolcheviques sobre a maior parte do território do anterior Império Russo e o reconhecimento da independência da Polónia, da Lituânia, da Letónia, da

Estónia e da Finlândia bem como o estabelecimento dos territórios controlados das Repúblicas Soviéticas da Rússia, da Ucrânia, da Bielorrússia e dos territórios do Cáucaso após a assinatura do acordo de 30 de Dezembro de 1922 para a criação da URSS. No que diz respeito à Ucrânia, à Bielorrússia e ao Sul do Cáucaso as previsões de Savitskii concretizaram-se: os bolcheviques não deram a independência a estes territórios, incluíram-nos na composição do Estado soviético.

É revelador que os vermelhos na sua política para o Cáucaso tenham contado com o apoio da Turquia de Kemal Atatürk, empregando neste caso precisamente uma geopolítica *continental*. Ocupou um papel de relevo nesta aproximação à Turquia e na reorganização do balanço estratégico das potências do Cáucaso um eminente militar e diplomata, o General S.I. Aralov [21], fundador do GRU, que mudou para o lado bolchevique.

O equilíbrio geopolítico das potências do mundo de Versalhes

O final da Primeira Guerra Mundial causou o seguinte equilíbrio de potências: a Rússia perdeu para a Alemanha e para a Austro-Húngria e os termos desta derrota foram fixados no Tratado de Brest-Litovsk. O custo deste tratado foi significativo. Mas uma vez que os bolcheviques tinham uma orientação germanófila, a Rússia não se podia fazer valer do facto da Alemanha, por sua vez, ter sido derrotada pela França e pela Inglaterra. Assim sendo a 28 de Junho de 1919 no Palácio de Versalhes foi assinado um tratado pelos Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França, a Itália e o Japão por um lado e a Alemanha pelo outro, que determinaria a ordem internacional para a década seguinte.

O Tratado de Versalhes foi humilhante para a Alemanha, privando-a essencialmente do direito de levar a cabo uma política independente, a possuir um exército de pleno direito, de desenvolver a sua economia e de restabelecer a sua influência a nível internacional. Mais, foi-lhe exigido que levasse a cabo concessões territoriais extremamente penosas. A geopolítica do mundo de Versalhes centrava-se nos interesses globais dos Estados marítimos, estando em primeiro lugar o Império Britânico. Em essência, a Inglaterra foi reconhecida quase *de jure* como única detentora competente do mundo oceânico. Um triunfo para a talassocracia. A Rússia bolchevique foi completamente consignada e a Alemanha onerosamente agrilhoadada. É

revelador que Halford Mackinder que, como já dissemos, era extremamente próximo do ministro inglês dos Negócios Estrangeiros, Lorde Curzon, tenha contribuído para a concepção do Tratado de Versalhes. A principal tarefa dos derrotados, de acordo com Mackinder, era a prevenção de um novo levantamento tanto da Rússia bolchevique como da Alemanha e principalmente a exclusão da sua futura aliança estratégica. Para tal, foi planeada a construção de um “*cordon sanitaire*” constituído por governos do Leste europeu já existentes ou recentemente estabelecidos, orientados para com a Inglaterra e a França, que seriam instrumentais no controlo e na limitação de eventuais relações russo-germânicas.

O mundo de Versalhes era o mundo da talassocracia vitoriosa, um grandioso sucesso político e militar da civilização do Mar. Há que realçar que na conferência de Versalhes a delegação americana sob o comando do presidente Woodrow Wilson expressou pela primeira vez a nova estratégia internacional dos EUA, na qual se estabelece que o mundo como um todo se transformara agora numa zona de interesse americana na qual, essencialmente, se assegurava a sua substituição da Inglaterra como bastião da potência marítima. Ou seja, as ideias do Almirante Mahan encontram-se na base do percurso estratégico dos EUA, o qual seguirão durante todo o século XX e ao qual permanecem fieis ainda hoje. A Doutrina Wilson apelava ao fim do isolacionismo americano e à não interferência nos assuntos dos Estados europeus, em direcção a uma política activa à escala global sobe a égide da civilização marítima. Iniciou-se aqui a transferência gradual do centro de gravidade da Grã-Bretanha para os EUA.

Este pode ser considerado como o ponto de viragem no percurso geopolítico da América do Norte: doravante os EUA mantêm-se firmes na via para uma talassocracia consistente e activa e vislumbram a sua estrutura social (a democracia burguesa, a sociedade de mercado e a ideologia liberal) como um conjunto universal de valores globais, como a ideologia e o fundamento para uma hegemonia planetária. No período entre o Tratado de Versalhes e o início da Segunda Guerra Mundial a migração deste centro da Inglaterra para os EUA será o principal processo geopolítico, ocorrendo no contexto da civilização do Mar.

Precisamente em Versalhes, tendo por base o grupo de especialistas e grandes banqueiros advindos dos EUA, é fundado o “Council on Foreign Relations” (CFR) sob a liderança do geopolitólogo Isaiah Bowman, destinado a tornar-se na maior autoridade no que diz respeito à formação da

política externa americana à escala global de cariz talassocrático. O estabelecimento de uma escola americana de geopolítica inicia-se precisamente com este momento crucial. Ao mesmo tempo, Halford Mackinder, que fazia parte da delegação britânica presente na conclusão do Tratado de Versalhes, começa também a cooperar com o CFR. Mais tarde Mackinder publicará os seus trabalhos sobre política na influente revista “*Foreign Affairs*”, editada pelo CFR. Lançam-se assim as fundações para um *atlantismo geopolítico*, na base do qual se encontra a união estratégica dos dois grandes Estados anglo-saxónicos, a Inglaterra e os EUA. E embora os EUA tenham ocupado o papel de subordinados durante a fase de Versalhes, gradualmente o balanço do poder irá virar em seu favor e são precisamente os EUA quem emergirá gradualmente na liderança, ocupando a função de baluarte de toda a civilização marítima, núcleo da potência do mar e do império oceânico talassocrático global.

Em Versalhes nasce também a História da geopolítica alemã, ligada ao nome e à escola de Karl Haushofer. Haushofer providencia uma análise dos resultados do Tratado de Versalhes no espírito da metodologia de Mackinder, mas tendo por base o posicionamento alemão, que tinha sofrido a derrota. Assim, obtém uma descrição geopolítica daquele modelo que, teoricamente, levaria a Alemanha a um futuro renascimento e a ultrapassar as pesadas condições de Versalhes. Para tal Haushofer apresenta o conceito do “bloco continental” [22], representando este uma aliança de Estados terrestres, continentais e telocráticos: a Alemanha, a Rússia e o Japão. Deste modo é desenvolvido um sistema e uma estrutura de geopolítica continental, representando uma reacção consistente e de grande escala à estratégia dos atlantistas e aos geopolitólogos da escola talassocrática.

O trauma causado por Versalhes na sociedade alemã será posteriormente explorado com grande sucesso pelos nacional-socialistas (com os quais até o próprio Haushofer colaborou inicialmente) e, por fim, será precisamente o plano para a suplantação das limitações de Versalhes um dos factores mais importantes para a obtenção da sua vitória nas eleições para o *Reichstag* (Parlamento) em 1933. No círculo da emigração causada por Versalhes é constituído o movimento eurásico, em cujo seio surgiram as fundações da geopolítica (eurásica) russa [Russkii] [23].

A geopolítica e a sociologia dos primórdios do período de Estaline

Em 1922 a Rússia recebe um novo nome e torna-se na “União das Repúblicas Socialistas Soviéticas”. Se numa primeira fase os bolcheviques se relacionaram de modo neutral com as exigências das etnias minoritárias do Império Russo quanto à separação e à criação dos seus próprios Estados, na década de 20 prevaleceu a tendência centralista, à qual atribuíram o título de “Política Nacional de Estaline”. Foi gradualmente adoptada a via para estabelecer o socialismo numa só pátria, o que exigia o fortalecimento do poder soviético num espaço o mais amplo possível. Por essa razão os bolcheviques regressaram à política czarista de orientação centrípeta e de reforço da união administrativa da Rússia. Desta vez esta política foi formulada tendo por base construções ideológicas completamente novas e fundamentada no internacionalismo proletário, a igualdade de todos os povos e a solidariedade de classe dos proletários de todas as nacionalidades. Mas a essência geopolítica manteve-se a mesma: os bolcheviques angariaram as terras do anterior Império Russo *em redor do núcleo geopolítico da Heartland*. Dum ponto de vista sociológico, esta unificação decorreu sob slogans “espartanos” e anti-burgueses, tendo por base um novo sistema de valores. Esta via começou gradualmente a divergir da ortodoxia marxista, que conjecturava a implementação da revolução proletária, primeiro, em países industrialmente desenvolvidos e não numa Rússia agrária (o próprio Marx tinha excluído categoricamente essa possibilidade) e, em segundo, de imediato ou com muito pouco tempo de diferença numa série de governos, mas em mais do que um país. Lenine e Trotsky, os principais intervenientes da Revolução de Outubro e da subsequente retenção do poder pelos bolcheviques, achavam que a revolução poderia e deveria ser implementada num único país, na Rússia, o que por si só era implicava um certo desvio do marxismo clássico; mas interpretavam-no como sendo uma peculiaridade histórica temporária, após a qual se seguiriam uma série de revoluções proletárias em países diferentes – primeiro na Alemanha mas também na Inglaterra, na França e por aí fora. Ou seja, falava-se de um momento de transição, da implementação da revolução proletária num só país como sendo o primeiro passo em toda uma série de revoluções noutros países e no início de um processo planetário da

revolução mundial universal. Razão pela qual os bolcheviques encararam de modo tão despreocupado as condições dos alemães: era importante fortalecerem a sua posição e aguardar o início da revolução nos Estados europeus, que consideravam ser algo certo e não muito distante. Assim, Trotsky levava a cabo a agitação marxista, estando inclusive em Brest aquando da conclusão do tratado de paz com a Alemanha.

O próprio Estaline, em Maio de 1924, escrevia na sua brochura “*Sobre os Fundamentos do Leninismo*”: “derrubar o governo da burguesia e instalar o governo do proletariado num só país não assegura ainda a plena vitória do socialismo. A principal tarefa do socialismo, a organização da produtividade socialista, ainda se encontra pela frente. Conseguiremos levar a cabo esta tarefa, conseguiremos alcançar a vitória suprema do socialismo num só país sem os esforços combinados do proletariado de uns quantos países desenvolvidos? Não, não é possível. Para a suprema vitória do socialismo, para a organização da produtividade socialista, os esforços de um único país, principalmente um país rústico como a Rússia, não são ainda suficientes; para que tal ocorra são necessários os esforços do proletariado de alguns países desenvolvidos. [24]” Trotsky subseqüentemente continuou a raciocinar com este mesmo espírito.

Mas tudo muda no final de 1924, quando se notam as primeiras contradições entre Trotsky e Estaline. Aqui Estaline nega por completo as suas palavras, proferidas bem recentemente, e apresenta uma tese completamente contraditória. Em Dezembro de 1924 numa das suas primeiras obras, dedicada à crítica do “trotskismo”, “*A Revolução de Outubro e as Tácticas dos Comunistas Russos [Russkii]*” [25], defende que “o socialismo pode ser erguido num só país”. A partir daqui começa a acusar de capitulação e derrotismo todos aqueles que negavam a possibilidade da construção do socialismo na URSS na ausência do triunfo das revoluções socialistas noutros países. A nova atitude teórica e política para a construção do socialismo num único país fortaleceu-se na 14ª Conferência do Partido Comunista Russo (dos bolcheviques) em Abril de 1925. Mais tarde “a construção do socialismo num só país” torna-se num axioma da política soviética.

A partir deste momento, a esperança da revolução proletária noutros países recai para um plano de importância secundária, enquanto que para o topo se movem as tarefas relativas ao fortalecimento da URSS como uma grande potência independente capaz, se necessário, de repelir um ataque por

parte do cerco capitalista. Tendo em conta a especificidade da situação geopolítica da URSS no espaço da Heartland e a peculiaridade do estilo “espartano” da sociedade socialista, estamos perante uma plena *telocracia* de pleno direito. A Rússia soviética da época de Estaline representa uma nova versão do grande império eurásico uralo-altaico, centro da civilização enraizada na terra.

Aqui podemos levantar a seguinte questão: onde recai a responsabilidade da convergência no período histórico soviético quanto às suas medidas eurásicas que tinham por base a terra, no conteúdo da própria ideologia comunista ou no facto histórico da revolução do proletariado ter ocorrido na massa terrestre da Rússia continental? Não há aqui qualquer resposta inequívoca. Trotsky, mesmo no seu tempo da URSS mas ainda mais persistentemente após a sua emigração, defendeu a ideia de que o estatismo de Estaline “traía o comunismo” e recriava um novo palco para a grande burocracia imperial de tipo czarista. Assim, Trotsky afastava o socialismo das medidas eurásicas e atribuía as peculiaridades da URSS (a qual criticava) precisamente por serem um retorno à estratégia nacional russa [Russkii]. É característica de alguns marxistas contemporâneos um ponto de vista diferente deste (por exemplo, Constance Preve [26]), que contempla uma relação interna entre socialismo e continentalismo (a civilização da Terra) e como tal considera que as vitórias do socialismo precisamente na Rússia campesina (e mais tarde noutras sociedades tradicionais e camponesas: China, Vietname, Coreia e por aí fora) não como um acidente mas como algo normal.

De qualquer modo, a construção da URSS depois de 1924 demonstra quão precisas e reais foram as previsões tanto de Mackinder como de Savitskii que, partindo de dois pontos de vista diferentes, analisaram o futuro geopolítico dos bolcheviques: a URSS tornou-se numa grande expressão da Heartland e o seu confronto com o mundo capitalista foi uma manifestação, ou talvez até o pico, da fase da “grande guerra dos continentes”, a batalha entre o Behemoth terrestre e o Leviatã marítimo (na terminologia de Carl Schmitt). A política da construção do socialismo num só país e o crescimento do patriotismo soviético foram essencialmente o estágio seguinte da soberania continental da construção do império. Não é por acaso que testemunhamos nos anos 30, quando Estaline fortaleceu a sua autoridade, uma distinta expressão de tendências precisamente monárquicas, que constituem a peculiaridade do Leste russo [Russkii], da

ideologia moscovita e o eixo motor da construção de um império russo [Russkii]. Estaline transforma-se, para efeitos práticos, num “czar russo [Russkii]”, comparável a Pedro o Grande ou a Ivan o Terrível. Nessa sua nova fase histórica a URSS permanece e desenvolve a uma escala nunca vista os processos geopolíticos de uma civilização terrestre, criando o Estado do Grande Turan. A substância grã-continental eurásica oculta-se sob formas socialistas.

A transferência pelos bolcheviques, a 12 de Março de 1918, da capital da Rússia de São Petersburgo para Moscovo foi simbólica. E embora esta medida tenha sido ditada por considerações de carácter prático e pragmático, a nível do paralelismo histórico tal significou uma substancial viragem tendo em vista o Leste russo, atentando aos cânones moscovitas da geopolítica da terra. A URSS foi uma nova versão do czarismo russo [Russkii] de inspiração terrestre e Estaline foi o “Czar Vermelho”. O conceito de Terceira Roma da Idade Medieval foi paradoxalmente transformado no ideal de Moscovo como capital da Terceira Internacional. A Terceira Internacional, como rede de partidos e movimentos comunistas orientados em redor da Rússia soviética, tornaram-se, correspondentemente, *num instrumento geopolítico* para a propagação mundial da influência telocrática da Rússia [Russkii]. Do ponto de vista ideológico, tratava-se de uma rede planetária, internacional, territorialmente desapegada. Mas do ponto de vista estratégico, a Terceira Internacional cumpriu a função de instrumento geopolítico para a expansão da zona de influência política da Heartland. O messianismo ortodoxo do século XVI reflectiu-se de modo fantástico no “messianismo” comunista bolchevique da revolução global tendo o seu centro em Moscovo, a capital da Terceira Internacional.

A geopolítica da Grande Guerra Patriótica

Depois dos nazis chegarem ao poder em 1933, ocorre no mundo o equilíbrio de forças que se segue. Por um lado, temos a poderosa grã-continental e eurásica União Soviética, governada de modo completamente autocrata por Josef Estaline. Trata-se da Heartland, o centro da força continental global.

No Ocidente, formam-se de fresco dois blocos de governos, como no final da Primeira Guerra Mundial:

1. A aliança talassocrática da Inglaterra, da França e dos EUA mas também dos países da Europa de Leste que pertencem ao “*cordon sanitaire*”

e se encontram sob o controlo da talassocracia (Polónia, Checoslováquia).

2. Os Estados continentais europeus, telucráticos, liderados pela Alemanha nazi e pela Itália fascista mas também dos países ocupados por estes ou pelos seus aliados.

No Oriente temos o Japão, alinhado com a Alemanha e destacando a sua orientação telucrática. A China encontra-se numa condição extremamente enfraquecida e é num grau bastante relevante controlada pelos ingleses.

Em tais condições podemos, de modo puramente teórico, imaginar o seguinte cenário de alianças na guerra que inexoravelmente se aproximava:

1. *A realização do “bloco continental” de acordo com o modelo de Haushofer.* Tal propunha uma aliança da URSS com a Alemanha nazi e também com os restantes países do Eixo e com o Japão. Existiam antecedentes específicos para tal na orientação germanófila dos bolcheviques (o comunista Karl Radek e os nacional-bolcheviques alemães – em especial E. Niekish – insistiram numa aliança entre os nacionalistas de esquerda e a URSS numa estratégica harmonização anti-burguesa, anti-ocidental, anti-França e anti-inglesa [27]), do ponto de vista da análise geopolítica e no facto de ambos os regimes serem nominalmente “socialistas” e “anti-capitalistas”. Mas o dogmatismo marxista e o internacionalismo de Estaline bem como a visão racista (anti-comunista e judeofóbica) de Hitler evitaram-no. O Pacto Molotov-Ribbentrop foi um passo na direcção de tamanha aliança. Se admitirmos que tamanha aliança pudesse ter ocorrido, então, muito provavelmente, o equilíbrio de poderes teria sido suficiente para esmagar o poderio planetário da talassocracia e para retirar os EUA e a Grã-Bretanha da História durante muito tempo. O objectivismo geopolítico urgia aos principais intervenientes continentais para que efectuassem tamanha aliança. Este objectivismo geopolítico tinha os seus representantes mais conscientes e sistemáticos na Alemanha (a escola de K. Haushofer), mas não na Rússia. Há que ter em conta que também na Alemanha os líderes do nacional-socialismo ouviram apenas parte da opinião de Haushofer.

2. *Uma aliança dos países do Eixo com os regimes democráticos burgueses do Ocidente contra a URSS.* Neste caso teríamos algo análogo ao alinhamento de forças da Guerra da Crimeia, quando toda a Europa se consolidou contra a Rússia. O Tratado de Munique foi um passo nessa direcção, quando a Inglaterra apoiou, em parte, Hitler, julgando poder enfraquecer a URSS com o seu auxílio. Neste caso estaríamos a líder com

uma aliança talassocrática que teria por base a hostilidade comum aos países talassocráticos e à Alemanha quanto ao comunismo e à Rússia-Eurásia. Neste caso o prognóstico seria que a URSS se encontraria numa posição desesperada, sem quaisquer aliados estrangeiros. Neste caso as condições de uma campanha militar seriam logo à partida não só desfavoráveis à URSS mas também muito provavelmente fatais. Haushofer também ponderou esta possibilidade e não podemos esquecer que o estranho voo de Rudolf Hess, aluno de Haushofer, para a Inglaterra no início do conflito militar anglo-alemão foi uma tentativa para a construção de uma aliança da Alemanha com a Inglaterra no aquecimento do inevitável conflito com a URSS.

3. *Uma aliança entre os Estados burgueses democráticos talassocráticos com a URSS continental eurásica contra o continentalismo europeu da Alemanha.* Seria a repetição do alinhamento de forças nas vésperas da Primeira Guerra Mundial e uma segunda versão da Entente. Hoje sabemos que foi este o cenário que, de facto, ocorreu, principalmente graças à aventura suicida de Hitler, uma guerra em duas frentes tanto contra o Ocidente como contra o Leste. Neste caso, numa análise final, os vencedores seriam exclusivamente o Ocidente, dado que o conflito entre dois Estados continentais, um contra o outro, (como ocorreu também aquando da invasão de Napoleão) significou o seu mútuo enfraquecimento.

Assim, durante a Segunda Guerra Mundial enfrentaram-se três potências geopolíticas e três ideologias. A Heartland encontrava-se representada pela Rússia soviética, Estaline e o socialismo (marxismo). A potência marítima pela coligação entre a Inglaterra, os EUA e a França unidos sob uma ideologia liberal democrática burguesa. A Europa continental (a Europa Média) encontrava-se representada pelas forças dos países do Eixo (o Terceiro Reich, a Itália fascista e os seus satélites) e pela ideologia da “Terceira Via” (nacional-socialismo, fascismo, o tradicionalismo samurai japonês). Irreconciliáveis e não partilhando qualquer paradigma ou quaisquer pontos de intersecção ideológica, os pólos – a URSS e os países do Ocidente capitalista, representando respectivamente a Terra e o Mar – formaram uma barricada contra a Europa Central e o nacional-socialismo. Tamanho alinhamento de forças *contradiz* por completo o contexto e as regulações da objectividade geopolítica. Consequentemente, representou uma poderosa interferência dos factores subjectivos: o aventureirismo

pessoal de Hitler e o eficaz desempenho dos agentes anti-alemães na URSS e dos agentes anti-soviéticos na Alemanha.

A crónica da Grande Guerra Patriótica, iniciada a 22 de Junho de 1941 e terminada a 9 de Maio de 1945 é conhecida por todos os russos.

A primeira etapa da guerra (repetindo a história da invasão de Napoleão) é a blitzkrieg relativamente bem sucedida levada a cabo pelas tropas alemãs, chegando as divisões alemãs a Moscovo em Novembro de 1941. A um de Dezembro as tropas alemãs conquistaram a Lituânia, a Letónia, a Bielorrússia, a Moldávia, a Estónia, uma parte considerável da República Federativa Socialista Soviética Russa e a Ucrânia, tendo avançado uns profundos 850 a 1.200km. Como resultado de uma feroz resistência, os exércitos alemães foram travados em todas as direcções no final de Novembro e no início de Dezembro. A tentativa de ocupação de Moscovo falhou. No decorrer da campanha de Inverno de 1941-1942 foi levada a cabo uma contra-ofensiva em Moscovo. Foi removida a ameaça a Moscovo. As tropas soviéticas rechaçaram o inimigo 80 a 250km para Ocidente, completando a libertação de Moscovo e da região de Tula, libertando também muitas regiões de Kalinsky e Molensky. Na frente Sul, as tropas soviéticas defenderam a estrategicamente relevante Crimeia.

No Outono de 1942 ocorreu uma mudança qualitativa na situação. A 19 de Novembro de 1942 começou a contra-ofensiva das tropas soviéticas. E desde o começo de 1943 as tropas soviéticas avançaram resolutamente para Ocidente. Os eventos decisivos da campanha do Verão-Outono de 1943 foram a Batalha de Kursk e a Batalha de Dnieper. O Exército Vermelho avançou 500 a 1.300km.

Entre 28 de Novembro e 1 de Dezembro de 1943 decorre a Conferência de Teerão, entre Estaline, Churchill e Roosevelt, na qual a principal questão foi a abertura de uma segunda frente. Os Aliados chegaram a acordo acerca do direccionamento fundamental da futura ordem mundial após a provável derrota da Alemanha e dos países do Eixo.

É revelador que nesse mesmo período Mackinder publique na revista americana “*Foreign Affairs*” o seu último ensaio geopolítico, “*O Mundo Rotundo e a Conquista da Paz*” [28], no qual esboça nas suas características gerais a estruturação do alinhamento geopolítico das forças que os países talassocráticos (os EUA, a Inglaterra, a França e por aí fora) devem rivalizar depois da vitória sobre a Alemanha juntamente com os geopoliticamente e ideologicamente problemáticos aliados da URSS e

Estaline. Uma vez mais Mackinder, agora em novas circunstâncias, apela a um bloqueio contra a URSS, contendo a sua movimentação para Ocidente, e a recriação de um “*cordon sanitaire*” na Europa de Leste.

O Exército Vermelho iniciou a campanha do Inverno de 1943-1944 com um grandioso ataque ao leito esquerdo da Ucrânia [a Ofensiva Dnieper-Cárpatos] (24 de Dezembro de 1943 – 17 de Abril de 1944). Abril-Maio marcaram a Ofensiva da Crimeia (8 de Abril – 12 de Maio). Em Junho de 1944 os Aliados abrem uma segunda frente, que agravou um tanto ou quanto a posição militar alemã mas que não exerceu uma influência decisiva no equilíbrio de poder e no decurso da guerra. Na campanha de Verão-Outono de 1944 o Exército Vermelho levou a cabo uma série de operações de grande escala, incluindo as campanhas da Bielorrússia, de L’vosk-Sandomirsky, Yasso Kishinevsky e os pré-Balcãs. Completou a libertação da Bielorrússia, da Ucrânia, dos Estados do Báltico (com a excepção de algumas regiões da Letónia) e parte da Checoslováquia; libertou o norte de Zapolarye e as áreas do norte da Noruega. A Roménia e a Bulgária foram obrigadas a capitular e a entrar na guerra contra a Alemanha. No Verão de 1944 as tropas soviéticas marchavam no território da Polónia. Um avanço ainda mais activo por parte do Exército Vermelho foi desencadeado somente em Janeiro de 1945 com a operação na Prússia do Leste, a operação Vistula-Oder, a operação de Viena, a de Königsberg e por aí fora. No decurso da movimentação para Ocidente, as tropas soviéticas estabeleceram o seu controlo sobre o enorme espaço da Europa de Leste.

A 25 de Abril de 1945 as tropas soviéticas encontram-se pela primeira vez com as tropas americanas, que tinham avançado pelo Ocidente, no rio Elba. A 2 de Maio de 1945 capitulou a guarnição de Berlim. Após a captura de Berlim, as tropas soviéticas levaram a cabo a operação de Praga, a última operação estratégica da guerra.

Às 22:43 da hora central europeia a 8 de Maio de 1945 terminava a guerra na Europa com a capitulação incondicional das forças armadas da Alemanha. A 24 de Junho levou-se a cabo em Moscovo a Parada da Vitória. Na Conferência de Potsdam em Junho-Agosto de 1945 foi alcançado um acordo entre os líderes da URSS, a Grã-Bretanha e os EUA acerca da reorganização da Europa no pós-guerra. No decorrer deste acordo os países do Ocidente burgueses reconheceram o direito da URSS em manter o controlo sobre a Europa de Leste e a possibilidade de instalarem no poder governos

pró-soviéticos nessa região. Mais, a Prússia passou a estar sob o controlo da URSS, juntamente com a sua capital, Berlim (onde foi estabelecida a República Democrática Alemã). Na mesma altura o território de Berlim foi dividido em dois sectores: o Leste encontrava-se sob o controlo da URSS e o Ocidente sob o controlo das tropas Aliadas, tendo sido unificado à Alemanha Ocidental (RFA – República Federal Alemã).

Os seguintes países encontravam-se na zona de influência prioritária: a Polónia, a Hungria, a Roménia, a Jugoslávia, a Checoslováquia, a Bulgária, a República Democrática da Alemanha e, inicialmente, a Albânia (que mais tarde optou pela China como ponto de referência). Mais tarde, em 1955, estes países (com a excepção da Jugoslávia, que optou pela independente “terceira via”) assinaram também o Tratado da Varsóvia, o qual propunha a criação de um bloco militar, simétrico à OTAN do bloco dos países capitalistas. Este Tratado, como expressão militar estratégica visível do mundo bipolar durou até 1 de Junho de 1991.

As consequências geopolíticas da Grande Guerra Patriótica

As consequências da Grande Guerra Patriótica foram as que se seguem. A potência continental europeia, a Alemanha, sofreu uma avassaladora derrota, saindo de cena da política mundial por muitas décadas. O aspecto terrestre da política europeia manteve-se paralisado durante muito tempo. Ao mesmo tempo, o nacional-socialismo e o fascismo foram, a nível ideológico, definitivamente proibidos e os julgamentos de Nuremberga sentenciaram não só os intervenientes políticos da Alemanha, responsáveis por crimes contra a humanidade, mas também a própria ideologia, que foi reconhecida como criminosa.

Assim, no mundo de acordo com as consequências da Conferência de Potsdam só permaneceram duas forças geopolíticas e ideológicas: o capitalismo liberal burguês democrático do Ocidente (tendo o seu centro nos EUA), como pólo da talassocracia global, e o socialista, comunista e anti-burguês Leste soviético (com o seu centro na URSS). De um mapa geopoliticamente e ideologicamente tripolar, avançámos para um sistema bipolar da organização do espaço global.

Entre 4 e 11 de Fevereiro de 1945 decorreu a Conferência de Ialta entre Estaline, Churchill e Roosevelt na qual foram debatidos os princípios basilares da política do pós-guerra e se fixou formalmente a estruturação do mundo bipolar. Churchill e Roosevelt representavam o mundo anglo-saxão, o eixo americano-inglês que se tornou num centro estratégico unificado, o seio da sociedade atlântica e talassocrática. Estaline por si só falou em nome da URSS como um grande império eurásico global. Esta ordem mundial bipolar recebeu o nome de Mundo de Ialta.

Dum ponto de vista geopolítico, tal significou o estabelecimento de *um equilíbrio planetário entre a talassocracia global e capitalista do Ocidente e a igualmente global telucracia do Leste comunista, que se estendia muito para lá dos limites da URSS*. Ao mesmo tempo, a terceira força, representada pelo centro do continente europeu e pela ideologia da “Terceira Via”, desapareceu de vez (ou pelo menos durante muito tempo, o que não mudou até aos dias de hoje).

A geopolítica do Mundo de Ialta e da Guerra Fria

Devemos efectuar uma pausa para analisar geopoliticamente as fronteiras entre os dois mundos (Leste e Ocidente), delineadas tendo por base a Conferência de Ialta e o alinhamento de forças do pós-guerra. A estruturação das fronteiras tem um impacto tremendo no equilíbrio geral do poder. O geopolitólogo e cientista político belga Jean Thiriart [\[29\]](#) mencionou e analisou pela primeira vez este facto quanto às fronteiras do Pacto de Varsóvia. Thiriart notou que a estruturação das fronteiras entre os blocos Ocidental e de Leste, percorrendo o espaço europeu, eram extremamente *vantajosas* para os EUA e eram, na mesma medida, *desvantajosas* para a URSS. É que a segurança e a defesa de fronteiras terrestres é uma tarefa extremamente difícil, dispendiosa e consumidora de recursos. Principalmente naqueles casos onde a fronteira não se encontre apenas à presença de obstáculos naturais; por exemplo montanhas, rios, bacias e etc., principalmente quando em ambos os lados da fronteira lidamos com uma sociedade homogénea, do ponto de vista sociológico (eticamente, culturalmente, religiosamente e por aí fora). As fronteiras entre os países do Pacto de Varsóvia – representando uma continuação da URSS, ou seja da telucracia continental – e os países da OTAN – o Tratado

do Atlântico Norte, da qual eram membros satélites estratégicos dos EUA – eram precisamente deste tipo. Ao mesmo tempo, os EUA encontravam-se seguros graças às suas fronteiras marítimas, suficientemente baratas, não exigindo grande aplicação de recursos e permitindo a sua concentração noutros problemas estratégicos. Quando absolutamente necessário os EUA, no caso de um conflito com a URSS, perdiam um território na Europa de Leste, mas o seu próprio território permanecia longe do alcance. A URSS, por outro lado, via-se obrigada a defender as fronteiras do Pacto de Varsóvia como se fossem suas.

Tal criou logo à partida condições desiguais para os vencedores da Segunda Guerra Mundial, dando um poderoso domínio estratégico aos EUA e ao bloco da OTAN. Compreendendo isto Estaline, e principalmente Beria, que falava acerca disto de modo mais aberto, elaborou no início da década de 50 planos para a “finlandização da Europa”; ou seja, a criação na Europa Central e de Leste de um bloco de governos que seriam neutros quanto à URSS e à OTAN. Tal permitiria uma estruturação diferente das fronteiras. Quanto mais ampla fosse esta zona “neutral” europeia, mais confortáveis seriam as fronteiras europeias para a Rússia. No final dos anos 60, Jean Thiriart previu o inevitável colapso da URSS caso a estruturação das fronteiras da Europa se mantivessem inalteráveis. Ao mesmo tempo, ele próprio propunha outro cenário: a criação de um “império euro-soviético de Vladivostok a Dublin” [30], ou seja, a expansão das fronteiras do bloco de Varsóvia até às costas do Atlântico. Em qualquer dos casos, a tarefa consistia na *alteração da estruturação das fronteiras*. E embora muito distanciado da partição imediata da Europa entre os EUA e a URSS, foi precisamente este factor geopolítico que se fez sentir de maneira catastrófica para o bloco de Leste.

Regressando ao período do pós-guerra e à formação do Mundo de Ialta, devemos analisar geopoliticamente a “Guerra Fria”. Dois anos passados da vitória sobre Hitler, as relações entre os vencedores da Segunda Guerra Mundial começaram a piorar rapidamente. Aqui a objectividade geopolítica fez-se sentir: a aliança entre as democracias ocidentais talassocráticas e a telocracia socialista soviética era tão pouco natural tanto dum ponto de vista geopolítico como ideológico que um conflito surgiu nessa relação logo desde o primeiro dia.

A “Guerra Fria” começou em 1947, quando o diplomata americano George Kennan publica um texto na “*Foreign Affairs*” apelando à *contenção* da URSS. G. Kennan, um discípulo de Mackinder, o geopolitólogo americano N. Spykman e R. Strauss-Hupe elaboraram um modelo para tamanha configuração das zonas globais, que controladas pelos EUA levariam inevitavelmente e firmemente ao domínio da América sobre a Eurásia. O estrangulamento da URSS no espaço intra-continental da Eurásia e as restrições e o bloqueio da influência soviética em todo o mundo faziam parte dessa estratégia. A principal estratégia consistia em *circunscrever* a zona costeira (Rimland); esta encontrava-se sob o controlo dos EUA no espaço da Eurásia, da Europa ocidental até ao Médio Oriente e à Ásia Central, até ao Extremo Oriente, à Índia e à Indochina. O Japão, ocupado pelos EUA, era já um ponto fulcral da estratégia naval americana.

A URSS reagiu a esta estratégia e, por sua vez, tentou romper o controlo dos EUA e da OTAN sobre a zona costeira (Rimland). Os ríspidos confrontos na altura da revolução chinesa, a qual a URSS apoiou activamente, da Guerra da Coreia e do Vietname deveram-se a isto. Mais, a URSS apoiou as tendências socialistas do mundo islâmico, em particular o “socialismo árabe”, tendo também apoiado os partidos comunistas pró-soviéticos da Europa Ocidental. A grande guerra entre a civilização do Mar e a civilização da Terra também se desenrolou noutros continentes – na África e na América Latina. Em África em Angola, na Etiópia, na Somália e em Moçambique (afro-comunismo); na América Latina, Cuba e os fortes movimentos comunistas do Chile, da Argentina, do Peru, da Venezuela e por aí fora.

As armas atómicas foram um factor de extrema importância na “Guerra Fria”. A demonstração da posse por parte dos EUA de um novo tipo de arma, largado em Hiroshima e em Nagasaki, deu-lhes, assim pareceu, uma vantagem decisiva no futuro confronto com a URSS. Estaline concentrou os seus esforços de modo a que a URSS também pudesse possuir esse mesmo armamento. Nisto, os aliados da URSS nas redes comunistas de todo o mundo desempenharam um papel importante. O compromisso ideológico dos intervenientes de esquerda transformou-os numa rede de agentes de influência e em portais para a recepção de informação do interesse da civilização da Terra. Assim, a infirmação mais relevante acerca das armas nucleares foi obtida de um cientista americano, o físico nuclear Rutherford, por intermédio de uma rede de agentes soviéticos. Combinado com os

avanços soviéticos, a bomba nuclear soviética foi produzida a grande ritmo, equilibrando as possibilidades tecnológicas das duas superpotências.

Em meados dos anos 50 a esquematização geopolítica do mundo bipolar, como expressão planetária do mapa geopolítico inicial de Mackinder, delineou-se nas suas características mais básicas. A Heartland e a civilização da Terra encontravam-se representadas pela URSS, pelos países do Pacto de Varsóvia e pelos regimes socialistas, por vezes a distâncias bem significativas da URSS. Esta era a superpotência soviética e a sua zona de influência. A Terra atingira o seu *máximo histórico* e um escopo e uma influência a uma escala antes impensável. A Eurásia tornou-se num império mundial, espalhando as redes da sua influência a uma escala global.

A outra superpotência, os EUA, tornaram-se também no centro da hegemonia global. O bloco da OTAN e dos países capitalistas de todo o mundo alinhavam-se estreitamente com esta. Entre estas duas potências planetárias desenrolou-se “a grande guerra dos continentes”, constituída ideologicamente como a oposição entre *o capitalismo e o comunismo*. A talassocracia identificava-se com o modelo capitalista burguês, com a sociedade de mercado (do tipo ateniense, cartaginês); a telucracia, com a sociedade socialista do tipo espartano, romano. Todos os principais intervenientes se encontravam distribuídos por entre estes dois pólos. Aqueles que vacilaram na escolha da sua orientação geopolítica e ideológica abraçavam o “Movimento dos Não Alinhados”. Mas este Movimento não representava um terceiro pólo, não delineou qualquer espécie de plataforma ideológica independente nem, para além disto, qualquer estratégia geopolítica. Ou seja, estes países representavam a “terra de ninguém” ou territórios neutros, nos quais os representantes dos blocos tanto de Leste como do Ocidente operavam com igual sucesso.

O mundo bipolar vislumbrado na Conferência de Paz de Potsdam e fixado na Conferência de Ialta tornou-se a partir dos anos 50 no modelo de base das relações internacionais durante algumas décadas, até 1991; ou seja, até ao fim da URSS.

O Mundo de Ialta após a morte de Estaline

Estaline era a figura clássica do grande líder continental, adaptado tanto para a escala do labor geopolítico com que a Rússia se deparava no século

XX como para as constantes sociológicas da sociologia telocrática eurásica, orientada sobre valores hierárquicos, verticais, “heróicos”, “espartanos”. É difícil afirmar se estava familiarizado com as ideias dos eurásicos e dos nacional-bolcheviques e se tinha uma noção precisa dos padrões geopolíticos. De qualquer modo, na sua política externa é possível rastrear a lógica precisa e distinta das suas acções, cada uma delas tendo em vista o fortalecimento da potência da civilização da Terra, expandindo a zona de influência do governo soviético e defendendo os seus interesses estratégicos. No período do seu governo, é manifesto o algoritmo da uma execução consciente de uma geopolítica eurásica grã-continental. Alguns dos seus associados destacaram-se completamente pela sua clara compreensão dos padrões dos processos internacionais, estreitamente associados ao contexto geopolítico; em particular V. Molotov e L. Beria, entre outros. Ficamos com a impressão que após a morte de Estaline e o afastamento de Beria do poder a auto-consciência geopolítica dos líderes soviéticos decaiu abruptamente. Continuam a agir no quadro do mundo bipolar, a enveredar esforços para que o pólo soviético se mantenha perante qualquer descuido dos EUA de modo a fortalecer as tendências pró-soviéticas em várias partes do mundo. Contudo, a política externa soviética torna-se reactiva, secundária e, na maior parte dos casos, defensiva.

É importante que durante o governo de Khrushchev e posteriores os seus líderes deixem de se preocupar com as condições das fronteiras europeias. Se é certo que esta questão preocupava Estaline e Beria, ficamos com a impressão que após estes os líderes da URSS se esqueceram desta por completo, achando que outras questões eram de maior relevância.

Na altura de Khrushchev deu-se a crise das Caraíbas, originada pela revolução cubana. Em geral, esta revolução foi uma reacção simétrica ao atlantismo geopolítico dos EUA no espaço da Eurásia: na mesma medida em que a América se esforçava por colocar as suas bases militares o mais próximo possível do território da URSS, nas zonas costeiras do continente eurásico, também a Cuba de Fidel Castro, saindo do controlo dos EUA e levando a cabo uma revolução proletária, se transformou logicamente numa base estratégica para a presença soviética em directa proximidade dos EUA. Assim, quando a URSS tomou a decisão acerca da colocação de foguetões nucleares em Cuba em Outubro de 1962, tal era completamente natural, principalmente tendo em mente a colocação por parte dos Estados Unidos, em 1961, de foguetões “Júpiter” de médio alcance na Turquia, ameaçando

directamente as cidades da parte ocidental da União Soviética, podendo alcançar Moscovo e todos os principais centros industriais.

Quando o avião espião americano U2 BBC USA no decurso de um dos seus voos habituais sobre Cuba descobriu os foguetões P-12 soviéticos nos arredores de San Cristobal, supostamente equipados com ogivas nucleares, a “Guerra Fria” esteve prestes a tornar-se num conflito nuclear entre as duas superpotências. Inicialmente o Presidente Kennedy tomou a decisão de iniciar um bombardeamento massivo em Cuba, mas então tornou-se aparente que os mísseis soviéticos se encontravam armados e prontos para um ataque aos EUA. Como resultado de negociações dramáticas, a URSS viu-se obrigada a desmantelar os seus mísseis em troca da garantia por parte dos EUA de que renunciariam a quaisquer intervenções na ilha.

Dum ponto de vista geopolítico, a Crise dos Mísseis de Cuba significou a realização do pico da grande guerra dos continentes: um ponto de tal tensão que o desfecho mais provável era o início de uma guerra nuclear global. O rescaldo da crise nas Caraíbas consistiu no facto de que ambas as superpotências, assustadas pela ameaça de destruição da humanidade no decorrer do que se tinha tornado num conflito literalmente nuclear, optaram pela via do desanuviamento da tensão internacional.

Na sua política interna a era de Khrushchev ficou marcada pelo abandono do culto de personalidade de Estaline e pela crítica do estilo de liderança deste. Este fenómeno foi baptizado como “o degelo”. Nesse período começa a formar-se o movimento dissidente na URSS, cujos representantes assumem posicionamentos pró-ocidentais e começam a criticar o socialismo e a sociedade “totalitária” soviética. É importante realçar que, dum ponto de vista geopolítico, a esmagadora maioria dos dissidentes consideram a sociedade ocidental e o capitalismo como *um modelo a imitar* e a sociedade soviética como *um objecto de crítica*, o que nos permite qualificá-los como portadores dos princípios atlantistas, talassocráticos. Entre os dissidentes encontram-se algumas personalidades patrióticas, de orientação nacional (o académico I. Shafarevich, U. Osipov, G. Shimonov e por aí fora) mas no todo representam a minoria.

Na política externa, Khrushchev perde um importante aliado na figura da China maoísta, cuja liderança reagiu de modo extremamente desfavorável ao abandono do culto de Estaline e da sua política. No todo, a política externa de Khrushchev repete as principais linhas de força da política tradicional da URSS.

Após a demissão de Khrushchev do cargo de Secretário-Geral, Leonid Il'ich Brezhnev chega ao poder durante algumas décadas. A política deste período distingue-se pelo conservadorismo, pela ausência de movimento. Por um lado não ocorre um regresso ao estalinismo, mas é também abandonado o forte criticismo ao seu culto de personalidade. É também travado o degelo de Khrushchev e o movimento dissidente é sujeito a uma grande pressão por parte do KGB e da psiquiatria punitiva. A nível da política externa, Brezhnev procura esquivar-se ao confronto directo com o Ocidente.

Mas em 1965 os EUA levam a cabo a invasão militar do Vietname em apoio ao regime capitalista e pró-ocidental do Vietname do Sul, com a sua capital em Saigão. Antes disto no Vietname do Norte, pelo contrário, é aprovado um sistema político pró-soviético (em 1945, Ho Chi Min proclamava a criação da independente República Democrática do Vietname, à qual a invasão francesa furtou a parte Sul, separando o país em dois). A China surge ao lado dos vietcongues (Vietname do Norte). A URSS, também, fornece a Hanoi um apoio digno de nota. Os EUA atiram todo o seu poderio militar em apoio de Saigão, mas a guerra esgotante e extremamente cruel, que dura dez anos até 1975 custando um grande número de sacrifícios à América, termina com a vitória dos comunistas e a unificação de todos os territórios do país sob o governo dos vietcongues. A 30 de Abril de 1975 os comunistas erguiam a sua bandeira no Palácio da Independência em Saigão.

Do ponto de vista geopolítico, tratou-se de uma batalha típica entre a talassocracia e a telucracia pelo controlo da zona costeira (Rimland). Os americanos esforçaram-se para estabelecer a sua influência ali; as forças pró-soviéticas esforçaram-se por se libertar dessa influência em favor da URSS continental. O falhanço da intervenção americana foi uma grande vitória táctica para a URSS. O bloco soviético emergiu deste episódio da grande guerra dos continentes como conquistador.

A situação no Afeganistão, onde intervieram as tropas soviéticas em 1979, teve um desfecho diferente. Nesta altura o clima interno político da URSS tinha piorado qualitativamente: a apatia e a indiferença trespassavam a sociedade soviética; os clichés ideológicos do socialismo e do marxismo, repetidos um número infundável de vezes, começavam a perder o seu significado; a estagnação e a indiferença reinavam. Os aspectos totalitários do sistema soviético adquiriram um carácter grotesco. A ausência de

repressões em larga escala, que tinham cessado desde a altura de Estaline, não deram origem a um aumento da criatividade nem à mobilização dinâmica das energias, limitaram-se a enfraquecer a população. Uma visão estreita e a motivação consumista começaram a prevalecer na sociedade. A esfera humanitária, a cultura, degradaram-se abruptamente. Neste contexto, as tropas soviéticas invadiram o Afeganistão com o intuito de auxiliar a liderança pró-soviética de Taraki. A 27 de Abril de 1978 iniciou-se a Revolução de Abril no Afeganistão, cujo desfecho resultou na chegada ao poder do Partido Popular Democrático do Afeganistão. Em Setembro de 1979 ocorreu um golpe de Estado, no decorrer do qual chegou ao poder Hafizullah Amin, inclinado para relações mais estreitas com os EUA. As tropas soviéticas entraram em Cabul e tomaram de assalto o palácio de Amin, destruindo-o e aos seus associados. Foi colocado no poder o líder pró-soviético Babrak Karmal. Muito rapidamente, a oposição ao regime de Karmal espalhou-se por todo o país, liderada pelos representantes de vários grupos islâmicos; fundamentalistas, principalmente. Ali, também, se fundou a “Al-Qaeda” de Osama Bin Laden, tornando-se posteriormente muito famosa. Pela lógica da objectividade geopolítica, uma vez que a URSS apoiava Karmal, os líderes da CIA surgiram a apoiar os seus opositores, os islamitas. Em particular o grande geopolitólogo americano Zbigniew Brzezinski, directo sucessor das políticas talassocráticas de Mackinder e Spykman, implementou o apoio aos Mujahedin islâmicos do Afeganistão, em Abril de 1980 o Congresso dos EUA autorizava abertamente o “apoio directo e total” à oposição afegã.

Como sucedeu nas guerras da Coreia e do Vietname, a guerra do Afeganistão representou o confronto típico entre a telucracia e a talassocracia na luta pela influência sobre a zona costeira. O território do Afeganistão não possui um acesso directo aos mares amenos, mas é adjacente à fronteira da URSS e por essa razão estrategicamente importante para toda a estratégia de contenção da URSS, estratégia na qual se basearam os EUA durante toda a “Guerra Fria”. No final do século XIX e no início do século XX, o Afeganistão já se estava a tornar numa pedra de toque para as relações russo-britânicos e um elemento muito importante do “Grande Jogo”. O brilhante estratega russo A.E. Snesev [\[31\]](#) escreveu acerca da importância estratégica do Afeganistão para o Império Russo. Brezhnev, durante cujo reinado vingou definitivamente a estabilidade e o conservadorismo na URSS, falece em 1982, no pico da Guerra do

Afeganistão, na qual as tropas soviéticas sofrem pesadas baixas mas, no todo, mantêm o controlo da situação. É substituído pelo ex-líder do KGB, Y.V. Andropov. O seu breve governo (falece por sua vez em 1984) não deixa grandes marcas. Toma o seu lugar K.U. Chernenko, mas vem a falecer em 1985, não tendo tempo para designar uma política própria.

Resumindo, o período que vai da morte de Estaline até à morte de Chernenko representa a movimentação da liderança política da URSS no leito do modelo bipolar resultante do desfecho da Segunda Guerra Mundial. Este período representa o confronto posicional entre a civilização da Terra (o bloco de Leste) e a civilização do Mar (o bloco Ocidental) numa escala global sem quaisquer precedentes, quando a área de acção se transforma praticamente em toda a Terra.

As teorias da convergência e o globalismo

Para compreender os eventos dos anos 80 tanto na URSS como no mundo, é necessário focar-nos num grupo de teorias que surgiram no Ocidente nos anos 70 e que tiveram uma tremenda influência no curso dos eventos que se seguiram. As teorias da convergência surgiram nos anos 50 e 60 entre os sociólogos e os economistas (P. Sorokin, G. Gilbert, R. Aron, Y. Tinbergen e por aí fora). Resumem-se à constatação de que graças às medidas de desenvolvimento tecnológico os sistemas socialista e capitalista ao longo do tempo irão aproximar-se cada vez mais; nas sociedades capitalistas, aumenta o papel do planeamento dos processos tecnológicos; e na economia socialista, começam a surgir pequenos negócios privados (por exemplo nos países da Europa de Leste). Os defensores desta teoria supõem que em determinada altura a competição entre os dois sistemas globais dará lugar a um sistema generalizado e integrado de tipo misto: nele haverá algo tanto de capitalismo como de socialismo.

Após a crise das Caraíbas e no período do apaziguamento nas relações entre o bloco de Leste e o Ocidente, estas teorias adquiriram um significado prático, uma vez que delineavam um cenário de convergência entre os países socialistas e os países capitalistas.

Em paralelo a este direccionamento, surgiram no Ocidente umas quantas organizações que assumiram a tarefa da compreensão *global* dos problemas com os quais se deparava a humanidade como um todo sem fazer o balanço

da divisão entre Leste e Ocidente, entre capitalismo e socialismo. Assim, em 1968, o industrial italiano Aurelio Peccei e o eminente gestor Alexander King fundaram o Clube de Roma, uma organização que unia os representantes da elite política, financeira, cultural e científica do globo, o qual assumiu a tarefa da análise global dos problemas do mundo. Foram também convidados a trabalhar no Clube de Roma cientistas soviéticos (em particular o académico G. Gvishiani [32], director do Instituto de Sistemas Analíticos da Academia Russa das Ciências) [33].

Na mesma altura, a visão de uma humanidade global e do projecto para a instalação de um “governo mundial” torna-se no conceito estratégico de organizações tão influentes quanto o americano “Council on Foreign Relations” (CFR) e a internacional “Comissão Trilateral”, fundada tendo por base o primeiro. Estas organizações dedicaram-se a estabelecer relações especiais com a liderança política soviética, propondo uma consolidação de esforços para um maior apaziguamento e para a resolução dos problemas comuns a toda a humanidade.

É importante prestarmos atenção à “Comissão Trilateral”. Esta organização, fundada tendo por base o CFR sob os auspícios de D. Rockefeller e dos eminentes cientistas políticos e geopolitólogos Z. Brzezinski e H. Kissinger, une os representantes de três zonas geopolíticas – a América, a Europa e o Japão, considerados os três centros do sistema capitalista, da civilização do Mar. A tarefa desta organização, cujas actividades se encontravam cercadas por um veu de secretismo, consistia na coordenação dos esforços dos principais países capitalistas para a vitória na “Guerra Fria”, para o isolamento da URSS e dos seus aliados exercido em todas as frentes: no Ocidente (Europa), no Oriente (Japão) e no Sul (os aliados dos EUA e da OTAN, os regimes do Médio Oriente e da Ásia). Ao mesmo tempo, a “Comissão Trilateral” utilizou a tática não só do confronto directo, mas também da sedução do adversário tendo em vista o diálogo. Assim no final dos anos 70 e início dos anos 80 foram precisamente os representantes desta organização que incitaram o apoio à China tendo em vista uma nova política económica liberal, tendo contribuído com um gigantesco investimento na economia desse país e no apoio à sua via, apesar de ser um regime comunista. Tal foi efectuado com o objectivo de afastar ainda mais a China da URSS e de fortalecer a sua própria presença no Extremo Oriente em detrimento da influência soviética. É revelador que este clube globalista tenha sido essencialmente fundado

precisamente pelo CFR, a estrutura pioneira no rápido desenvolvimento da geopolítica nos EUA, começando em Versalhes, e com a qual o fundador da geopolítica, Halford Mackinder, trabalhou estreitamente nos seus últimos anos de vida. A mera ideia de unir os três centros do mundo capitalista num só centro coordenado já tinha sido expressa no decorrer do labor para a fundação do CFR em Versalhes: na altura o debate era acerca da organização de uma estrutura correspondente na Europa, mais concretamente na Inglaterra, onde o Real Instituto de Estudos Estratégicos (Chatam House) cumpriu esta função – concretizada – bem como um “Instituto de Estudos do Pacífico” (este plano não se concretizou). Portanto, os projectos para um governo mundial no interesse da civilização do Mar começaram a formar-se já nos anos 20, em paralelo com a nova via geopolítica de W. Wilson e na mesma altura foram formadas as primeiras subdivisões organizacionais, criadas para auxiliar na realização desses projectos. Vimos uma nova vaga de iniciativas semelhantes nos anos 70 na forma da criação da “Comissão Trilateral”.

Do ponto de vista da geopolítica, e tendo em mente o facto de se tratar de uma profunda oposição entre a civilização da Terra e a civilização do Mar, a aspiração a unir o sistema capitalista ao sistema socialista (ou seja, de reconciliar a Terra com o Mar) a nível económico, ideológico e prático foi uma estratégia extremamente contraditória, a qual pode ter três explicações teoricamente possíveis:

1. Foi a astúcia da civilização do Mar em adormecer a vigilância da civilização da Terra e compelir a URSS a levar a cabo concessões ideológicas ou de outro tipo ao Ocidente;

2. Foi uma operação especial de larga escala levada a cabo pelos grupos de influência comunista soviética nos países ocidentais com o intuito de enfraquecer a civilização do Mar e discretamente levá-la a reconhecer um conjunto de valores da civilização da Terra (o socialismo, a planificação);

3. Tratou-se de um desejo sincero de dar por terminada “a grande guerra dos continentes” e unir a Terra ao Mar numa síntese inimaginável nunca antes vista.

No primeiro caso a estratégia da convergência levaria a um enfraquecimento da URSS e, num extremo, à sua queda. No segundo apressaria a perspectiva de uma revolução global e da queda do sistema capitalista (a chegada ao poder das forças de esquerda). No terceiro

originária o surgimento de uma nova ideologia utópica, baseada na suplantação da geopolítica e da sua dualidade simétrica.

Hoje estamos perfeitamente cientes que o interesse nessa teoria e nessas instituições terminou por parte da URSS, mas nos anos 60 e 70 tanto os apoiantes como os opositores da convergência só podiam adivinhar o seu verdadeiro teor e os resultados que se poderiam obter caso esta fosse realmente implantada.

A partir dos anos 70 as teorias da globalização começaram a tomar forma, com base nas previsões acerca da unificação da humanidade num só sistema social (Mundo Uno) com um Estado comum (Estado Mundial) e uma liderança mundial (Governo Mundial). Mas a estruturação e os princípios concretos deste “mundo uno” permaneciam vagos, enquanto se aguardava o término da “Guerra Fria”. Podia tratar-se dum capitalismo mundial (no caso da vitória da civilização do Mar), dum socialismo mundial (no caso da vitória da civilização da Terra e do sucesso da revolução mundial) ou nalgum tipo de variante mista (a teoria da convergência e ainda os projectos humanistas marginais no espírito do Clube de Roma, tendo por base a consciência dos “limites do crescimento”, a ecologia, o pacifismo, a previsão da exaustão dos recursos naturais e por aí fora).

A geopolítica da Perestroika

Até 1985 a atitude da URSS perante um delineamento conjunto com o Ocidente era completamente céptica. Só no período de Y. Andropov é que a situação começa a mudar e, de acordo com as suas instruções, um grupo de cientistas soviéticos e institutos académicos recebem a tarefa de cooperar activamente com as estruturas globalistas (o Clube de Roma, o CFR, a Comissão Trilateral, etc.). No seu todo, os principais objectivos da política externa da URSS permaneceram sem qualquer alteração desde o período de Estaline até ao de Chernenko.

As mudanças na URSS começaram com a chegada de M.S. Gorbachev ao gabinete da Secretaria-Geral do Partido Comunista da União Soviética. Toma conta do gabinete no revés da Guerra do Afeganistão, que se torna cada vez mais num impasse. Desde os seus primeiros passos como secretário-geral que Gorbachev se depara com vários problemas sérios. O veículo social, económico, político e ideológico começa a estagnar. A

sociedade encontra-se apática. A mundovisão marxista perdeu o seu apelo e mantém-se por mera inércia. Uma percentagem cada vez maior da intelligentsia urbana sente-se cada vez mais atraída pela cultura ocidental, ansiando por padrões “ocidentais”. A periferia nacional perde o seu potencial de modernização e nalguns locais iniciam-se os processos repressivos de arcaização; os sentimentos nacionalistas aumentam, e por aí fora. A corrida às armas e a necessidade de competir constantemente com um sistema com um crescimento tão dinâmico como o capitalista exausta a economia. Numa extensão ainda maior, o descontentamento nos países socialistas da Europa de Leste atinge o seu máximo, ali o apelo pelos padrões capitalistas ocidentais sente-se de modo cada vez mais agudo, enquanto o prestígio da URSS cai de modo gradual. Nestas condições, exige-se de Gorbachev que tome uma espécie de decisão definitiva acerca da estratégia futura da URSS e de todo o bloco de Leste.

E é o que este faz; a sua estratégia consiste nisto: numa situação difícil, *adoptar como fundamento de base teorias da convergência e os pressupostos dos grupos globalistas iniciando uma aproximação ao mundo ocidental por intermédio da implantação de concessões unilaterais*. O mais provável, Gorbachev e os seus conselheiros esperavam acções de igual simetria por parte do Ocidente; o Ocidente devia ter reagido a cada concessão de Gorbachev com um movimento análogo em favor da URSS. Este algoritmo foi a pedra basilar da política da Perestroika. Na política interna, isto significou o abandono da ditadura ideológica marxista estreita, o alívio das restrições no que dizia respeito às teorias filosóficas e científicas não-marxistas, o término da pressão sobre as instituições religiosas (principalmente a Igreja Ortodoxa Russa [Russkii]), um expandir das interpretações permitidas acerca dos eventos da História soviética, uma política acerca da criação de pequenas empresas (cooperativas) e uma maior associação dos cidadãos de acordo com os seus interesses políticos e ideológicos. Neste sentido, a Perestroika foi uma série de passos em direcção à democracia, ao parlamentarismo, ao mercado, ao “*glasnost*” e à expansão das áreas da liberdade cívica. Esta foi uma movimentação *que se afastava do modelo de sociedade socialista e se aproximava do modelo democrata, burguês e capitalista*. Mas, inicialmente, este modelo era gradual e restringia-se à fronteira do algoritmo social-democrata; a democratização e o liberalismo combinavam-se com a preservação do modelo partidário para a administração do país, uma economia estritamente

vertical e planificada e o controlo, por parte do partido, das agências e serviços especiais por detrás dos processos políticos.

Contudo, noutros países do Bloco de Leste e na periferia da própria URSS estas transformações foram interpretadas como uma manifestação de fraqueza e como concessões unilaterais ao Ocidente. Tamanha conclusão foi confirmada pela decisão de Gorbachev de retirar os contingentes militares soviéticos do Afeganistão (1989), pela oscilação quanto a uma série de revoluções democráticas que se desenrolavam pela Europa de Leste e pelas políticas inconsistentes em relação a uma série de repúblicas aliadas: Estónia, Lituânia, Letónia e ainda a Geórgia e a Arménia, as primeiras envolvidas no processo para a instalação de um estatismo independente.

Neste ambiente, o Ocidente assumiu uma posição bem definida: enquanto encorajava Gorbachev e as suas reformas louvando da boca para fora as suas esperanças acções, não tomou qualquer passo verdadeiramente simétrico em favor da URSS; não foi efectuada a mais pequena concessão para com os interesses políticos, estratégicos e económicos dos soviéticos. Como resultado disto, as políticas de Gorbachev causaram que em 1991 o resultado prático fosse o *desmantelamento* do gigantesco sistema soviético de influência planetária ao mesmo tempo que o espaço deixado vazio era rapidamente preenchido pelo outro pólo, pelos EUA e pela OTAN. E se na primeira fase da Perestroika era ainda possível considerá-la como uma manobra especial no decorrer da “Guerra Fria” (não muito diferente do plano para a “finlandização da Europa” organizado por Beria; o próprio Gorbachev falava acerca da “casa europeia”) no final dos anos 80 tornou-se claro que estávamos a lidar com um caso de *capitulação* directa e unilateral.

Gorbachev concorda com a remoção das tropas soviéticas da República Democrática Alemã, dispersa o Pacto de Varsóvia, reconhece a legitimidade dos novos governos burgueses nos países da Europa de Leste, move-se ao encontro das aspirações das repúblicas soviéticas quanto à obtenção de um maior grau de soberania e independência e para rever as condições do acordo para a formatação da URSS sob novos termos. Gorbachev rejeita também cada vez mais a linha social-democrata, abrindo caminho para reformas claramente capitalo-burguesas na economia. Resumindo, as reformas de Gorbachev reduzem-se *ao reconhecimento da derrota da URSS no seu confronto com o Ocidente e os EUA*.

Duma perspectiva geopolítica, a Perestroika representa não só o repúdio do confronto ideológico com o mundo capitalista, mas também uma completa contradição de todo o percurso histórico da Rússia como Eurásia, a grande formação continental, como Heartland, a civilização da Terra. Tratou-se do enfraquecimento da Eurásia a partir de dentro; a autodestruição voluntária de um dos pólos do sistema mundial; um pólo que não tinha de modo nenhum surgido no período soviético, mas que vinha a tomar forma durante séculos e milénios nos leitos da lógica natural da História geopolítica e de acordo com as linhas de força da geopolítica objectiva. Gorbachev assumiu a posição do ocidentalismo, que levou rapidamente ao colapso da estrutura global e a uma nova versão do Tempo de Dificuldades. Foi adoptado o atlantismo em vez do eurasismo; em vez da civilização da Terra e do seu conjunto de valores sociológicos empregaram-se as normas da civilização do Mar, sua oposta em todos os aspectos. Se compararmos o significado geopolítico destas reformas com qualquer outro período da História da Rússia [Russkii], não conseguimos ignorar a sensação de estarmos a lidar com algo inédito.

O Tempo de Dificuldades na História russa [Russkii] não durou muito tempo e foi substituído por períodos de novos renascimentos de soberania. Mesmo as dissidências mais assustadoras mantiveram um ou outro centro integrador que, com o passar o tempo, se tornou num novo pólo centralizador para os territórios russos. Até mesmo os ocidentalistas russos [Russkii], com inclinações para a Europa, que adoptaram os costumes e os modos europeus, fortaleceram o poderio do Estado russo [Rossiiskii] com as suas habilidades e tecnologia, protegendo as suas fronteiras e defendendo os interesses nacionais. Assim, o ocidentalista Pedro e a alemã Catarina II, com todo o seu entusiasmo pela Europa, aumentaram o território da Rússia e angariaram para esta mais e mais vitórias militares. Até mesmo os bolcheviques, obcecados pela ideia da revolução mundial e tendo concordado sem problemas com os agrilhoadores termos do mundo Brest-Litovsk iniciaram rapidamente o fortalecimento da União Soviética, devolvendo ao controlo de Moscovo as periferias a Sul e a Ocidente. No caso de Gorbachev trata-se de uma excepção absoluta na História geopolítica da Rússia [Russkii]. A sua História jamais conheceu tamanha traição, nem nos seus piores períodos. Não se destruiu só o sistema socialista: a Heartland implodiu.

O significado geopolítico do colapso da URSS

Como consequência do colapso da URSS *o mundo de Ialta chegou ao seu fim lógico*. Tal significou o fim do modelo bipolar. *Um pólo deu cabo da sua existência por iniciativa própria*. Agora podemos afirmar com toda a certeza o que era realmente a teoria da convergência: *uma artimanha da civilização do Mar*. Esta artimanha resultou numa acção que levou à vitória da talassocracia na “Guerra Fria”. Na prática não ocorreu qualquer convergência; e de acordo com a extensão das concessões unilaterais por parte do lado da URSS, o Ocidente limitou-se a fortalecer a sua ideologia liberal e capitalista, expandindo a sua influência cada vez mais através do vazio ideológico que surgiu. Para além disto, a zona de controlo da OTAN também cresceu. Assim, inicialmente praticamente todos os países da Europa de Leste se juntaram à OTAN (Roménia, Hungria, República Checa, Eslováquia, Bulgária, Polónia, Eslovénia e Croácia), depois também as ex-repúblicas da URSS (Estónia, Lituânia, Letónia). Isto quer dizer que a estruturação do mundo após o final da “Guerra Fria” *preservou um dos seus pólos*, a civilização do Mar, o Ocidente, o Leviatã, Cartago, o bloco democrático-burguês com centrado nos EUA.

O fim do mundo bipolar significou, portanto, a vitória de um dos seus pólos e o fortalecimento deste às custas do outro. Um dos pólos desapareceu, enquanto o outro permaneceu e se tornou naturalmente na estrutura dominante de todo o sistema geopolítico global. Esta vitória da civilização do Mar sobre a civilização da Terra representa o verdadeiro conteúdo da globalização, a sua essência. A partir daqui o mundo tornou-se simultaneamente tanto global como unipolar. Duma perspectiva sociológica, a globalização representa a disseminação planetária do modelo único *da sociedade de mercado ocidental, liberal, democrático-burguesa*; a sociedade dos mercadores. Isto *é talassocracia*. Ao mesmo tempo os EUA tornaram-se no centro e no seio desta realidade democrático-burguesa da talassocracia (doravante global). A democratização, a ocidentalização, a americanização e o globalismo representam essencialmente vários aspectos de um só processo *de ataque total por parte da civilização do Mar*, a hegemonia do Mar. Tal resultou daquele modelo planetário que foi a maior contenda da política internacional no decurso do século XX. Durante o

governo de Khrushchev, a versão soviética da telocracia sofreu uma colossal catástrofe e as zonas territoriais de maior importância, as que separavam a Heartland dos mares quentes, ficaram significativamente sob o controlo da potência marítima. É deste modo que devemos analisar tanto a expansão da OTAN no Leste à custa dos países ex-socialistas e repúblicas aliadas e o subsequente fortalecimento da influência do Ocidente no espaço pós-soviético.

O colapso da URSS, que deixou de existir em 1991, deu por terminado o período soviético da geopolítica russa. Este período terminou com uma pesada derrota, sem qualquer paralelo na História russa; nem na altura da queda na decadência mais absoluta dos mongóis, pois mesmo essa foi compensada pela integração num modelo político-governamental de persuasão telocrática. Actualmente, deparamo-nos com uma vitória impressionante por parte dos principais inimigos de toda a telocracia, com a incapacitante derrota de Roma e o triunfo da nova Cartago.

Capítulo 3

A Geopolítica da Rússia de Iéltsin e o seu Significado Sociológico

A grande perda de Roma: a visão de G.K. Chesterton

A desintegração da URSS significou, dum ponto de vista geopolítico, um evento de extrema importância, afectando toda a estruturação do mapa geopolítico global. De acordo com as suas características geopolíticas, o confronto entre o Ocidente e o Leste, o campo capitalista e o campo socialista, o segundo com o seu centro na URSS, representou o auge do profundo processo da grande guerra dos continentes, um duelo planetário entre a civilização da Terra e a civilização do Mar, levado ao mais alto grau de intensidade e à escala planetária. Toda a História precedente levou ao tenso apogeu desta batalha, que atingiu precisamente em 1991 a sua resolução qualitativa. *Nesse momento, juntamente com a morte da URSS, concretizou-se o colapso da civilização da Terra, a queda do baluarte da telucracia, a Heartland recebeu um golpe mortal.*

Para compreendermos o significado total deste momento dramático da História do mundo, devemos uma vez mais recordar o que o escritor inglês G.K. Chesterton afirmou na sua obra “*O Homem Eterno*” [34] acerca do significado da vitória de Roma na série de Guerras Púnicas contra Cartago. Com uma ligeira abreviação reproduzimos essa passagem, a qual reflecte a essência da compreensão geopolítica da História do mundo.

“Pareceu não haver fim para as Guerras Púnicas, e não é fácil estabelecer quando ao certo começaram. Os gregos e os sicilianos já tinham guerreado com a cidade africana. Cartago derrotou os gregos e ocupou a Sicília. Também se manteve em Espanha; mas entre a Espanha e a Sicília havia uma pequena cidade latina, ameaçada pela inevitável destruição. E, de importância crucial para nós, Roma não desejava conciliar-se. O povo romano sentia que não era possível uma reconciliação com tamanha gente. É comum ressentirmo-nos da importunidade da afirmação “Cartago deve ser destruída”. Mas esquecemos que Roma foi destruída (...) Como quase todos os Estados mercantis, Cartago não conhecia a democracia. Os pobres sofriam sob a indiferente e impessoal opressão dos ricos. Tamanhas aristocracias financeiras por norma não permitem que uma pessoa extraordinária chegue ao poder. Mas uma grande personalidade pode surgir em qualquer lado, até mesmo entre a classe governante. Como se por causa da impressão mundial se ter tornado particularmente aterrorizada, numa

câmara dourada de uma das primeiras famílias surgiu um comandante, em nada inferior a Napoleão. Então Aníbal arrastou uma forte cadeia de tropas através dos Alpes, desérticos como estrelas. (...) Os adivinhos e os cronistas romanos, que na altura relataram o nascimento de uma criança com cabeça de elefante e que as estrelas caíam do céu como pedras, compreenderam o cerne da questão muito mais do que os nossos historiadores, que ponderam acerca da estratégia e do conflito de interesses. Algo completamente diferente pendia sobre as pessoas; a mesma coisa que sentimos quando um espírito estranho se faz sentir em nós como um nevoeiro ou um mau cheiro. Não era a derrota nas batalhas nem a derrota no comércio que inspirava os habitantes de Roma com pensamentos de presságios, contrários à Natureza. Moloch observava das montanhas; Baal pisava as vinhas com pés de pedra; a voz de Tanit O Invisível sussurrava o amor que é mais terrível que o ódio. As vinhas pereciam, os campos ardiam; e isto era mais real que o real, era alegórico. O poder da indiferença, muito pior que aquilo que apodam de crueldade, destruiu tudo aquilo que era simples, doméstico e humano (...) O choque entre deuses e demónios, aparentemente, terminara. Os deuses faleceram e Roma não ficou senão só com a honra e a fria bravura do desespero.

Cartago nada temia na Terra excepto Cartago. Um espírito, muito forte nos Estados comerciais prósperos e bem conhecido de todos nós, estimulava-a. Trata-se do frio senso comum e da prática sagacidade dos homens de negócios; o hábito de ter em conta a opinião das melhores autoridades; os pontos de vista de tipo comercial, amplo e realista. Roma só se podia fiar nisto. Tornou-se mais claro que água que o fim estava próximo e toda a fé estranha e fraca era depositada noutra costa. O cartaginês, simples e prático, como devia ser, olhava os factos de frente e via que Roma estava às portas da morte, que tinha morrido, que o confronto tinha terminado e que não restava qualquer esperança, e quem combateria quando não há esperança [?]. Chegara a altura de pensar em coisas mais importantes. A guerra custava dinheiro e, provavelmente, no abismo das suas almas, os homens de negócios sentiam que levar a cabo a guerra era de todo uma tolice; mais precisamente, muito caro. Chegou, também, a época da paz; mais precisamente, da economia. Aníbal pediu reforços; tal pareceu digno de riso, isto tornou-se anacrónico; havia assuntos mais importantes que esse a tratar. É verdade, algum cônsul assassinara o irmão de Aníbal e com a irracional crueldade latina atirara o seu cadáver para o campo de

Aníbal; mas todas essas acções idióticas só confirmavam a perplexidade e o desespero dos latinos. Nem sequer os romanos são estúpidos ao ponto de se manterem fiéis a uma causa perdida. Assim pensaram as mais astutas autoridades financeiras, afastando toda e qualquer nova ansiedade e pedido importuno. Com um preconceito ridículo, graças à confiança das comunidades mercantis de que a estupidez é algo prático e genial, estupidamente, condenaram à fome e à morte esse grande guerreiro com que os deuses em vão os tinham favorecido.

Por que razão se convencem as pessoas práticas de que o mal triunfa sempre? Que é inteligente quem é cruel, ou que até um idiota é melhor do que uma pessoa inteligente se for suficientemente mesquinho? Porque lhes parece que a honra é sentimental e que o sentimentalismo é uma fraqueza? Porque eles, como toda a gente, se guiam pelas suas crenças. Para eles, como para toda a gente, na base de tudo encontra-se a sua opinião pessoal acerca da natureza das coisas; da natureza do mundo no qual vivem: julgam que o medo guia o mundo e que, como tal, no coração do mundo se encontra o mal. Acreditam que a morte é mais forte que a vida e portanto que os mortos valem mais que os vivos. Ficarão surpresos se vos disser que as pessoas que conhecemos em recepções e à mesa do chá são admiradores secretos de Moloch e de Baal. Mas são precisamente estas pessoas espertas e práticas que veem o mundo do mesmo modo que Cartago o via. Aquela simplicidade rude, palpável, pela qual Cartago caiu encontra-se dentro deles. Caiu porque os homens de negócios são indiferentes até à insanidade perante o verdadeiro génio. Não acreditam na alma e acabam por deixar de acreditar na mente. São demasiado práticos para serem bons; mais, não são estúpidos ao ponto de acreditar num qualquer espírito e negam aquilo que todo o soldado afirma ser o espírito do exército. Parece-lhes que o dinheiro irá combater quando os homens já não conseguirem. Foi precisamente o que aconteceu com os comerciantes púnicos. A sua religião era a religião do desespero, mesmo quando os seus negócios corriam às mil maravilhas. Como podiam compreender aquilo porque ansiavam os romanos? A sua religião era uma religião de poder e medo; como podiam compreender que os homens desprezam o medo, mesmo quando são compelidos a submeter-se ao poder? No centro da sua percepção do mundo encontra-se a fadiga; estão cansados também das guerras: como podiam compreender aqueles que não querem deixar de travar uma batalha perdida? Por outras palavras, como podiam compreender o Homem, após terem-se ajoelhado perante

coisas cegas durante tanto tempo: dinheiro, violência e deuses cruéis como bestas? E eis que lhes chegam as notícias: as cinzas incendiaram-se, amplamente; Aníbal foi esmagado; Aníbal foi derrotado; Cipião levou a guerra a Espanha; levou-a a África. Sob os portões da Cidade Dourada, Aníbal travou a sua última batalha perdendo-a, e Cartago caiu, como ninguém tinha caído desde os tempos de Satanás. Da nova cidade permaneceu apenas o nome; é certo, para tal foi necessária outra guerra. E aqueles que cavaram essa terra durante muitos séculos encontraram esqueletos diminutos, centenas deles; os vestígios sagrados da pior das religiões. Cartago caiu porque era fiel à sua filosofia e seguiu-a até ao seu término lógico, afirmando a sua visão do mundo. Moloch tinha devorado as suas crianças. Os deuses ressuscitaram, os demónios foram destruídos. Os derrotados derrotaram-nos; pode mesmo dizer-se que os mortos os derrotaram. Não compreenderemos as glórias de Roma, a sua naturalidade, os seus poderes, caso olvidemos que no horror e na humilhação preservou a saúde moral, a alma da Europa. Tornou-se na cabeça de um império porque se ergueu sozinha no meio das ruínas. Depois da vitória sobre Cartago todos sabiam ou pelo menos pressentiam que Roma representava a humanidade mesmo quando fora despojada desta. Caiu sobre ela uma sombra, embora ainda não se tivesse erguido qualquer luz, e o peso das coisas descansou nos seus ombros. Não nos cabe julgar e adivinhar de que modo ou quando a piedade de Deus pode ter salvo Roma; mas tenho a certeza de que tudo seria diferente se Cristo estivesse no império fenício em vez de no império romano. Devemos estar gratos pela paciência das Guerras Púnicas pelo facto de passados séculos o Filho de Deus ter vindo aos homens e não a uma colmeia desumana. A Europa ancestral causou muitas das suas próprias misérias (...) mas a pior delas não deixa de ser melhor do que aquilo da qual se salvou. Pode um homem normal comparar um enorme boneco de madeira, que rouba às crianças parte do seu jantar, a um ídolo que devora crianças? Os romanos recusaram curvar-se perante um inimigo, não perante um rival. Não se recordaram das estradas boas nem dos negócios ordeiros, recordaram os esgares impudentes, desdenhosos. E odiaram o espírito de ódio que governava Cartago (...) Se passados tantos séculos estamos de algum modo em paz com a antiguidade, devemos pelo menos lembrar-nos às vezes daquilo em que se poderia ter tornado. Graças a Roma, o fardo é-nos leve; e uma ninfa na montanha ou um cúpidos num qualquer postal não nos repulsam. O riso e o sofrimento unem-nos aos

ancestrais; não temos vergonha de os recordar, e é com ternura que vislumbramos o pôr-do-sol sobre a quinta dos sabinos e ouvimos a jovial voz dos deuses domésticos, quando Catulo regressa a casa, em Sirmio: ‘Cartago foi destruída’.”

Em 1991, ocorreu algo *completamente oposto* à vitória histórica de Roma sobre Cartago. Reduzida a pó há mais de 2.000 anos, a civilização vingou-se. Desta vez caiu Roma (a Terceira Roma) e Cartago venceu. Reverteu-se o curso da História mundial. Todas aquelas palavras cruéis que Chesterton dirigiu contra Cartago são perfeitamente aplicáveis àqueles que venceram a “Guerra Fria”. *A civilização mercantil prevaleceu sobre a civilização heróica, asceta e espartana*. O pútrido espírito da plutocracia mostrou ser mais forte do que os perplexos e confusos “romanos” do socialismo, que tinham baixado a guarda. É importante que Chesterton relacione a vitória de Roma sobre Cartago a um evento tão singular para a cristandade como o nascimento de Cristo no Império Romano, no contexto da civilização da Terra. Por esta lógica, no contexto da civilização do Mar só teria nascido o anti-Cristo.

A primeira fase do colapso: o enfraquecimento da influência soviética sobre o movimento esquerdista global

O colapso da URSS ocorreu nalgumas fases. A primeira fase caracterizou-se pelo enfraquecimento da influência da URSS nos países estrangeiros – em África, na América Latina, no Extremo Oriente e na Europa Ocidental (onde sob a bandeira do “eurocomunismo” se iniciou uma reorientação dos partidos comunistas e de esquerda que os afastou da União Soviética para uma realidade singularmente europeia e pequeno-burguesa). Tal começou nos anos 70 e atingiu o seu apogeu nos anos 80. Neste período a campanha de propaganda acerca da denúncia da “repressão de Estaline” e do regime totalitário soviético atinge o seu apogeu e até os círculos políticos de esquerda preferem juntar-se a este criticismo de modo a poderem manter-se no espaço do politicamente correcto. Nos anos 80 e principalmente após a chegada de Gorbachev ao poder, Moscovo não só deixa de tentar opor-se minimamente a estas tendências como pega nelas e começa gradualmente a repetir o criticismo do estalinismo e,

posteriormente, do leninismo, colocando em cheque as fundações da auto-consciência da História soviética. Em vez de fortalecer a sua influência no movimento esquerdista global quanto aos seus interesses geopolíticos, a URSS adota os clichés da propaganda implantada nesse movimento pelas potências burguesas, pró-capitalistas, interessadas no enfraquecimento da civilização da Terra e no fortalecimento da civilização do Mar (os EUA).

Os representantes da Quarta Internacional, os trotskistas, ocuparam um lugar de destaque. Como opositores radicais de Estaline e da sua política para a construção do socialismo num só país já nos anos 20 e 30, os trotskistas tornaram a URSS no seu principal inimigo e neste combate contra a URSS aliaram-se solidariamente com quaisquer potências, inclusive aquelas consideradas como seus “inimigos de classe”. O ódio para com a URSS e Estaline tornou-se na principal característica do trotskismo e levou a que muitos dos seus representantes se alinhassem com o campo liberal e se unissem às fileiras do atlantismo mais consistente e radical [35]. Ao mesmo tempo, foram precisamente estes grupos que mais contribuíram, a partir dos anos 70, para o dismantelamento da esquerda internacional e, acima de tudo, do movimento comunista da URSS.

Como consequência destes processos, a rede de influência da URSS sobre países localizados fora do controlo directo soviético foi minada, enfraquecida e parcialmente afastada do controlo coordenador de Moscovo.

Noutras instâncias o mesmo efeito produziu-se graças às políticas inflexíveis da URSS em relação a várias forças ideológicas dos países do Terceiro Mundo (em particular em África e nos países muçulmanos) onde existia uma real oposição à influência americana e ocidental mas nos quais não existiam as condições prévias para a existência de um movimento socialista histórico de pleno direito. Uma dessas instâncias foi claramente o Afeganistão, onde a URSS apostou somente nos comunistas, ignorando os numerosos grupos nacionais e religiosos que sob outras condições teriam sido aliados da URSS na sua rejeição do americanismo e do capitalismo liberal. Assim, no final dos anos 90, a zona de influência externa soviética no mundo começou, gradualmente, a estilhaçar-se.

Duma perspectiva geopolítica, tratou-se da *debilitação da estrutura de influência global da Heartland*, que na época da “Guerra Fria” conseguiu transferir a sua luta com a civilização do Mar para a periferia do continente eurásico, ou para lá das suas fronteiras.

A segunda fase do colapso: o fim do Pacto de Varsóvia

“Revoluções” anti-soviéticas nos países da Europa de Leste, terminando com a dissolução do Pacto de Varsóvia e a *liquidação do campo socialista*, tornaram-se na segunda fase. Este foi um golpe colossal ao longo da zona mais próxima da defesa estratégica da URSS. A perda da Europa de Leste foi o pesadelo que assombrou até Estaline e Beria, que tinham reconhecido a vulnerabilidade da estrutura das fronteiras europeias. A maneira pela qual se procedeu à entrega da Europa de Leste por Gorbachev representou *o pior* de todos os cenários possíveis. Tropas soviéticas foram apressadamente removidas, e numa vaga de anti-sovietismo o espaço vago foi rapidamente preenchido por tropas da OTAN, pela ideologia burguesa e pela economia capitalista. *O Mar tomou aquilo que escapou ao controlo da Terra*. Cartago uniu à sua zona de influência os territórios dos quais Roma foi expulsa. Mackinder escreveu, “Quem controla a Europa de Leste controla o Heartland; quem controla o Heartland controla a Eurásia; quem controla a Eurásia controla o mundo inteiro”. [36] A partir de 1989 a “civilização do Mar” começou a controlar a Europa de Leste. O projecto de Mackinder, herdado pela geração subsequente de geopolíticos anglo-saxónicos, até Z. Brzezinski, foi levada à prática.

Tendo perdido a Europa de Leste, a URSS perdeu a sua mais importante zona de defesa e recebeu um colossal golpe geopolítico. Além do mais, este golpe não foi compensado com nada e não foi justificado por nada. Os media soviéticos desse período apresentaram os acontecimentos na Europa de Leste como a “vitória da democracia”, paralisando na própria URSS a vontade de auto-preservação e a racionalidade saudável: a nossa derrota óbvia foi retratada como a “vitória do progresso”, etc. Em tal situação, a culpa da qual fica quer com Gorbachev pessoalmente e também com o seu círculo, todas as pré-condições amadureceram para a fase final nesta série de desastres, a dissolução da própria URSS.

A terceira fase do colapso: O Comité Estatal de Emergência e o fim da URSS

Esta dissolução foi evidentemente planeada para Junho de 1990, quando a maioria das Repúblicas Soviéticas da URSS, incluindo a RSFSR, proclamaram a sua soberania. Mas se todas as outras Repúblicas Soviéticas investiram no conceito de soberania o recebimento de autonomia em relação ao centro de toda a União e à possibilidade de se moverem em direcção à construção da sua própria condição de Estado, então a soberania da Rússia tinha um significado mais ambíguo, já que propunha autonomia do centro desse próprio governo, o núcleo do qual era a Rússia. Ou seja, foi uma declaração da libertação da Rússia de si própria. Este gesto foi baseado numa luta de política doméstica entre a liderança da RSFSR, liderada por B.N. Iéltsin, e a liderança da URSS, conduzida por M. S. Gorbachev. Mas o destino do governo estava em jogo com esta oposição.

Em Junho de 1991 tornou-se claro que o processo das Repúblicas Soviéticas tornarem-se autónomas estava a ganhar ímpeto, e os seus líderes levantaram a questão de assinar um novo tratado da União, que essencialmente os converteria em governos soberanos e independentes. Usando os mecanismos formais da constituição da URSS, os chefes das repúblicas soviéticas, enquanto decidiam os seus objectivos de política doméstica, lutaram para fazer uso da fraqueza e cegueira do centro da União em seu próprio interesse.

O Verão de 1991 passou em preparação para o desenlace final. Este chegou a 19 de Agosto de 1991, quando um grupo de líderes soviéticos de alto-escalão - o vice-presidente da URSS, G. I. Yanayev, o ministro da defesa, D. T. Yazov, o presidente do KGB da URSS, B. K. Pugo, o Primeiro-Ministro da URSS, V. S. Pavlov, e outros-perpetraram uma tomada do poder *para evitar a dissolução da URSS*. Este evento entrou na história com o nome “O Golpe de 1991”. Gorbachev foi colocado sob prisão domiciliária na sua *dacha* na Crimeia, em Foros, onde estava de férias. A liderança da RSFSR foi bloqueada no Parlamento (a “Casa Branca”). De um ponto de vista geopolítico, o grupo que tinha levado a cabo o golpe *estava a agir segundo os interesses do Heartland* e tentando não permitir o colapso da URSS, que estava a tornar-se inevitável com a continuação das políticas de Gorbachev e do seu círculo, e também de Iéltsin, em disputa com ele. Gorbachev não envidou nenhuns esforços efectivos para preservar a URSS, e Iéltsin retirou todos os obstáculos para conseguir a sua saciedade da plenitude do poder no país, mesmo ao custo da sua completa fragmentação. Por outras palavras, as acções dos

conspiradores foram *garantidas geopoliticamente e justificadas politicamente*. A observação de uma série de catástrofes da ideologia soviética, do governo e do sistema geopolítico e a ausência de quaisquer políticas efectivas de oposição quaisquer que fossem do lado do poder legal forçou-os a tomar medidas extremas. Contudo, os burocratas de alto-escalão que tomaram o poder tinham falta do espírito, mente e vontade para acabar aquilo que tinham começado, vacilaram, tiveram medo de tomar medidas abruptas, repressivas, contra os seus inimigos, e perderam. Três dias após o 19 de Agosto de 1991 tornou-se evidente que o ataque dos conservadores que tinham tentado salvar a URSS tinha falhado. Gorbachev regressou a Moscovo, e os conspiradores foram presos. Mas doravante o poder *de facto* no país e na sua capital foi transferido para as mãos de Iéltsin e do seu círculo, enquanto o papel de Gorbachev permaneceu nominal. De molde a segurar finalmente os seus sucessos na luta pelo poder, restava a Iéltsin apenas uma coisa a fazer: destronar Gorbachev de uma vez por todas. Para isto foi necessário dissolver a URSS.

Beloveszhskaya pushcha

Sob a influência dos seus conselheiros (G. Burbulis, S. Shakhrai, S. Stankevich), foi o que Iéltsin fez. Em 8 de Dezembro de 1991 na *Beloveszhskaya pushcha* foi assinado um acordo relativo à criação de uma Comunidade de Estados Independentes pelos chefes da Federação Russa (RSFSR), da República da Bielorrússia e da Ucrânia, que significava o fim da existência da URSS enquanto governo unificado. Assim caiu no chão outra zona geopolítica, construída durante o correr de muitos séculos de história russa ao redor do núcleo do Heartland.

Este evento perpetuou a série de eventos prévios e significou uma radical “catástrofe geopolítica” (esta expressão para as características dos eventos de 1991 foi usada por V. V. Putin). Sem quaisquer esforços e sem qualquer compensação geopolítica, o governo soviético foi doravante dividido em 17 governos independentes, não tendo a partir de então nenhuma liderança supra-nacional. Assim um governo que tinha suportado tantos choques sérios – do jugo do Tempo das Dificuldades até à Revolução de 1917 e a Guerra Civil – terminou a sua existência. Se anteriormente a Rússia também tinha sofrido perdas territoriais, comparáveis àquelas que ocorreram em 1991, elas foram compensadas com aquisições noutras áreas

ou duraram pouco tempo. A partir de Gorbachev e Iéltsin podemos fixar uma fase histórica absolutamente nova, quando a liderança da Rússia não aumenta o seu território ou as suas zonas de influência, mas reduz-as; o que é mais, radicalmente, numa larga escala, e irreversivelmente. Cada Czar ou Secretário-Geral aumentou o espaço da influência do Heartland. O primeiro que se desviou desta regra foi Mikhail Gorbachev, e Boris Iéltsin continuou a sua política. A estrutura criada da CEI representou um instrumento de “divórcio civilizacional” e não transportava em si nem uma centelha de liderança geral nem nenhum tipo de potencial integrador.

Só o segundo sonho de Mackinder, que tinha proposto a separação do território da Rússia em vários governos, incluindo aqueles que apareceram em consequência das reformas de Gorbachev e de Iéltsin: os países bálticos (Letónia, Lituânia, Estónia), Bielorrússia, Ucrânia, Moldávia, Arménia, Geórgia, e Azerbaijão, não foi levado à prática. No mapa de Mackinder figuravam também a Yugorrússia e o Daguestão (que incluía todo o Cáucaso do Norte). Mas nos seus traços gerais, o projecto talassocrático de redistribuição da estrutura da Rússia a favor da potência marítima foi realizada *pelas mãos da liderança “democrática” da Rússia*.

É significativo que a vitória da civilização do Mar fosse desta vez tão convincente e profunda que não fosse limitada apenas pela tomada de novos territórios estratégicos, retirados do controlo da civilização da Terra e colocados sob o controlo da civilização do Mar (os países da OTAN). Uma ideologia “do tipo marítimo”, a influência de Cartago, também se espalhou até à própria Rússia, a qual aceitou inteiramente *o sistema de valores dos vencedores* da “Guerra Fria”. *A capitulação geopolítica foi acompanhada por uma capitulação civilizacional e ideológica*: democracia burguesa, liberalismo, economia de mercado, parlamentarismo e a ideologia dos direitos do homem foram proclamados os princípios dominantes da “nova Rússia”. Cartago penetrou no Heartland. E se tomarmos em consideração o significado profundo que Chesterton atribuiu ao desfecho das Guerras Púnicas e que está na base das generalizações históricas de todos os geopolitólogos, então é difícil sobrestimar a importância de todos estes eventos geopolíticos. Neste período, um golpe colossal foi aplicado na civilização da Terra (Roma, Esparta, telucracia), as consequências do qual predeterminaram a distribuição geral dos poderes no mundo *até aos nossos dias*.

O momento unipolar

O colapso da URSS e da completa estrutura geopolítica planetária soviética significou uma mudança cardinal em todo o mapa global. Este foi o fim do sistema de Ialta e a *conclusão do mundo bipolar*. Em tal situação, o Heartland, como núcleo da civilização da Terra, deixou de ser um participante igual (metade) do sistema mundial e abruptamente perdeu as suas posições. Ao invés de um mundo com dois pólos, a era de um mundo *unipolar* começou. O analista e especialista americano na esfera das relações internacionais Charles Krauthammer escreveu na influente revista americana “*Foreign Affairs*”: Foi sugerido que o velho mundo bipolar daria lugar a um mundo multipolar com o poder disperso entre novos centros no Japão, Europa, China e Rússia. Tal sugestão provou estar errada. O mundo após a Guerra Fria não é multipolar. É unipolar. O centro do poder mundial é a superpotência incontestável, os EUA, acoplada com os seus aliados ocidentais. [37]”

A nova arquitectura das relações internacionais, *construída sobre o domínio único dos EUA*, substituiu a prévia bipolaridade. Isto significou, em primeiro lugar, que a estrutura geral do mundo bipolar foi preservada, *mas ao mesmo tempo foi-lhe retirada um dos dois pólos*. O campo socialista e a sua expressão estratégico-militar, o Pacto de Varsóvia, foram desmantelados no final dos anos de 1980; e em 1991 a União Soviética foi desmantelada. Mas ao mesmo tempo o campo capitalista, que se reunia ao tempo da “Guerra Fria” em torno dos EUA, do bloco militar da OTAN e da ideologia burguesa-capitalista (que dominava no Ocidente) *foi inteiramente preservado*. Embora os líderes soviéticos na era Gorbatchev possam ter tentado apresentar um novo sistema de relações internacionais “respondendo aos interesses da URSS”, uma análise imparcial mostra: o Ocidente derrotou o Oriente; os EUA, a URSS; o sistema capitalista, o socialista; a economia de mercado, a economia planeada.

No mundo de Ialta existiam dois apoios para a arquitectura das relações internacionais com um complicado sistema de restrições. No novo mundo unipolar apenas uma autoridade permaneceu: os EUA e os seus aliados. Doravante eles actuaram ao mesmo tempo como acusador e juiz e até como executor do castigo em todas as questões contestadas da vida internacional. O bloco da OTAN não foi dissolvido. Os antigos países do campo socialista da Europa de Leste, e mais tarde também os países bálticos, foram

integrados nele a um ritmo acelerado. A OTAN alargou-se para Leste. E no lugar do caído sistema socialista não surgiu nenhuma “terceira” coisa (pela qual os arquitectos da perestroika tinham esperado), mas o clássico e por vezes bastante grosseiro e brutal “bom velho” capitalismo. Um dos pólos do sistema de dois pólos foi simplesmente removido, enquanto o outro *permaneceu* nas suas características gerais exactamente como tinha sido anteriormente.

A geopolítica do mundo unipolar: Centro-Periferia

A geopolítica do mundo unipolar tem uma peculiaridade. O eixo Oeste-Leste, que prevaleceu na confrontação ideológica da era do mundo de Ialta, é substituído pelo modelo *Centro-Periferia*. Doravante os EUA e os países da Europa Ocidental (os membros da OTAN) são colocados no centro do mundo; e na periferia, todos os outros. A simetria de núcleo/periferia toma o lugar da simetria pólo/pólo. O dualismo do mundo de Ialta, concentrado e estritamente formalizado quer geopoliticamente quer ideologicamente, é substituído por raios mais descentralizados e heterogêneos, partindo do núcleo da unipolaridade para os arredores globais (anteriormente chamados o Terceiro Mundo). Os vencedores da “Guerra Fria” estão a partir de agora localizados no centro, no núcleo. E à volta, em círculos concêntricos, todos os outros estão distribuídos de acordo com o seu grau de proximidade estratégica, política, económica e cultural com o centro. O círculo mais próximo praticamente pertence ao centro: a Europa, os países da OTAN, e o Japão. Mais além, os países democráticos capitalistas, desenvolvendo-se rapidamente; num todo, aliados dos EUA, ou neutrais. E por fim, numa órbita distante, os países fracamente desenvolvidos, localizados na primeira fase de modernização e ocidentalização, preservando traços arcaicos definidos, com uma economia estagnada e uma democracia rudimentar ou “não-liberal”. Tal geometria da configuração do mundo toma forma nos anos de 1990 no lugar do sistema de Ialta.

No seu livro “*The Triumph of the West*”, J. M. Roberts escreveu o seguinte sobre isto: “O sucesso da nossa civilização [Occidental, Americana – A.D.] não pode ser avaliado em termos morais; é uma questão de mera efectividade histórica. Quase todos os princípios e ideias principais que formam o mundo contemporâneo emergiram do Ocidente. Eles estão hoje

espalhados por todo o mundo, e o resto das civilizações curvam-se diante deles. O reconhecimento de tal estado de coisas não nos diz nada sobre se isto é bom ou mau, ou se uma pessoa deve sentir-se deliciada ou aterrorizada por isto. Nós afirmamos simplesmente que existe uma civilização completamente dominante e que essa é a civilização Ocidental” [38]

E depois: “Eu duvido que uma categoria tão abstracta como civilização possa ser inteligentemente combinada com tais ideias como ‘bem’ ou ‘mal’. Mas o facto permanece um facto: a civilização Ocidental hoje forçou todas as outras civilizações a fazer-lhe tantas concessões significativas como elas nunca fizeram previamente diante de qualquer potência estrangeira fosse qual fosse” [39] É importante no trabalho de Roberts que ele tente separar o *facto e a sua avaliação moral*. A civilização Ocidental e, correspondentemente, a ideologia liberal burguesa e o sistema de valores, e também o conjunto de normas sócio-políticas (democracia parlamentar, mercado livre, direitos humanos, a separação de poderes, a independência dos media, etc.) derrotou *todas as alternativas civilizacionais* a uma escala planetária. Tal como de dois pólos geopolíticos apenas permaneceu um, com a modificação do modelo de oposição em torno da simetria Oeste-Leste para o modelo de Centro-Periferia, na esfera da ideologia, ao invés de dois sistemas paradigmáticos e sócio-políticos competindo sobreviveu *apenas um*, que adquiriu um âmbito global. No que respeita à ideologia, isto pode ser formulado assim: a democracia liberal (o núcleo paradigmático) e tudo o resto (a periferia paradigmática).

A geopolítica dos neo-conservadores

A vitória do Ocidente na “Guerra Fria”, consistindo na unipolaridade e no triunfo da civilização Ocidental, foi interpretada de maneiras diferentes nos próprios EUA. Encontramo-nos com um tipo de interpretação no movimento ideológico dos neo-conservadores americanos, que são vistos nos EUA como uma escola extremo-direitista de conservadorismo e que são seguidores do filósofo Leo Strauss [40]. Os neo-conservadores raciocinaram em termos de “força”, “inimigo”, “dominação”, e por aí. Mas isto significa que de modo a controlar a sociedade, uma ameaça externa era necessária. Com a desintegração da União Soviética, foi necessário substituí-la com outra ameaça, a qual se

tornou o Islão. Os neo-conservadores pediram um aumento do orçamento militar dos EUA “para a defesa do papel da América como fulcro global”. A teoria da primazia americana não deixa hipóteses a um mundo multipolar. Através do estabelecimento durável das suas próprias leis em toda a parte, uma potência dominante pode preservar a sua posição dominante sobre o mundo. Isto é chamado “hegemonia global”, a qual os próprios neo-conservadores propuseram chamar uma “hegemonia benevolente”. [41]

Os neo-conservadores tornaram-se numa força influente na vida política americana nos anos de 1980, e o pico da sua influência nas políticas americana e internacional foi a eleição do George Bush mais novo como Presidente dos EUA em 2000. Os neo-conservadores interpretaram o momento unipolar em termos de “império”. Do seu ponto de vista, os EUA procederam sistematicamente no decurso da sua história em direcção à hegemonia global, e quando o último competidor global (a URSS e com ela o campo socialista) caíu, eles alcançaram o objectivo que estava programado desde o princípio e receberam nas suas mãos as rédeas do governo do mundo. Em Agosto de 1996, os neo-conservadores Kristol e Kagan publicaram na revista “*Foreign Affairs*” um artigo, no qual foi dito que: “Hoje, quando é possível, que o império do mal já tenha sido derrotado, a América deve lutar para levar a cabo a melhor liderança americana, uma vez que anteriormente a América não teve esta hipótese de ouro para espalhar a democracia e o mercado livre para além das suas fronteiras. Assim, o objectivo correspondente dos Estados Unidos deve ser a defesa da sua superioridade com todas as forças e durante o mais longo período possível” [42].

Um dos teóricos do neo-conservadorismo, Laurence Vance, escreveu sobre isto: “Nada, contudo, se compara com o império global americano. O que torna a hegemonia americana única é que o seu poder não consiste em controlar vastas áreas continentais ou centros de concentração de habitantes, mas numa presença global, em oposição a qualquer outro império na história. O império global americano é um império do qual Alexandre o Grande, César Augusto, Ghengis Khan, Solimão o Grande, Justiniano e o Rei Jorge V estariam orgulhosos [43]”. A compreensão da nova arquitectura do mundo e do sistema de relações internacionais em termos de um império americano global e planetário não poderia deixar de influenciar os métodos da implementação dos planos estratégicos americanos. Intoxicados pela vitória, os americanos a certa altura

começaram a comportar-se sem cerimónias. Os neo-conservadores elogiaram abertamente a hegemonia americana [44]. Eles elevaram a ideologia liberal capitalista à categoria de *dogma indiscutível*, e proclamaram a supremacia americana e o império americano como sendo o melhor e mais ideal dos sistemas políticos e o arranjo óptimo do novo sistema de relações internacionais.

Os neo-conservadores infundiram na política americana dos anos de 1990 um estilo assaz agressivo. Identificando os interesses nacionais americanos com “o bem” para toda a humanidade, eles deram origem por suas próprias mãos a uma forte oposição e a uma onda de protestos tanto na América [45] como noutras partes do mundo.

A Doutrina Kozyrev

O colapso súbito do sistema soviético e a penetração profunda das tendências talassocráticas na própria Rússia exerceu uma influência colossal na estrutura do mundo. Nos primeiros anos da administração de Boris Iéltsin (1991-1993), todos os processos políticos dentro da Federação Russa continuaram no espírito talassocrático. Nesse período, na política externa, a chamada “Doutrina Kozyrev” foi mantida, chamada pelo apelido do Ministro dos Negócios Estrangeiros da administração Iéltsin.

“A Doutrina Kozyrev” considerava que a unipolaridade é *um facto consumado*, que a dominação dos EUA no mundo deveria ser reconhecida como um dado, e sob tais condições apenas uma coisa resta à Rússia (como o Estado com mais peso em todo o espaço pós-soviético) fazer: integrar-se no mundo ocidental-cêntrico, ocupando nele um lugar de máxima importância e influência, até à extensão que os recursos económicos, estratégicos, e sociais da Federação Russa permitam. Tal reconhecimento foi acompanhado da aprovação *moral* do fim do mundo de dois pólos e por uma resoluta *condenação* da acima mencionada dupla-polaridade e ao mesmo tempo de toda a ideologia, política e geopolítica do período soviético. Kosyrev admitiu: na “Guerra Fria” o Ocidente não venceu apenas pela força, havendo provado ser mais estável e poderoso, mas estava também historicamente *certo*. E resta à Rússia apenas reconhecer este direito do vencedor e juntar-se em solidariedade com ele nos negócios e moralmente.

Na prática isto significou o *reconhecimento da legitimidade da visão americana do mundo e o consentimento para construir a política externa da Rússia em correspondência com a política estratégica geral dos EUA*, adaptando-se a ela e só então perseguir os seus próprios interesses nacionais. Kozyrev aceitou as regras do jogo de um mundo unipolar como *adequadas* e partiu daí ao estabelecer as prioridades e objectivos da política externa da Rússia. Em relação ao espaço pós-soviético, isto propunha a renúncia a quaisquer esforços de Moscovo para restabelecer a sua influência nos países vizinhos, avançar para um formato de relações bipolares com eles e apoiar o movimento individual de países da CEI em direcção à integração gradual no Ocidente e no mundo global. Tal atitude em relação aos EUA e ao Ocidente, que foi mantida na Rússia no princípio dos anos de 1990, significou *capitulação* directa perante o adversário e o reconhecimento do seu direito e da sua vitória (factualmente e moralmente). De certo modo, isto significou o estabelecimento do *controlo estrangeiro do país* pelos representantes do pólo que se tornou único e depois global. Na primeira administração Iéltsin de Yegor Gaidar, na qual o reformista-ocidentalizador Anatoly Chubais desempenhou um papel activo, os reformistas económicos foram liderados por um grupo de peritos americanos (sob a chefia de Jeffrey Sachs [46]), que tinha insistido em terapia de choque e na transferência acelerada de toda a economia da Rússia para o carril ultra-liberal. Isto conduziu a consequências catastróficas: empobrecimento da população, desvalorização da economia, completo declínio da indústria, a privatização de empresas essenciais lucrativas, e a ascensão de grupos inteiros de novos oligarcas, que tinham tomado posições chave no país através de meios ilegais.

De um ponto de vista geopolítico, podemos pensar neste período como o *inundar da Terra*, o estabelecimento de controlo directo sobre o Heartland pela potência marítima. Este foi um tempo de sucesso sem precedentes para os atlantistas; não apenas cercaram a Rússia com um denso anel de Estados leais à civilização do Mar, mas também penetraram profundamente no país, tendo espalhado as suas redes na maioria das estruturas significativas administrativas, políticas, económicas, mediáticas, informativas e mesmo militares (corrompidas por oligarcas, ou directamente infiltradas por agentes atlantistas influentes com a aprovação favorável dos reformistas democráticos no poder).

Os contornos do colapso da Rússia

Iéltsin chegou ao poder numa onda de tentativas por parte de vários grupos administrativos dentro da própria Rússia para receberem autonomia. Assim, antigas repúblicas autónomas receberam automaticamente o estatuto de repúblicas nacionais depois da declaração de soberania da RSFSR, e apressaram-se a registar nas suas constituições uma cláusula sobre a sua soberania, repetindo a lógica da URSS e obviamente contando numa fase posterior declarar a sua saída da composição da Rússia, assim que uma boa oportunidade para tal se apresentasse. Na sua batalha com Gorbachev e a sua tentativa para tomar e segurar o poder, Iéltsin não só aceitou isto favoravelmente, mas também contribuiu activamente para este processo. A sua frase, proferida em 6 de Agosto de 1990 em Ufa, entrou para a história: “Tomem tanta soberania quanta forem capazes de engolir”. Isto foi muito claro, e logo a partir dos anos de 1990 as repúblicas nacionais que compunham a RSFSR, mais tarde a Federação Russa, começaram apressadamente a preencher a declarada soberania com conteúdo real. Essencialmente uma tempestuosa *construção de soberania nacional autónoma* começou, com todos os seus sinais característicos: uma língua nacional própria, um programa educacional, independência económica, autonomia política, e por aí adiante. Algumas poucas repúblicas prescreveram nas suas constituições normativas que, além da soberania, continham todos os atributos de um governo independente. Foi o caso do Tartaristão, da Basquiristão, de Komi, da Iacútia (Sakha), da Chechénia, e outras. Em particular, na constituição da República de Sakha, adoptada a 27 de Abril de 1992, esta república foi declarada “um governo soberano, democrático e jurídico, fundado num direito popular à autodeterminação”. A Constituição incluía todos os atributos de um governo soberano: uma língua nacional, a introdução de uma moeda nacional, um tesouro providenciando a sua negociabilidade, e o seu próprio exército; e também previa requisitos de vistos para cidadãos de outras entidades da Federação Russa. As constituições de outras poucas repúblicas foram elaboradas no mesmo espírito.

A tendência geral a partir do fim dos anos de 1990 consistiu na continuação do crescimento da extensão desta soberania declarada e da insistência que o centro federal a respeitasse.

A política nacional da Federação Russa, cujos contornos foram delineados por R. Abdulatipov, [47] V. Tishkiv [48] e outros, que justificaram a necessidade de uma transição gradual de um sistema federal para uma confederação e mais além, para uma completa separação de repúblicas nacionais (ou, pelo menos, algumas delas) em governos independentes, foi elaborada neste espírito.

Assim, a última parte do plano de Mackinder, relativa ao desmembramento da Rússia, propondo a separação do Cáucaso do Norte (Daguestão) e da Yugorrússia, tornou-se completamente realista neste período.

Esse mesmo Mackinder chamou a Sibéria Oriental pelo termo especial “Lenalândia” e não excluía a sua integração na zona de influência dos EUA [49]. Ele também mencionou de passagem a criação na região do Volga de alguns governos independentes. Mais tarde, o geopolitólogo americano contemporâneo Zbigniew Brzezinski delineou planos análogos para o desmembramento da Rússia nos seus trabalhos, publicados na “*Foreign Affairs*” [50]. Após o colapso dos contornos exteriores do Heartland no começo dos anos de 1990, seguiu-se evidentemente a vez da Federação Russa. Ao mesmo tempo, os representantes dos reformadores-democratas, no poder nessa altura, tinham uma atitude favorável face a estes processos no seu conjunto, conduzindo até as suas políticas domésticas de acordo com os interesses da civilização do Mar.

O estabelecimento de uma escola de geopolítica russa [Russkii]

Depois de 1991 e do fim da URSS, uma escola de geopolítica russa [rossiiskii] começou a desenvolver-se na Rússia. Os primeiros textos geopolíticos (“*O Continente Rússia*”, “*O Subconsciente da Eurásia*”, etc.) são publicados. Em 1991 no jornal “*Dia*”, a obra “*A Grande Guerra dos Continentes*” é publicada, onde os princípios do método geopolítico são estabelecidos em forma jornalística. A partir de 1992, a revista teórica regular “*Elementos*” sai, contendo a secção “*Cadernos Geopolíticos*” e publicando as obras de geopolitólogos clássicos e comentários geopolíticos por tópicos. Assim, uma *escola geopolítica russa de pleno direito [rossiiskii] de orientação neo-eurásica* toma forma, continuando as tradições dos eslavófilos, eurásicos e outros geopolitólogos russos [ruskii],

mas levando em conta o significativo trabalho de base nesta esfera que foi feito ao longo de todo o século XX, quer nas escolas anglo-saxónica e alemã, mas também em França a partir dos anos de 1970 (a escola de Yves Lacoste).

No mesmo período, os proeminentes geopolitólogos europeus Jean Thiriart, Alain de Benoist, Robert Steuckers, Carlo Terracciano, Claudio Mutti e outros visitaram a Rússia, dando palestras e seminários e familiarizando o público da Federação Russa com os princípios do método geopolítico e a terminologia geopolítica. A situação histórica permite a sumarização da experiência histórica no desenvolvimento desta disciplina e o estabelecimento das fundações para uma escola geopolítica de pleno direito. No começo dos anos de 1990, o ensino da geopolítica começa na Academia Militar do Estado-Maior da Federação Russa (sob a liderança do futuro Ministro da Defesa, I. Rodionov, no departamento de Estratégia, conduzido à época pelo Tenente-General H. P. Kolokotov [51]), onde o desenvolvimento dos princípios foram também enunciados, publicados algo mais tarde no texto educacional básico “*Fundações da Geopolítica*” [52]

Cerca de 1993, as noções básicas de geopolítica e de eurásianismo tornaram-se bem conhecidas para um certo círculo de cientistas políticos, estrategas e analistas militares, e numa data posterior a importância da análise geopolítica de acontecimentos que se manifestam torna-se uma parte integral da interpretação do momento histórico no qual a Rússia se encontra. O carácter específico do método geopolítico é responsável pelo facto de que esta disciplina ao princípio ter tido a sua disseminação nos círculos de orientação patriótica e em oposição ao regime vigente de Iéltsin e dos “jovens-reformadores”, o que lhe dá um certo empenhamento político, do qual, incidentalmente, todas as prévias gerações de geopolitólogos, que formularam as suas visões concomitantemente com uma participação activa nas próprias profundezas dos processos históricos, nunca saíram e nunca tentaram sair.

Assim, os neo-eurásicos, reuniram-se em torno da revista “*Elementos*” e do jornal “*Dia*”, tornaram-se a inspiração ideológica para a unificação de forças opostas de direitistas, esquerdistas, e nacionalistas contra Iéltsin e o seu círculo ultra-liberal e atlantista com base em critérios geopolíticos precisos.

A geopolítica da crise política de Outubro de 1993

As posições dentro da liderança russa [rossiiskii] estavam distintamente divididas em 1993. Parte da liderança política, em particular o vice-presidente A. Rutskoy, o chefe do soviete supremo da RSFSR, R. Khasbulatov, e a maioria dos deputados que tinham sido apoiantes de Iéltsin em 1991, mas que estavam desapontados com as suas últimas políticas, moveram-se em oposição ao rumo de Iéltsin e compreendiam o corpo dos seus adversários. Esta divisão, além de serem momentos pessoais no destino destes ou daqueles actores políticos, tinha alguma base geopolítica. Em torno de Iéltsin foi formado um núcleo a partir do grupo de jovens-reformistas de orientação ultra-liberal (Y. Gaidar, A. Chubais, B. Nemtsov, I. Khakamada, A. Kosyrev, etc.) e de oligarcas (B. Berezovsky, V. Gusinsky, etc.). Eles incentivaram Iéltsin a estabelecer relações mais próximas com os EUA e com o Ocidente, ao ponto da execução de geopolíticas atlantistas e de uma completa observância, de todos os modos, das directivas emanadas da civilização do Mar. Na política externa, isto foi expressado pelo apoio incondicional a todos os empreendimentos americanos (“a doutrina Kosyrev”). Na economia na implementação de reformas ultra-liberais e do monetarismo (Y. Gaidar, A. Chubais). Na política doméstica, na democratização, ocidentalização e na liquidação das instituições socialistas, socialmente orientadas. Na questão das repúblicas nacionais, numa atitude favorável ao reforço da sua soberania. Em todos os sentidos, o núcleo que se tinha reunido em torno de Iéltsin e que o incentivava a continuar o movimento nesta direcção era marcado por todo o conjunto de características do atlantismo geopolítico e era um representante vincado da talassocracia quer na política (doméstica e externa) como na esfera dos valores paradigmáticos. O modelo geral de governação era oligárquico e representava os interesses de uns poucos clãs oligárquicos influentes, que tinham discutido entre eles pela influência sobre um “monarca democrático” de vistas curtas, que se arruinava com bebida e mal compreendia a situação. Deste modo, a crise de 1993 teve um foco geopolítico: do lado de Iéltsin estavam os agentes de influência da civilização do Mar; do lado da oposição (o Soviete Supremo) estavam os apoiantes da civilização da Terra.

Os momentos mais dramáticos desta confrontação na política doméstica foram os eventos de Setembro-Outubro de 1993, que terminaram com o alvejamento do Soviete Supremo pelas unidades militares fiéis a Iéltsin, a 4 de Outubro. Essencialmente, este foi um breve lampejo de *guerra civil*, onde duas forças geopolíticas colidiram: os apoiantes da civilização do Mar e do controlo estrangeiro (o campo de Iéltsin e dos jovens-reformistas) e os apoiantes da civilização da Terra, da restauração da soberania da Rússia, da preservação da sua integridade, e do regresso ao modelo telocrático de valores (os apoiantes do Soviete Supremo). Como é bem conhecido, os primeiros tiveram uma vitória sobre os segundos. No decurso de oposição dramática e resistência feroz, as forças armadas, sob o controlo de Iéltsin, tomaram o edifício do Soviete Supremo de assalto, esmagaram o poder de defesa dos seus defensores e desmantelaram o Parlamento, prendendo todas as figuras principais da oposição.

Os adversários de Iéltsin representavam várias tendências políticas e ideológicas: tanto esquerdistas-comunistas como direitistas-nacionalistas e também um número significativo de democratas desapontados com Iéltsin. Estavam todos unidos por uma rejeição da principal orientação política e, correspondentemente, do Atlantismo. O jornal “*Dia*” tornou-se o centro ideológico da oposição, publicado pelo publicista patriótico Alexander Prokhanov. É revelador que de uma forma ou de outra todas as figuras mais significativas da oposição anti-Iéltsin fossem favoráveis ao eurasianismo em 1993: R. Khasbulatov, o presidente do Tribunal Constitucional V. Zorkin, o Vice-Presidente A. Ruskoy, já para não falar dos oponentes mais radicais de Iéltsin: comunistas, nacionalistas e apoiantes da monarquia Ortodoxa.

A mudança dos pontos de vista de Iéltsin depois do conflito com o Parlamento

Depois de tal desfecho, que trouxe a Iéltsin e ao seu círculo uma vitória, decisiva para o seu poder, foram tomadas medidas para conceder às consequências da sublevação, por parte do governo, uma certa legitimidade. Uma constituição, copiada de modelos Ocidentais, foi aprovada muito apressadamente, e eleições foram conduzidas sob a estrita supervisão das

autoridades na Duma Estatal. Mas apesar dos seus esforços, as autoridades não receberam grande apoio da população, que deram a sua voz a um populista com retórica nacional-patriótica, V. Zhirinovsky, e ao ainda mais oposicionista líder anti-liberal do Partido Comunista da Federação Russa, G. Zyuganov. A posição de Iéltsin e dos seus apoiantes naquele momento era tal que teoricamente eles podiam levar a cabo qualquer política que desejassem, incluindo acabar de vez com a oposição, que tinha sofrido uma derrota esmagadora e perdido a vontade de resistir, e dos seus líderes (que tinham sido presos ou tinham desperdiçado a fé dos seus apoiantes). Apesar do facto de que uma vez mais a oposição estava em maioria na Duma eleita, a nova Constituição, que tinha assegurado o modelo de república presidencial e dado ao Presidente poderes extraordinários, permitia às autoridades governantes implementar praticamente qualquer política sem terem de levar em conta fosse o que fosse.

Neste momento, contudo, Boris Iéltsin toma uma decisão, o significado da qual se resume a isto, *não forçar mais além o antigo rumo*, não acabar com a oposição (os seus líderes são em breve libertados sob uma amnistia) e corrigir o rumo pró-Occidental, e ao mesmo tempo colocar os travões na queda da própria Rússia. É difícil dizer claramente o que levou a esta decisão. É possível que um dos factores fosse a poderosa influência de actores poderosos próximos de Iéltsin (A. Korzhakov, M. Barsukov, etc.) cuja importância cresceu no período crítico da operação militar contra o Parlamento em Outubro de 1993 e que diferiam subjectivamente pelas suas mundivisões vagamente patrióticas (bastante espalhadas entre os serviços especiais russos [rossiiskii] por tradição, enraizadas na história da URSS). De qualquer das maneiras, Iéltsin, após a sua vitória sobre a oposição, decide corrigir as suas reformas. As mudanças de pessoal são bastante significativas: no lugar do ultra-liberal Occidentalista Y. Gaidar, o pragmático “director vermelho” é nomeado; no lugar do Atlantista A. Kosyrev, o “patriota” moderado e “eurásico” cauteloso Y. Primakov, um especialista no Oriente e oficial de Informações Estrangeiras.

A “Doutrina Primakov”, por oposição à “Doutrina Kosyrev”, consistia em tentar sob as condições do mundo unipolar, reconhecendo a sua seriedade, defender os interesses nacionais da Rússia dentro dos limites do possível, preservar os seus laços com aliados tradicionais e escapular-se de sob o controlo do *diktat* americano. Este foi um sério contraste em comparação com a posição indiscutivelmente atlantista de Kosyrev.

Tudo isto, contudo, não significou que Iéltsin tivesse rejeitado o seu antigo rumo. Este rumo continuou, e muitas figuras chave, responsáveis pela execução da linha atlantista na Rússia, permaneceram nos seus postos e mantiveram a sua influência; assim como alavancas significativas de poder foram mantidas nas mãos de oligarcas. Mas o ritmo das reformas Atlantistas abrandou significativamente. Iéltsin começou a travar as reformas deste teor ao invés de acelerá-las.

O momento crítico foi a campanha chechena.

A Primeira Campanha Chechena

No quadro do processo geral de soberanização das repúblicas nacionais mesmo no começo dos anos de 1990, vários movimentos nacionalistas foram activados na Chechénia-Inguchétia, um dos quais foi o “Congresso Nacional de Toda a Nação Chechena” criado em 1990, que tinha como objectivo a saída da Chechénia da composição da URSS e o estabelecimento de um Estado independente checheno. Um antigo general da Força Aérea Soviética, Dzhokher Dudayev, era o seu líder. A 8 de Junho de 1991, na segunda sessão, Dudayev, o líder nacional da república chechena, proclamou a independência da República Chechena da Ichkeria. Depois da derrota do Comité Estatal de Emergência, Dudayev e os seus apoiantes tomaram o edifício do Soviete Supremo da Chechénia, e depois da queda da URSS Dudayev anunciou a saída de membro da Federação Russa. Os separatistas organizaram uma eleição, que Dudayev ganha, mas Moscovo não os reconhece. Começa aí, essencialmente, um confronto armado e a criação acelerada pelos separatistas das suas próprias forças armadas. Ao mesmo tempo, dentro do espírito da orientação geral dos reformistas democráticos a favor da aquisição de soberania, coisas bastante estranhas ocorrem: em Junho de 1992 o Ministro da Defesa da Federação Russa, Pavel Grachev, deu ordens para serem dadas aos apoiantes de Dudayev metade de todas as armas e munições que havia na república. Também não podemos excluir a componente de corrupção, que estaria muito dentro do espírito dos processos económicos e sociais da época.

A vitória dos separatistas em Grozni conduziu ao colapso da República Socialista Soviética Autónoma chechena-inguche e à declaração de uma República da Inguchétia separada dentro da estrutura da Rússia. Nesse período, a Chechénia tornou-se *de facto* independente, mas *de jure*, era um

governo não-reconhecido por qualquer país. A república tinha os símbolos de um Estado: uma bandeira, um brasão, e um hino; e os órgãos do poder: um Presidente, Parlamento, e tribunais. Mesmo depois disto, quando Dudayev deixou de pagar impostos para o orçamento geral e proibiu a entrada de empregados dos Serviços Especiais Russos [rossiiskii] na República, o centro federal continuou a transferir fundos monetários do orçamento federal para a Chechénia. Em 1993, 11,5 biliões de rublos foram destinados para a Chechénia. O petróleo russo [rossiiskii] continuou a entrar na Chechénia até 1994; ao mesmo tempo, não foi pago e foi revendido no estrangeiro. E estes processos encaixam-se muito bem na lógica do início dos anos de 1990. A preparação para a saída da Federação Russa de uma das Repúblicas correspondeu ao plano dos atlantistas e dos condutores da sua influência na liderança russa [rossiiskii] e explicou o facto de que muitos poderes políticos e canais de media influentes (pertencentes aos oligarcas) com efeito fechassem os seus olhos ao que estava a acontecer ou apoiassem o regime checheno como precedente para as outras repúblicas nacionais. Assim, a última parte do plano de Mackinder, a fragmentação da Rússia e a criação no Cáucaso do Norte de um Estado, independente de Moscovo, começou a ser implementada. Isto levou também a um apoio dos separatistas chechenos pelo Ocidente e por um grupo de regimes pró-Ocidentais no mundo árabe. A partir do Verão de 1994, operações de combate começaram entre tropas leais a Dudayev e forças do opositorista Soviete Provisório, que tinham tomado uma posição pró-russa. Por alturas do Inverno torna-se claro que a oposição não tem força para lidar com os separatistas, e a 1 de Dezembro a Força Aérea Russa atacou os aeródromos de Kalinovskaya e Khankala e deixou todos os aviões sob controlo dos separatistas fora de combate. Em 11 de Dezembro de 1994, o Presidente da Federação Russa, Boris Iéltsin, assinou o Decreto Nº 2169 “Sobre as medidas para Assegurar a Lei, a Ordem, e a Segurança Geral nos Territórios da República Chechena”. A entrada de tropas federais começou depois disto. Nas primeiras semanas da guerra, as tropas russas [rossiiskii] foram capazes de ocupar as zonas nortenhas da Chechénia, praticamente sem resistência. A 31 de Dezembro de 1994, o assalto a Grozni começou. Resultou em baixas colossais para as forças federais e não durou poucos dias, como tinha sido planeado, mas alguns meses; só em 6 de Março de 1995 uma tropa de militantes do Comando de Campo Checheno de Shamil Basayev se retirou de Chernorech’ye, a última região de Grozni controlada

pelos separatistas. Só então a cidade finalmente passou para o controlo das forças russas [rossiiskii].

Depois do assalto a Grozni, a tarefa principal para as tropas russas tornou-se o estabelecimento do controlo sobre as regiões planas da república rebelde. Em Abril de 1995, as tropas ocupavam quase todo o território plano da Chechénia, e os separatistas apostaram em operações subversivas de guerrilha.

Em 14 de Junho de 1995 um grupo de combatentes chechenos, em número de 195, com o Comandante de Campo Shamil Basayev à cabeça, rumaram ao território de Stavropol Krai em camiões e ocuparam o hospital em Budyonnovsk, fazendo reféns. Depois do acto terrorista em Budyonnovsk, de 19 a 22 de Junho teve lugar a primeira ronda de conversações em Grozni entre a Federação Russa e as partes chechenas, nas quais houve sucesso em alcançar um acordo sobre uma moratória nas operações militares por um período indefinido, o qual no seu conjunto não foi cumprido. Em 9 de Janeiro de 1996 um contingente de 256 combatentes sob o comando dos Comandantes de Campo Salman Raduyev, Turpal-Ali Atgeriyev e Khunkhar-Pasha Israpilov executaram um raide na cidade de Kizlyar, onde terroristas obliteraram um grupo de alvos militares, e depois tomaram o hospital e a maternidade.

A 6 de Março de 1996 alguns contingentes de combatentes atacaram Grozni, que estava controlada por tropas russas [rossiiskii], a partir de várias direcções, mas foram incapazes de tomá-la. A 21 de Abril de 1996, tropas federais foram bem-sucedidas em eliminar Dzhokher Dudayev com um ataque com um míssil.

A 6 de Agosto de 1996 contingentes de separatistas chechenos atacaram de novo Grozni. A guarnição russa [rossiiskii] não conseguiu aguentar a cidade. Simultaneamente com o assalto a Grozni, os separatistas também tomaram as cidades de Gudermes e Argun.

A 31 de Agosto de 1996, acordos de tréguas foram assinados na cidade de Khasavyurt pelos representantes da Rússia (Alexander Lebed, o Presidente do Conselho de Segurança) e da Ichkeria (Aslan Maskhadov). Com base nestes acordos, as tropas russas [rossiiskii] saíram por completo da Chechénia, e a determinação do estatuto da República foi adiado até 31 de Dezembro de 2001. Essencialmente, isto foi *a capitulação de Moscovo perante os separatistas*. A autoridade federal deu a ideia de que não podia

resolver a situação pela força e que a liderança dos insurgentes.

ue foi compelida a seguir a

A partir do momento em que o tratado de Khasavyurt foi concluído até ao começo da Segunda Campanha Chechena em 1999, a Chechénia existiu pela segunda vez dentro do quadro de um governo praticamente autónomo, não dirigido a partir de Moscovo.

É importante enfatizar que as forças liberal-democratas mais consistentes na própria Rússia e os media sob o seu controlo ocuparam no decurso de toda a campanha chechena uma posição ambígua, muitas vezes mostrando os separatistas sob uma luz positiva, como “combatentes da liberdade”, e as tropas federais como “colonialistas russos”. Burocratas corruptos, certos comandantes e clãs oligárquicos trabalharam de modo estreito com os separatistas e a rede criminosa da diáspora chechena dentro da própria Rússia para a extracção das tragédias sangrentas de ganhos materiais e financeiros. Muitas vezes isto trouxe danos irreparáveis às operações militares. A qualquer momento podia chegar uma ordem do centro para parar uma operação bem-sucedida, quando esta se tornasse perigosa para os guerrilheiros. Ao mesmo tempo, o Ocidente dava apoio activo político e social aos separatistas. Um grupo de mercenários de países árabes, como mais tarde se tornou claro, eram empregados regulares da CIA e do MI6 britânico [53].

De um ponto de vista geopolítico, isto é inteiramente natural: a secessão da Chechénia e a formação no seu território de um governo independente de Moscovo teria significado uma mudança para o estágio final do plano atlantista para a fragmentação da Rússia e a formação no seu território de governos novos, independentes (de modo semelhante ao colapso da URSS). A Chechénia foi o teste rigoroso para todos os outros potenciais separatistas. E o destino da Rússia – mais precisamente, do que sobrava dela – dependia directamente do destino da campanha chechena. No facto do início da campanha chechena nós vemos a vaga vontade de Iéltsin de não permitir a desintegração da Rússia. E embora esta campanha tenha sido muito mal conduzida, irresolutamente, e sem previsão, com muitas mortes e em muitos casos vãs de ambos os lados, o simples facto de que Moscovo tenha resistido à desintegração da Rússia teve um significado tremendo. Neste momento, muitos dos apoiantes de Iéltsin do campo dos atlantistas mudaram-se para a oposição, estando insatisfeitos por ele não estar a levar a cabo o plano geral da civilização do Mar, ou pelo menos, estar a atrasar a

sua realização. Por alturas de 1996 esta oposição torna-se bastante influente, e apenas os esforços do bem conhecido engenheiro político S. Kurginyan, trabalhando estreitamente com B. Berezovsky e V. Gusinsky, conduziram a que os oligarcas concluíssem um pacto entre eles para dar apoio “condicional” a Iéltsin nas eleições; devido ao seu medo diante da possível e, face àquela disposição de forças, mais do que provável vitória do candidato do Partido Comunista da Federação Russa, G. Zyuganov. Este fenómeno é conhecido como “O Reinado dos Sete Banqueiros” [54] por analogia com o “Reinado dos Setes Boiardos”, uma época da Turbulência [*Smuta*] russa [russskii] no princípio do século XVII. Em qualquer dos casos, Iéltsin não alinhou de modo completo com os atlantistas. Mas na véspera das eleições presidenciais de 1996, Iéltsin faz de novo uma mudança radical, demite dos seus postos os membros patrióticos da cúpula (A. Kozhakov, M. Barsukov, etc.), e eleva o atlantista e ultra-liberal A. Chubais. Como consequência desta diligência, o tratado de Khasavyurt muito em breve estava concluído, o que tornou inúteis todas as baixas sofridas durante os anos da Primeira Campanha chechena e fez com que a situação regressasse à sua fase inicial. Os separatistas controlavam de novo Grozni e a maior parte da Chechénia, que tinham sido conquistadas pelas tropas federais com tanto esforço e muito sangue. E doravante eles tinham todas as razões para esperar que sob a pressão do Ocidente, Moscovo seria compelido após algum tempo a reconhecer a independência da república rebelde. Isto teria significado o fim da Rússia.

Os resultados geopolíticos da administração Iéltsin

Iremos descrever brevemente os principais resultados geopolíticos do reinado de Boris Iéltsin, o primeiro Presidente da Federação Russa. No seu todo, eles podem ser caracterizados pela completa queda dos interesses nacionais; o enfraquecimento significativo do país; a entrega de posições estratégicas; adulação directa com o estabelecimento acelerado de domínio estrangeiro sobre a Rússia; a implementação de reformas destrutivas na economia, o resultado das quais foi o empobrecimento da população, concomitantemente com o aparecimento de uma nova classe de oligarcas, funcionários corruptos e o seu pessoal de serviço social; e a destruição de toda a infraestrutura social da sociedade. Este período só pode ser

comparado com os ciclos mais negros da história russa [russkii]: com o pico da fragmentação, precedendo às conquistas mongóis, com o Tempo das Perturbações, com a ocupação de Rus por exércitos de polacos e de suecos, com os acontecimentos do Verão-Outono de 1917, conduzindo ao colapso completo do Império Russo [rossiiskii], com a Guerra Civil. E tal como sempre observámos repetidamente em circunstâncias similares, *uma orientação geopolítica para Ocidente* prevaleceu, e ao mesmo tempo o estabelecimento de *um regime oligárquico*, fundado sobre a onipotência de grupos na elite política, competindo uns com os outros. Contudo, as perdas da Rússia durante a administração de Iéltsin, perdas territoriais (a queda da URSS), a catástrofe social e industrial, a chegada ao poder de corruptos, elementos criminosos e de agentes de influência dos EUA – tudo isto foi imprecedente e inédito à escala, à reacção passiva da população, e à duração. *Os anos de 1990 foram uma catástrofe geopolítica monstruosa para a Rússia*. De um pólo do mundo bipolar e da civilização da Terra, que tinha espalhado a sua influência sobre metade do planeta, a Rússia transformou-se num Estado de segunda classe, corrupto, em desintegração, de terceira categoria, perdendo rapidamente a sua autoridade na arena internacional e estando mesmo à beira de desaparecer de todo.

Claro, não podemos culpar apenas Iéltsin por isto; o seu rumo foi preparado por Gorbachev e pelas suas reformas e também por um largo grupo de agentes de influência pró-Ocidentais, apoiantes de reformas liberais ou simplesmente actores absolutamente incompetentes, corruptos e ignorantes. Mas também não podemos absolvê-lo de culpa: sem esta personalidade, vagamente consciente do verdadeiro significado dos eventos que se tinham desenrolado em torno dele e tendo dificilmente compreendido o que ele próprio estava a fazer e para onde se dirigia, é duvidoso que os reformistas pudessem ter implementado com sucesso as suas acções destrutivas, subversivas, que infligiram ao país um golpe tão colossal.

Ao mesmo tempo, Iéltsin, depois do tiroteio do Soviete Supremo em Outubro de 1993, não obstante fez uma certa correcção na lógica geral da sua governação; ele não começou a destruir a oposição e de alguma forma suavizou a sua política destrutiva e suicida, introduzindo-lhe um conjunto de características patrióticas. O facto de ele ter começado a campanha chechena e não ter aceite o ultimato de Dudayev incondicionalmente, ao que os liberais e atlantistas no seu círculo o incitaram, já indica que

preservou uma visão residual do valor da integridade territorial do governo. Nisto ele confiou na sua intuição; e temos de dar-lhe crédito que sob tanta pressão como a que havia sobre si, ele conseguiu resistir e deter-se à beira do abismo. E embora em 1996 ele tenha regressado de novo ao modelo atlantista e entrado no Tratado de Khasavyurt com os separatistas, cancelando com o gesto de uma caneta todos os sucessos militares prévios das forças federais, no fim dos anos de 1990 ele demonstrou de novo que não pode ser inteiramente incluído na categoria dos destruidores da Rússia. Ele nomeia como seu sucessor Vladimir Putin, quem, começando em 2000, implementará uma política geopolítica completamente diferente. Depois de entregar o poder a Putin, Iéltsin confiou-lhe também o destino do seu próprio lugar na história da Rússia. E, pode ser, que isto se tenha tornado no seu testamento geopolítico.

Qual foi o significado de tal testamento, iremos considerar no seguinte capítulo.

Capítulo 4

A Geopolítica dos anos 2000

O fenómeno Putin

A estrutura dos pólos de força na Chechénia em 1996-1999

Depois da conclusão do acordo de paz de Khasavyurt, os separatistas chechenos receberam a oportunidade de construir de novo as suas estruturas de poder e de consolidar o seu poder sobre todo o território da República Chechena. Gradualmente, três tendências rivais emergiram entre eles:

1. círculos moderados de orientação nacional-democrática, apoiados como prioridade pelo Ocidente e tentando jogar pelas regras Ocidentais (A. Maskhadov, A. Zakayev, etc.);

2. representantes do Islão nacional-tradicionalista, orientado para as tribos e clãs e para a oração e a religiosidade (A. Kadyrov, K. A. Noukhayev, etc.);

3. wahabitas radicais, considerando-se a si próprios um elo na rede global do fundamentalismo islâmico, lutando pelo estabelecimento de um Estado islâmico global (S. Basayev, M. Udugov, o “Khattab Negro”, etc.).

Geopoliticamente, as três forças estavam orientadas em direcções diferentes: os nacional-democratas, para o atlantismo; os tradicionalistas, para a população local e as suas fundações; os wahabitas, para a rede global de fundamentalistas radicais.

A geopolítica do Islão

O Islão radical recebeu um novo nascimento nos anos de 1970, quando os serviços secretos americano e britânico começaram a usá-lo activamente para se opor às tendências socialistas e pró-soviéticas no mundo islâmico e, em particular, no Afeganistão. Assim, o bem conhecido geopolitólogo americano Zbigniew Brzezinski instrui pessoalmente os radicais islâmicos e, em particular, os representantes da Al-Qaeda nos campos de treino militar dos mujahedin anti-soviéticos. Até certo ponto, o fundamentalismo islâmico

preencheu assim a função de um *instrumento pragmático regional nas mãos dos atlantistas*.

O próprio mundo islâmico, de um ponto de vista geopolítico, pertence principalmente à zona costeira (Rimland), o que o torna numa zona de oposição de dois poderes: a Terra e o Mar. Nesta “zona costeira”, duas orientações contrárias encontram-se: a orientação para Ocidente e a orientação para Oriente. Durante a “Guerra Fria”, os representantes do Islão liberal e os fundamentalistas radicais (em particular, os wahabitas e os salafitas, prevaletentes na Arábia Saudita, um parceiro regional de confiança dos EUA no Médio Oriente) estavam orientados para o mar. Orientados para terra estavam os regimes orientados para o socialismo e a URSS, os países do socialismo islâmico ou os “Baathistas” (o Partido Pan-Árabe, lutando pela unificação de todos os governos árabes numa formação política unificada). O Irão desde a revolução xiita de 1979 era um caso especial, quando ao lugar do Xá pró-americano chegaram os xiitas radicais, liderados pelo Ayatollah Khomeini. A posição iraniana era estritamente “costeira”: o slogan iraniano “nem Ocidente, nem Leste, a Revolução Iraniana” significava uma rejeição de relações mais estreitas quer com o Ocidente capitalista quer com o Leste socialista.

Mas após o colapso da URSS e da construção geopolítica pró-soviética global, o Islão radical resgatou a sua principal função geopolítica das mãos dos atlantistas. Ao mesmo tempo, o movimento ganhou um certo impulso, e os seus curadores americanos e britânicos foram simplesmente incapazes de reduzi-lo a nada. Em muitos casos, certos laços com o atlantismo foram preservados; contudo, os círculos wahabitas-salafitas gradualmente ganharam autonomia e tornaram-se numa força independente e influente. Uma vez que o principal inimigo, a URSS, já não existia, os fundamentalistas islâmicos começaram gradualmente a levar a cabo ataques locais aos seus antigos patronos, os EUA. No caso da Chechénia, o wahabismo, aí activamente disseminado a partir do fim dos anos 80 até ao fim dos anos 90 como uma força independente e influente, preencheu uma função clássica, servindo os interesses da civilização do Mar, na sua aspiração de enfraquecer tanto quanto possível a civilização da Terra e desmembrar a Rússia. É por isto que a aliança dos nacional-democratas de Maskhadov com os círculos wahabitas tenha, na análise final, um denominador geopolítico comum: ambos objectivamente desempenhavam um papel às mãos dos planos dos atlantistas.

A explosão de casas em Moscovo, a incursão no Daguestão, e a chegada de Putin ao poder

O pólo wahabita começou a formar-se na Chechénia já no fim dos anos 80, e desde o começo não se limitou só ao território da Chechénia. Além do mais, inicialmente, o centro de difusão do wahabismo era o vizinho Daguestão. Um dos representantes dos primeiros wahhabis daguestanis foi Bagautdin Kegegov, que tinha estabelecido, já no tempo da Primeira Campanha Chechena, contactos próximos com o mercenário salafita árabe, Khattab (quem subsequenteemente provou ter laços estreitos com a CIA) e os Comandantes de Campo chechenos. Em Abril de 1998 em Grozni, com a participação de Kebedov e dos seus apoiantes, uma convenção constitutiva da organização “Congresso do Povo da Ichkeria e do Daguestão” [CPID], o líder do qual era Shamil Basayev, teve lugar. A principal tarefa era “a libertação do Cáucaso muçulmano do jugo imperialista russo [rossiiskii] (uma tese completamente atlantista no seu conteúdo). Sob a égide do CPID, grupos para-militares foram criados, incluindo “a Brigada Internacional Islâmica”, que Khattab comandava. Os wahabitas começaram a criar um submundo armado no Daguestão, e por alturas de 1999 a sua influência nesta república tornou-se criticamente alta. Em 1999 os combatentes de Kebedov começaram a penetrar no Daguestão em pequenos grupos e a criar bases militares e depósitos de armas em aldeolas montanhosas, difíceis de alcançar. Depois das suas viagens ao Daguestão, o Primeiro-Ministro da Federação Russa, S. Stepashin, ficou tão impressionado com a influência dos wahabitas que permitiu a si próprio uma expressão desesperada dizendo que “a Rússia, ao que parece, perdeu o Daguestão”.

A 7 de Agosto de 1999 subdivisões da “Brigada Internacional Islâmica” de Basayev e Khattab, entre 400-500 combatentes, entraram na região de Botlikhsky no Daguestão sem dificuldade e tomaram um grupo de aldeias (Ansalta, Rakhata, Tando, Shodroda, Godoberi) depois de anunciarem o início da operação “Imã Ghazi Mohammed”. Com grande dificuldade, tropas federais e milícias locais conseguem expulsá-los de algumas vilas capturadas em finais de Agosto. Em resposta a isto, em princípios de Setembro de 1999 (4-16) aqueles mesmos círculos wahabitas organizaram uma série de explosões em casas residenciais em Moscovo, Buynaksk e

Volgodonsk. Actos terroristas foram planeados e levados a cabo pelo grupo para-militar ilegal “Instituto Islâmico do Cáucaso”, por Shamil Basayev, Emir Al-Khattab, e Abu Umaron. Como resultado destes actos terroristas, 307 pessoas morreram; mais de 1700 pessoas foram feridas com vários graus de severidade ou sofreram de algum modo.

Em 5 de Setembro de 1999 contingentes de combatentes chechenos sob o comando de Basayev e de Khattab entraram de novo no Daguestão. As operações receberam o nome “Imã Gamzat-Bek”.

Este foi o momento decisivo, crítico na história mais recente russa [rossiiskii]. A Chechénia separatista, que tinha recebido espaço para respirar depois do acordo de paz de Khasavyurt, tornou-se a fonte de um separatismo activo sob a bandeira wahabita em todo o Cáucaso do Norte e, em primeiro lugar, no Daguestão. A incerteza e vacilação do centro federal, à cabeça do qual estava o doente sem esperança Boris Iéltsin, agora mal compreendendo o mundo que o rodeava, num ambiente de agentes de influência pró-Occidentais que bloqueavam qualquer iniciativa de soberania, agravou a situação e permitiu aos militantes islâmicos levar a cabo ataques ousados e conduzir ataques terroristas muito para além das fronteiras da Chechénia, invadindo o território do Daguestão e rebentando casas em cidades russas [rossiiskii] e em particular na própria cidade de Moscovo. Esta foi a linha crítica, que poderia significar o começo do impetuoso colapso da Rússia. Parecia que a Rússia estevava à beira de deixar de existir como *um todo geopolítico*. Se os actos ousados dos wahabitas fossem bem-sucedidos, outras regiões islâmicas, e seguindo-as, muitas outras formações dentro da Federação Russa, prontamente seguiriam o exemplo das repúblicas do Cáucaso do Norte.

Neste período Iéltsin começa a reconhecer a gravidade da sua situação e a situação da elite oligárquica corrupta e pró-Occidental (“os Sete”) que o rodeava. Ele procurou fervorosamente por um sucessor, mas compreende a tempo que Sergei Stepashin, nomeado Primeiro-Ministro da Rússia no período de Maio a Agosto de 1999, não é capaz de lidar com a situação. E nesse momento faz uma escolha a favor do na altura pouco conhecido burocrata, antigo vice do presidente da Câmara de São Petersburgo, Anatoly Sobchak, o líder da FSB da Federação Russa, Vladimir Vladimirovich Putin. Em Agosto de 1999, Iéltsin, inesperadamente para muitos, nomeia-o Primeiro-Ministro Interino e seu sucessor para o posto de Presidente da Federação Russa. Esta escolha muda cardinalmente o subsequente destino

geopolítico da Rússia e torna-se o ponto de uma viragem brusca em todo o seu rumo. Putin chega ao poder naquele momento em que parecia que nada seria então capaz de parar a queda da Rússia no abismo.

No seu posto, Putin volta a sua atenção em primeiro lugar para a Chechénia e para a guerra que lavra no Daguestão. Assim começa a Segunda Campanha Chechena.

A Segunda Campanha Chechena

A invasão no Daguestão e a explosão de casas ocorreu precisamente nos primeiros dias de Putin nos seus cargos como Primeiro-Ministro da Federação Russa e como “sucessor de Iéltsin”. A situação era mais do que crítica, e agora Putin tinha de fazer um gesto fundamental: ou aceitar aquelas tendências que estavam a reunir forças como convenientes e inevitáveis, ou tentar mudar a situação e reverter o rumo dos acontecimentos. Este momento tinha um significado geopolítico colossal para toda a história da Rússia.

Putin faz uma escolha a favor da restauração da integridade territorial da Rússia e toma este caminho com firmeza e sem qualquer vacilação (em contraste completo com a maneira de governar de Iéltsin).

Em meados de Setembro, Putin toma a decisão de conduzir uma operação militar para a destruição dos militantes no território da Chechénia. A 18 de Setembro as fronteiras da Chechénia foram bloqueadas por tropas russas [rossiiskii]. A 23 de Setembro a pedido de Putin, o Presidente da Rússia, Boris Iéltsin, assina um decreto “Sobre as Medidas para Melhorar a Eficiência das Operações de Contra-Terrorismo na região do Norte do Cáucaso da Federação Russa”, providenciando a criação de um grupo unido de tropas no Norte do Cáucaso para levar a cabo operações de contra-terrorismo. A 23 de Setembro as tropas russas [rossiiskii] começaram um bombardeamento maciço de Grozni e dos seus subúrbios, e a 30 de Setembro entraram no território da Chechénia. Assim começou a Segunda Campanha chechena.

Nesta campanha o Kremlin baseou-se em dois princípios:

- 1.A destruição radical de todos os para-militares separatistas e a supressão de todas as bolsas de resistência, com o objectivo de estabelecer um controlo completo sobre todo o território da Chechénia e o regresso do espaço da República para a zona administrativa de gestão russa [rossiiskii].

2. “A chechenização do conflito”; ou seja, a atracção para o seu lado daquelas forças que estavam menos ligadas aos centros de controlo atlantistas estrangeiros (em 2000 o antigo apoiante dos separatistas, o principal Mufti da Chechénia, o tradicionalista Akhmad Kadyrov, torna-se o cabeça da administração da Chechénia, leal à Rússia).

Os separatistas radicais respondem a esta estratégia com um apelo a mercenários estrangeiros e à ajuda do Ocidente. Indirectamente isto mina a sua posição entre a maioria da população chechena, estranhos face à ideologia wahabita importada e aos valores Ocidentais liberal-democráticos.

Vemos que a política de Putin na Segunda Campanha Chechena porta um carácter geopolítico obviamente eurásico, baseado em terra e logicamente opõe-se àquelas forças que lutam para enfraquecer as tendências centrípetas e desmembrar a Rússia. Doravante, isto torna-se precisamente o vector principal da política de Putin. Isto contrasta drasticamente com o rumo de Iéltsin e está na base da rapidamente crescente popularidade do novo líder russo [rossiiskii]. A Segunda Campanha Chechena opôs-se à Primeira em todas as suas características. Vemos nela a vontade inabalável de Moscovo de fazer regressar a Chechénia ao controlo russo [rossiiskii] (em 27 de Setembro Putin rejeita categoricamente a possibilidade de um encontro entre o Presidente da Rússia e o líder da República Chechena da Ichkeria, explicando: “não haverá encontros com o fim de permitir aos militantes lambar as suas feridas”), na ausência de qualquer influência na situação por parte dos agentes de influência Ocidentais (cuja voz Putin não está para ouvir), na tomada em conta das características geopolíticas, a prontidão em opor-se à pressão Ocidental, e no emprego habilidoso das peculiaridades das várias orientações políticas, ideológicas e geopolíticas dos centros internos de influência e de autoridade.

Todos estes factores agregados concorrem para o sucesso completo desta estratégia. As tropas russas [rossiiskii] entram na Chechénia tanto a partir do Norte como do lado da Inguchétia e gradualmente libertam um centro populacional após outro dos militantes. Os Comandantes de Campo irmãos Yamadaev e o Mufti da Chechénia Akhmad Kadyrov entregam o muito importante centro estratégico de Gudermes a 11 de Novembro sem luta.

A partir de 26 de Dezembro a batalha por Grozni começa, a qual termina com a completa captura da cidade apenas em Fevereiro de 2000. Depois disto segue-se a gradual libertação dos separatistas de todo o restante território da Chechénia; primeiro as planícies, depois as regiões montanhosas. A 29 de Fevereiro de 2000 o Primeiro Vice-Comandante do grupo unido de forças federais, Coronel-General Gennady Troshev, anunciou o fim das operações militares de larga escala na Chechénia, muito embora isto fosse pouco mais do que um gesto simbólico: as batalhas ainda duraram muito em muitas regiões da Chechénia.

A 20 de Março, nas vésperas das eleições presidenciais, Vladimir Putin visitou a Chechénia, a qual estava na altura sob o controlo das forças federais. E a 20 de Abril o Primeiro Vice-Comandante do Estado-Maior, Coronel-General Valery Manilov, anunciou o fim da parte militar da operação de contra-terrorismo na Chechénia e a mudança para operações especiais.

Em 9 de Maio em Grozni no estádio do “Dínamo”, onde tinha lugar uma parada em honra do Dia da Victória, uma poderosa explosão ribombou, em resultado da qual o Presidente da Chechénia, Akhmad Kadyrov, morreu. Depois disto, ataques separados dos separatistas continuaram episodicamente em vários pontos da Chechénia e além das suas fronteiras.

Em 8 de Março de 2005 durante uma operação especial do FSB na aldeia de Tolstoy-Yurt, o não-reconhecido “Presidente” da República Chechena da Ichkeria, Aslan Maskhadov, foi aniquilado, e a 10 de Junho de 2006 um dos líderes dos terroristas, Shamil Basayev, foi morto.

A partir de 2007 após ter alcançado a idade de 30 anos o filho de Akhmad Kadyrov, Ramzan Kadyrov, torna-se o líder da Chechénia, continuando a executar a política do seu pai.

Os resultados geopolíticos da Segunda Campanha Chechena foram o encerrar da forma abrupta dos processos separatistas no Norte do Cáucaso, a preservação da integridade territorial da Rússia, a destruição das unidades mais poderosas dos separatistas chechenos e o estabelecimento do controlo do governo federal sobre todo o território da Federação Russa.

Na prática este transformou-se no ponto de viragem de toda a história mais recente da Rússia. Desde o final dos anos de 1980 até ao começo da Segunda Campanha Chechena e a chegada ao poder de Vladimir Putin, a Rússia estava a *perder* de modo firme as suas posições geopolíticas, cedendo uma linha geopolítica após a outra, até atingir o período da queda

da própria Federação Russa. A Primeira Campanha Chechena colocou travões no processo, mas não o tornou irreversível. A conclusão do acordo de paz de Khasavyurtsky tornou nulos todos os esforços prévios e mais uma vez tornou a morte da Rússia como um governo numa perspectiva muito real. O ataque de Basayev e de Khattab no Daguestão e a explosão de casas em Buynaksk, Moscovo e Volgodosnk significou o iminente e inevitável colapso do governo. Em tal situação o novo líder político Vladimir Putin tomou uma posição firme, direccionada para parar a cadeia de catástrofes geopolíticas destrutivas, ultrapassou a crise mais profunda, restabeleceu posições perdidas e em consequência abriu uma nova página na história geopolítica da Rússia.

O significado geopolítico das reformas de Putin

Outras medidas tomadas por Putin como Presidente da Federação Russa, no que ele se tornou em Março de 2000 e de novo em Março de 2004, foram no seu todo sustentadas nesse mesmo espírito soberano eurásico. Esta linha, claramente revelada e afirmada na Segunda Campanha Chechena, foi desenvolvida e consolidada numa série de reformas que mudaram o rumo geral político, ideológico e geopolítico ao longo do qual o país se estava a mover no período de Gorbachev e de Iéltsin. Os principais actos simbólicos nas reformas de Putin, endossadas com claro conteúdo geopolítico, foram as seguintes:

1. Uma censura do rumo da política nos anos 90 em direcção à perda de soberania da Rússia e à introdução virtual do domínio estrangeiro com a correspondente proclamação da soberania como o valor mais alto da Rússia contemporânea.

2. O fortalecimento da abalada unidade territorial da Federação Russa através de uma série de medidas, incluindo acções militares firmes contra os separatistas chechenos, a consolidação da posição de Moscovo no Norte do Cáucaso no seu conjunto, a introdução de sete Distritos Federais, com o objectivo de excluir as tendências separatistas onde quer que fosse na Rússia, a eliminação do conceito de “soberania” nos actos legislativos dos sujeitos da Federação e das repúblicas nacionais, a transição para um sistema de nomeação dos chefes dos sujeitos da Federação em substituição

do velho modelo da sua eleição (esta medida foi introduzida depois dos trágicos eventos de Beslan, quando crianças da escola secundária tornaram-se reféns dos terroristas).

3. A expulsão dos oligarcas mais odiosos, que tinham sido quase onnipotentes nos anos 90, para fora do país (B. Berezovsky, V. Gusinsky, L. Nevzlin) e a perseguição criminal de outros pelos seus crimes (M. Khodorkovsky, P. Lebedev, etc.), a nacionalização de uma série de grandes monopólios de matérias-primas e a coacção do resto dos oligarcas, reconhecendo a legitimidade da política de fortalecimento da soberania da Rússia, para jogar segundo as regras do governo.

4. Um franco e por vezes imparcial diálogo com os EUA e o Ocidente, com a condenação da prática de dois pesos e duas medidas, da hegemonia americana e do mundo unipolar, contra o qual foi proclamada uma orientação em direcção à multipolaridade e à cooperação com todas as forças (em particular, com a Europa continental) interessada em opor-se à hegemonia americana.

5. Uma mudança na política de informação dos maiores media nacionais, que tinham anteriormente transmitido o ponto de vista dos seus oligárquicos donos, mas que doravante foram chamadas a levar em conta os interesses do governo.

6. Uma reconsideração da atitude niilista face à história russa, que foi baseada na aceitação acrítica da abordagem liberal-democrática Ocidental, com respeito e deferência em relação às figuras e marcos mais significativos dessa história (em particular, o estabelecimento do novo feriado, 4 de Novembro, O Dia da Unidade Popular, em honra da libertação de Moscovo da ocupação polaca-lituana pela Segunda Milícia Popular).

7. Apoio aos processos de integração no espaço pós-soviético e a activação de operações russas nos países da CEI; também a formação ou ressuscitação de estruturas integradoras, como a “Comunidade Económica Eurásica”, o “Acordo Social de Segurança Colectiva”, o “Espaço Económico Comum”, etc.

8. A normalização da vida partidária às custas da proibição de *lobbying* por parte de estruturas oligárquicas para os seus interesses privados e corporativos usando partidos parlamentares.

9. A elaboração de uma política governamental consolidada na esfera dos recursos energéticos, que transformou a Rússia num poderoso estado energético, capaz de influenciar processos económicos nas regiões vizinhas

da Europa e da Ásia; planos para estabelecer gasodutos e oleodutos para Ocidente e Oriente tornaram-se na expressão visível da geopolítica da energia da nova Rússia, repetindo as principais linhas de força da geopolítica clássica num novo nível.

Todas estas reformas levantaram forte resistência por parte daquelas forças que na era de Gorbachev e de Iéltsin estavam orientadas em direcção ao Ocidente e à civilização do Mar e eram conscientemente ou inconscientemente *uma rede de agentes de influência da talassocracia*, portadores da mundivisão liberal-democrática e de tendências global-capitalistas. Esta resistência ao rumo de Putin foi manifesta na oposição de partidos de direita (*Yabloko, Pravoe Delo*); no aparecimento de uma oposição nova, radical de tipo ultra-liberal e abertamente pró-americana, patrocinada por fundos dos EUA e do Ocidente (“Dissidentes”); nas acções anti-russas [rossiiskii] dos oligarcas que tinham sido removidos do poder; na pressão dos EUA e do Ocidente sobre o Kremlin no seu todo para prevenir mais desenvolvimentos desta tendência; na resistência activa à estratégia da Federação Russa dentro do quadro da CEI, por parte das forças pró-Ocidentais, pró-americanas nesses países: a “Revolução Laranja” na Ucrânia, a “Revolução Rosa” em Tbilisi, a política anti-russa [rossiiskii] moldava, etc.

Putin e a sua política tornaram-se na expressão de tendências geopolíticas, sociológicas e paradigmáticas correspondentes no seu conjunto aos principais marcos da *civilização da Terra e às constantes da história geopolítica russa [rossiiskii]*. Se o sistema de acções de Gorbachev e de Iéltsin estava em flagrante *conflito* com as principais linhas de força da geopolítica russa [ruskii], então a governação de Putin, pelo contrário, restaurou o caminho tradicional para a Rússia, regressada à sua costumeira órbita continental, telocrática. Assim, em conjunto com Putin, o Heartland adquiriu uma nova oportunidade histórica, e o processo de estabelecer um mundo unipolar bateu num verdadeiro obstáculo. Tornou-se claro que apesar de todo o enfraquecimento e confusão, a Rússia-Eurásia não desapareceu finalmente do mapa geopolítico do mundo e representa como dantes, embora numa condição reduzida, *o núcleo de uma civilização alternativa*, a civilização da Terra.

11 de Setembro: consequências geopolíticas e a reacção de Putin

Se o rumo de Putin foi sustentado no seu conjunto num espírito telocrático, e esta é a característica mais substancial da sua governação, nos detalhes ele actuou pragmaticamente por vezes e afastou-se um bocado da principal linha de força da sua própria política.

O primeiro de tais desvios tornou-se aparente depois dos eventos trágicos de 11 de Setembro de 2001, quando Nova Iorque e Washington foram sujeitas a ataques sem precedentes por parte de radicais islâmicos (de qualquer maneira, a comissão oficial, que estudou as razões e os autores dos actos terroristas de 11 de Setembro, chegou a esta conclusão). Neste momento Putin toma a decisão de apoiar os EUA e oferece ajuda diplomática e política para a invasão que se segue de forças americanas no Afeganistão e sua ocupação. As forças da Aliança do Norte, que confrontam os taliban, estavam em contacto estreito com os serviços secretos russos [rossiiskii]; e no momento da invasão dos EUA e dos países da OTAN no Afeganistão, a Rússia ajudou-os a estabelecer contacto com as forças ocupantes, o que se tornou num dos factores do derrube relativamente rápido dos taliban.

Putin provavelmente calculou que o Islão radical dos taliban era uma ameaça substancial para a Rússia e os países da Ásia Central, que se encontravam na zona de influência russa [rossiiskii], e que uma invasão americana em tal situação seria um golpe contra aquelas forças que causavam o desagrado da Rússia. Além do mais, com o seu apoio ao Bush mais novo, que tinha anunciado uma “cruzada” contra o terrorismo internacional, Putin lutou para minar o sistema de apoio político, diplomático, de informações e económico que chegava aos separatistas da Chechénia e do Norte do Cáucaso a partir do Ocidente; uma vez que doravante, ao apoiarem militantes chechenos, os americanos estariam a actuar do lado daquelas forças que tinham trazido sobre o seu próprio país um golpe tão doloroso. Assim, relações mais próximas com os EUA e, correspondentemente, com o pólo atlantista tiveram para Putin um carácter pragmático e não abrogaram a sua orientação fundamental em direcção à telocracia. Contudo, não podemos deixar de notar uma séria contradição em tal táctica: sancionando a ocupação americana do Afeganistão, a Rússia

recebeu nas suas fronteiras do Sul, ao invés de uma força hostil (islamitas radicais), outra, e desta vez uma mais grave. Bases militares americanas; ou seja, a presença directa dos principais opositores estratégicos da Rússia no mapa geopolítico do mundo. Se a Rússia lutava para construir um sistema alternativo multipolar contra o mundo unipolar, então em caso algum deveria ter permitido o desdobramento de um contingente militar americano na proximidade imediata das suas fronteiras do Sul e das fronteiras dos países da Ásia Central aliados com a Rússia.

O Eixo Paris-Berlim-Moscovo

Depois de ter recebido apoio da Rússia, os EUA, agora sem todo o tipo de fundamentos, invadiram o Iraque depois do Afeganistão e ocuparam também esse país, o que levou a um protesto natural por parte da Rússia, da França e da Alemanha. Esta coligação anti-americana recebeu o nome “o eixo Paris-Berlim-Moscovo”, e por um curto período de tempo pareceu que a criação de um *bloco multipolar euro-eurásico* estava a ocorrer, visando a contenção da hegemonia unipolar americana. Esta perspectiva preocupou extremamente os americanos, que prontamente desencadearam uma série de esforços dirigidos a derrubar esta coligação o mais rapidamente possível. O Eixo Paris-Berlim-Moscovo representou um *esboço de uma aliança telocrática*, lembrando os anteriores projectos eurásicos de geopolitólogos-continentalistas europeus; tal como Jean Thiriart com o seu “Império Euro-Soviético de Vladivostok a Dublin” ou Alain de Benoist, que tinha clamado por uma aliança da Europa continental com a Rússia.

Em qualquer dos casos, a invasão do Iraque mostrou que os EUA apenas actuam pelos seus próprios interesses e não têm planos de levar a Rússia em consideração, apesar das concessões da Rússia no Afeganistão. Além do mais, Washington nunca retirou o seu apoio aos separatistas chechenos e caucasianos, e Zbigniew Brzezinski explicou bastante cinicamente que apenas aqueles que lutam contra os EUA devem ser colocados entre os “terroristas internacionais”, enquanto aqueles que enfraquecem os competidores e adversários dos EUA (em particular, os fundamentalistas do Norte do Cáucaso) devem ser excluídos desta categoria e equacionados como “combatentes pela liberdade”.

Se avaliarmos o balanço da diligência de Putin de acordo com as relações mais próximas com os EUA, podemos dizer que produziu, no seu

conjunto, resultados ambíguos e foi muito provavelmente um erro geopolítico. A Rússia ganhou quase nada com isto, mas perdeu a clareza e consistência da sua política telocrática, enfatizada de modo tão óbvio e claro pelos primeiros actos das reformas de Putin imediatamente após a sua chegada ao poder. Contra o pano de fundo geral da estratégia telocrática, isto não foi uma coisa muito justificável nem efectiva retirada da política comum. É dizer que os representantes da geopolítica russa [rossiiskii] eurásica nesse período precaveram activamente Putin contra tal passo face aos EUA [55], prevendo aquele desencadear de eventos que efectivamente teve lugar algum tempo depois. Assim, no contexto das geopolíticas telocráticas de Putin no seu conjunto, fragmentos que rejeitam essa lógica aparecem, sugerindo que mesmo após a chegada de Putin ao poder, a rede atlantista de agentes de influência é preservada na Rússia, e tendo perdido a sua posição de liderança e influência sobre as mais altas autoridades políticas (que existia na era de Gorbachev e de Iéltsin) retém contudo posições e recursos significativos. Depois do 11 de Setembro muitos peritos russos [rossiiskii] apoiaram activamente Putin e as suas decisões, e esse mesmo grupo de peritos condenou fortemente a sua iniciativa de criar um eixo “Paris-Berlim-Moscovo” ao tempo da invasão americana-britânica do Iraque. O facto de que tais peritos tenham retido a sua influência na Rússia e recebido uma plataforma grátis para a expressão das suas posições na comunicação social federal confirmou esta suspeita. Apesar da mudança abrupta de rumo, de um rumo talassocrático, conduzindo a uma rápida morte, para um rumo telocrático, orientado para o renascimento da civilização da Terra e a posição do Heartland, depois dos eventos de 11 de Setembro de 2001 e dos passos subsequentes de Moscovo, tornou-se claro que no meio da completa radicalidade das reformas geopolíticas, a luta pela influência sobre o governo russo [rossiiskii] não tinha acabado, e que as reformas de Putin podiam desviar-se da trajectória projectada.

A rede de influência atlantista na Rússia de Putin

A mudança abrupta de rumo na política russa [rossiiskii] durante a governação de Putin, seguindo um vector em oposição directa àquele segundo o qual os acontecimentos se tinham desenvolvido nas fases anteriores, foi não obstante não fixada de um vez por todas, nem na

doutrina estratégica da Rússia, nem em programas e manifestos paradigmáticos, nem na concreta e clara determinação da soma dos interesses nacionais e dos métodos da sua realização, nem num aumento sistemático no total do poderio geopolítico, económico e militar da Rússia. Putin empenhou-se na normalização da situação e na destruição dos fenómenos mais destrutivos e catastróficos; e o significado da sua missão consistiu nisto. Mas não havia um projecto real para o futuro desenvolvimento da Rússia; nenhum tratado Eurásico foi trabalhado nos dois mandatos da sua presidência. Tudo foi limitado por passos pragmáticos, dirigidos para o controlo dos processos mais destrutivos sem qualquer plano civilizacional ordeiro e consistente. Putin adaptou-se à situação, lutando em cada oportunidade para fortalecer a posição da Rússia; mas se tais situações não apareciam, ele focava a sua atenção na resolução de problemas puramente técnicos.

Assim o estilo único *pragmático-tecnológico* da sua administração foi trabalhado. A linha geral de desenvolvimento da sua política foi dirigida *ao longo de um vector eurásico, terrestre, telucrático*, e precisamente isto predeterminou a substância principal das suas reformas. Mas esta linha não recebeu uma formulação teórica e conceptual. Em vez disso, a política foi levada a cabo com a ajuda de métodos puramente tecnológicos e político-tecnológicos; muitas vezes uma coisa foi proclamada, enquanto na prática se fazia algo inteiramente diferente; o discurso oficial continha em si mesmo contradições deliberadas ou acidentais; apelos a um sistema de valores talassocráticos, liberalismo e Ocidentalismo eram alternados com patriotismo, telucraticidade e a afirmação da singularidade da civilização russa [ruskii]. No seu todo isto produziu uma atmosfera eclética, e todas as arestas afiadas foram contornadas por confusas campanhas de Relações Públicas. É comum ligar este estilo de contradição, de política puramente tecnológica e vazia, ao principal ideólogo do Kremlin durante o reinado de Putin, Vladislav Surkov. Surkov teve o cuidado de que em quase todas as declarações políticas, apelos a valores e modelos sociológicos, políticos e geopolíticos incompatíveis fossem preservados; ao mesmo tempo à soberania e ao liberalismo, ao Ocidente e à singularidade russa [rossiiskii], à linha vertical de poder e à democratização, à soberania e à globalização, a um mundo multipolar e a um unipolar, ao atlantismo e ao eurasiatismo. No entanto, não era suposto nenhuma destas orientações ultrapassar criticamente a outra.

O grupo básico de peritos no Kremlin foi preservado sem modificações desde os anos de 1990 e representava a prevalência de analistas liberais e pró-Occidentais, pró-americanos, que eram muitas vezes simultaneamente os agentes de influência directos do Ocidente. É revelador que desde finais de 2002 a revista “*Russia in Global Affairs*” tenha começado a circular, declarando abertamente que é uma publicação subsidiária da revista americana “*Foreign Affairs*”, publicada pelo Council on Foreign Affairs (CFR), o principal centro para a elaboração da estratégia atlantista, talassocrática e globalista. Durante a presidência de Putin, esta publicação foi, completamente oficial, não apenas publicada abertamente na Rússia, transmitindo os principais projectos geopolíticos e estratégicos dos EUA em relação à organização de um mundo global em termos de unipolaridade, mas também incluía no seu comité editorial as seguintes personagens altamente influentes e altamente colocadas: A. L. Adamishin, o embaixador extraordinário e plenipotenciário da Federação Russa; A. G. Arbatov, o Director do Centro de Segurança Internacional of IMEMO; A. G. Vishnevsky, o Director do Centro para a Demografia e Ecologia Humana do Instituto de Previsão Económica; A. D. Zhukova, Primeiro Vice-Presidente da Federação Russa; S. B. Ivanov, antigo secretário do Conselho de Segurança da Federação Russa, mais tarde Ministro da Defesa e Primeiro Vice-Primeiro Ministro; S. A. Karaganov, curador da publicação, Presidente da Junta Governativa do Conselho de Política Externa e de Defesa (criado como um afiliado do CFR na Rússia em 1991); A. A. Kokoshin, uma figura distinta da “Rússia Unida”; Y. I. Kuz’minov, chanceler da Escola Superior de Economia da Universidade Estatal; S. V. Lavrov, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa, um embaixador excelente e plenipotenciário da Federação Russa; V. P. Lukin, Comissão da Federação Russa para os Direitos Humanos; F. A. Luk’yanova, editor-chefe da revista “*Russia in Global Affairs*”; V. A. May, o chanceler da Academia de Economia Nacional sob o Governo da Federação Russa; V. A. Nikonov, o Presidente da Fundação “Política” e da Fundação “Mundo Russo [ruskii]”; V. V. Posner, o Presidente da Academia da Televisão Russa [rossiiskii]; S. E. Prikhod’ko, assistente do Presidente da Federação Russa; V. A. Ryzhkov, antigo deputado e membro eminente da oposição liberal; A. V. Torkunov, reitor do Instituto Estatal de Moscovo de Relações Internacionais; I. J. Jurgens, Director do Instituto de Desenvolvimento Contemporâneo, Vice-

Presidente e Secretário Executivo da União Russa [rossiiskii] de Industrialistas e Empresários (Empregadores); e outros.

É difícil imaginar que actores tão altamente colocados – entre os quais vemos também o conselheiro de política externa do Presidente, também o Ministro dos Negócios Estrangeiros; bem como actores altamente colocados dos serviços especiais, cientistas-gestores de elite – não soubessem no conselho editorial de que órgão tinham decidido entrar. Consequentemente, este grupo, unido a aqueles mais próximos de Putin e membros ardentes da oposição, estava conscientemente unido numa base pró-americana, talassocrática, liberal, globalista e atlantista. Depois disto não é surpreendente que a política eurásica e telocrática de Putin não tenha recebido um encaixe e uma formulação consistentes: a rede americana de agentes de influência, atingindo as próprias alturas das autoridades russas [rossiiskii], extinguiu de imediato qualquer tentativa de elevar as acções de Putin a um sistema, fixar a sua lógica sob a forma de um programa, projecto, doutrina ou estratégia.

E de novo, o gestor responsável pela política doméstica na administração do Presidente e próximo de Putin, Vladislav Surkov, desempenhou o papel chave em assegurar que nenhuma acção séria para a criação de tal estratégia tinham lugar, enquanto tudo foi substituído por truques político-tecnológicos vazios. Sendo um tecnólogo muito experiente, compreendendo como as estratégias de comunicação e de imagem funcionam, ele sozinho estabeleceu um sistema político na Rússia, no qual tudo era conscientemente baseado em paradoxos pós-modernos, no entrelaçar consciente de todas as forças políticas, nos cruzamentos híbridos de elementos patrióticos com elementos liberais-ocidentais.

Podemos levantar a questão: foram Surkov e também os burocratas russos [rossiiskii] altamente colocados do primeiro escalão independentes nas suas acções atlantistas e na sabotagem consistente do desenvolvimento de uma verdadeira estratégia, substituída por caricaturas e insípidos espectáculos de Relações Públicas no espírito da Estratégia 2020 ou os fóruns pomposos e absolutamente sem justificação que tiveram lugar sob a égide da “Rússia Unida”? Ou Putin velou conscientemente as suas reformas com uma cortina de fumo de uma sequência sem fim de pronunciamentos contraditórios e acções sem sentido, confundindo tanto os seus inimigos como os seus amigos? No presente estádio histórico não podemos responder a esta pergunta com toda a certeza, uma vez que um dado período

de tempo tem de passar para muitas coisas se tornarem compreensíveis. Não podemos excluir que esta tenha sido a sua política para desinformação do adversário (atlantismo, os EUA, globalismo), com intenção de desviar as atenções e para tomar em segredo uma série de passos concretos, dirigidos para a consolidação do poder da Rússia, acumulando os seus recursos, e consolidando a sua gestão de energia e principais tendências económicas. Mas ao mesmo tempo é provável que estejamos a lidar com uma sabotagem planeada das iniciativas eurásicas de Putin por parte de agentes de influência do atlantismo, que foram mantidos nos níveis superiores de poder e à cabeça das mais altas instituições de ensino a partir da época de Gorbachev e de Iéltsin, quando a orientação para o Ocidente e para o mundo unipolar era a política oficial do governo russo [rossiiskii].

O facto de que a estratégia de Putin não receber a formalização adequada, enquanto a influência das redes pró-americanas, liberais, talassocráticas não ter tido o seu ponto final e ter sido preservada em toda a sua força durante a governação de Putin deve ser afirmada como um facto empírico e uma circunstância importante na apreciação geopolítica geral da sua governação.

Para além do comité editorial da revista “*Russia in Global Affairs*”, os peritos mais influentes de convicções abertamente atlantistas (em parte sobrepondo-se à qualidade de membros deste comité editorial) constituíam a base do clube intelectual “Valday”, com o qual Putin, e mais tarde o seu sucessor, D. Medvedev, se encontravam regularmente. A peculiaridade deste grupo é que lado a lado com agentes de influência russos [rossiiskii] estão incluídos peritos americanos e europeus propriamente ditos, incluindo um grupo de figuras tendo uma relação directa e manifesta com estruturas de reconhecimento americanas; em particular, A. Cohen [56], A. Kuchins [57], C. Kupchan [58], e F. Hill [59].

O espaço pós-soviético: integração

Neste período da governação de Putin a situação geopolítica do espaço pós-soviético intensifica-se. Encontramo-nos aqui com duas tendências dirigidas em direcções diferentes.

Por um lado, com a chegada de Putin ao poder, os processos de integrar o grupo dos países da CEI com o centro na Rússia começam em diferentes níveis simultaneamente:

+economicamente: a criação de uma Comunidade Económica Eurásica (Rússia, Cazaquistão, Bielorrússia, Tadjiquistão, Quirguízia), “Espaço Económico Comum” (Rússia, Bielorrússia, Cazaquistão, com o convite à Ucrânia) e União Alfandegária (Rússia, Cazaquistão, Bielorrússia);

+militarmente-estrategicamente: o “Contrato Social sobre Segurança Colectiva” (Rússia, Cazaquistão, Bielorrússia, Tadjiquistão, Quirguízia, Arménia).

Além do mais, devemos mencionar o projecto mais vanguardista de integração política segundo o modelo da União Europeia, avançado pelo Presidente do Cazaquistão, Nursultan Nazarbayev, já em 1994, mas completamente rejeitado pela elite russa [rossiiskii] pró-ocidental nessa altura. Este projecto recebeu o nome “União Eurásica”. Este projecto foi não só aprovado por Putin até ao Outono de 2011, mas a própria ideia de relações mais próximas entre os países do espaço pós-soviético não mereceu a rejeição de Putin. Se nas fases anteriores o espaço pós-soviético (ou seja, o espaço da antiga URSS, e antes disso do Império Russo [rossiiskii]) foi transformado apenas numa área: em direcção a um enfraquecimento e destruição daquelas forças que uniam estas partes de um anteriormente todo uno, então depois da chegada de Putin ao poder, as iniciativas opostas foram também claramente enfatizadas: integração, relações mais próximas, o reforçar da coordenação, etc.

Existiram mais dois formatos de tipo integracional: o Governo Aliado Russo [rossiiskii]-Bielorusso e a Organização de Cooperação de Shanghai, na qual a China também entrou além da Rússia e dos países da Comunidade Económica Eurásica. Desde o começo, as relações de Putin com a Bielorrússia e o seu Presidente, A. G. Lukashenko, não correram bem, e portanto esta iniciativa integracional não se desenvolveu da maneira adequada, permanecendo na condição nominal em que foi anunciada no tempo de Iéltsin. Isto pode ser visto como mais um sinal da inconsistência da aplicação por parte de Putin da política eurásica, para a qual a aliança com a Bielorrússia e a prospectiva unificação política seriam um passo lógico e necessário (a Rússia receberia acesso a territórios ocidentais, estrategicamente necessários para a condução da sua política europeia, o que líderes russos em todos os estágios da nossa história geopolítica compreenderam perfeitamente bem, de Ivan o Terceiro a Estaline).

No que concerne à Organização de Cooperação de Shanghai, Putin, pelo contrário, tomou uma série de medidas em direcção à intensificação da parceria estratégica com a China em questões regionais, incluindo uma série de exercícios militares não muito grandes em escala mas simbolicamente extremamente significativos. A aliança com a China foi construída por completo sobre uma lógica multipolar e foi orientada inequivocamente para indicar um possível formato de oposição estratégica ao mundo unipolar e à exclusiva hegemonia americana.

A geopolítica das revoluções coloridas

Nesse mesmo período, tendências geopolíticas opostas, recebendo o nome “revoluções coloridas”, começaram a desenrolar-se intensamente. O seu significado consistiu em trazer ao poder nos países da CEI abertamente anti-russos [rossiiskii], forças políticas pró-ocidentais e muitas vezes nacionalistas, e portanto finalmente arrancar estes países à Rússia, frustrar a integração, e no longo prazo incluí-los na OTAN seguindo o exemplo dos países bálticos. A peculiaridade destas revoluções é que todas elas visavam relações mais estreitas dos países onde elas ocorriam com os EUA e o Ocidente, e ao mesmo tempo elas ocorreram tecnologicamente segundo o modelo de “resistência não-violenta” [60], a metodologia do qual foi elaborada no quadro do projecto “Freedom House”, tendo por base a prática de medidas subversivas e a organização de revoluções no Terceiro Mundo, conduzidas pela CIA.

Em Novembro de 2003 a “Revolução Rosa” aconteceu na Geórgia, onde ao lugar do evasivo Eduard Shevardnadze, oscilando entre o Ocidente e Moscovo, chegou o político estritamente pró-Occidental, radicalmente atlantista e pró-americano Mikhail Saakashvili. Um papel activo nos acontecimentos da “Revolução Rosa” foi desempenhado pela organização juvenil “*Kmara*” (literalmente “Basta!”), que agiu de acordo com o principal teórico de redes análogas de organizações de protesto, Gene Sharp, e com os métodos da “Freedom House”, testados anteriormente noutros locais; em particular na Jugoslávia durante o derrube de Slobodan Milosevic, usando a organização juvenil sérvia pró-Occidental “*Otpor*”.

Depois de chegar ao poder, Saakashvili dirigiu-se rapidamente para um veloz afastamento da Rússia, para relações mais próximas com os EUA e a OTAN; ele começou a sabotar activamente quaisquer iniciativas

integracionais no quadro da CEI e tentou infundir nova vida à unificação essencialmente anti-russa [rossiiskii] dos governos da CEI com o bloco GUAM: Geórgia, Ucrânia, Azerbaijão e Moldávia. No círculo de Saakashvili entrou principalmente pessoal que tinha recebido a sua educação no estrangeiro e que não estavam historicamente ligados à experiência soviética. A partir daqui a Geórgia esteve na vanguarda da estratégia atlantista no espaço pós-soviético e ocupou uma posição activa na oposição às tendências eurásicas. Putin e a sua política tornaram-se nos principais adversários da Geórgia. Mais tarde tal estado de coisas deu origem aos eventos de Agosto de 2008, que essencialmente se transformaram numa verdadeira guerra Rússia-Geórgia.

Em Dezembro de 2004, num cenário similar, a “Revolução Laranja” teve lugar na Ucrânia. Eleições tiveram lugar entre o protegido de Kutchma, seguindo uma política ambivalente (entre o Ocidente e a Rússia), V. Yanukovich, e os políticos completamente pró-ocidentais e estritamente anti-russos de tipo nacionalista, V. Yushchenko e Y. Timoshenko. As forças estavam aproximadamente empatadas, e o desfecho foi decidido pela mobilização de vastas massas e, em primeiro lugar, de jovens que apoiaram os “laranjas” com manifestações maciças, também organizados segundo o modelo de Gene Sharp. O movimento juvenil “*Pora*” [61] desempenhou um papel importante nestes processos. Depois da vitória de Yushchenko, a Ucrânia tomou uma firme posição anti-russa [ruskii], começou a contrariar activamente quaisquer iniciativas russas [rossiiskii] no espaço pós-soviético, começou um ataque à língua russa [ruskii] e começaram a reescrever a história, representando os ucranianos como uma “nação colonizada pelos russos”. A Ucrânia laranja, sob um ponto de vista geopolítico, tornou-se a condutora de uma política distintamente atlantista, talassocrática, dirigida contra a Rússia, o Eurasianismo, a telucracia e a integração; laços duráveis foram estabelecidos entre os dois atlantistas mais activos no espaço pós-soviético, Saakashvili e Yushchenko. Projectos geopolíticos para a formação de uma comunidade Báltico-Mar Negro nasceram, na qual em teoria deveriam entrar os países do Báltico, a Ucrânia, a Moldávia, a Geórgia, e também os países da Europa de Leste, Polónia e Hungria, que são, tal como os países Bálticos, membros da OTAN. Foi um projecto para o estabelecimento de um “*cordon sanitaire*” entre a Rússia e a Europa, construído de acordo com os esboços dos geopolitólogos talassocráticos clássicos.

As posições de outros membros da GUAM – Moldávia e Azerbaijão – não eram tão radicais e foram ditadas em larga escala por problemas locais: o apoio de Moscovo à república amotinada da Transnístria, que tinha anunciado a sua independência da Moldávia em 1991, e a colaboração militar entre a Rússia e a Arménia, com a qual se levantaram antagonismos insolúveis com o Azerbaijão em conexão com a ocupação do Karabakh. A imagem geral do espaço pós-soviético na era de Putin representou um campo da oposição distinta e transparente da civilização da Terra (encarnada pela Rússia e pelos seus aliados) e a civilização do Mar (encarnada nos países do GUAM, liderados pela Geórgia e pela Ucrânia). O Heartland lutou para expandir a zona da sua influência no espaço da CEI com a ajuda de processos integracionais; os EUA lutaram através dos seus satélites, pelo contrário, para limitar o alastrar da influência russa [rossiiskii] nesta zona, para trancar a Rússia apenas dentro das suas próprias fronteiras e para integrar gradualmente na OTAN os países que a rodeiam, e que tinham surgido recentemente.

A batalha do Eurasianismo e do atlantismo no espaço pós-soviético, bem como o papel dos processos integracionais, de um lado, e as revoluções coloridas, por outro, foram tão evidentes que é pouco provável que algumas dúvidas possam persistir com atlantistas sóbrios acerca de qual algoritmo estava a ser posto em prática aqui. Mas ao mesmo tempo o poder das redes de influência atlantistas na própria Rússia deu-se a conhecer: não havia uma ampla compreensão social dos processos que tinham ocorrido no espaço pós-soviético; os peritos comentavam particularidades e detalhes, perdendo de vista a coisa mais importante, criando conscientemente uma imagem distorcida dos eventos. Além do mais, as acções de Putin, focadas em decidir problemas de integração, foram ou suprimidas ou criticadas, enquanto a cândida russofobia, que reinava na Geórgia ou Ucrânia, foi negligenciada ou reinterpretada neutralmente.

A comunicação social russa [rossiiskii] e a comunidade de peritos não só não ajudaram Putin a conduzir a sua campanha eurásica no espaço pós-soviético mas, mais provavelmente, impediram-no de fazê-lo. E isto foi mais um paradoxo do período de governação de Putin.

O discurso de Munique

Putin aproximou-se da formulação das suas visões geopolíticas de uma forma consistente e não contraditória apenas perto do fim do seu segundo mandato presidencial em 2007. O famoso discurso na Conferência de Munique sobre Política de Segurança em 2007 tornou-se nesta formulação, embora fosse bastante aproximado e emocional. Neste discurso Putin submeteu a críticas o arranjo unipolar do sistema mundial contemporâneo e descreveu a sua visão do lugar e papel da Rússia no mundo contemporâneo, tomando em consideração as realidades e ameaças. Em contraste com a maioria das declarações evasivas e internamente inconsistentes, este discurso, que recebeu o nome de “discurso de Munique”, distinguiu-se pela consistência e clareza. Putin pareceu romper através do véu da demagogia pós-moderna ambígua e evasiva dos peritos atlantistas ou de V. Surkov, o que diferenciou este discurso da maioria dos textos programáticos gerais anteriores. Os pontos principais do discurso de Munique podem ser reduzidos aos seguintes excertos dele:

1. “Para o mundo contemporâneo, o modelo unipolar não é apenas inaceitável, mas de todo impossível.”
2. “Todo o sistema legal de um país, em primeiro lugar, claro, dos Estados Unidos, ultrapassou as suas fronteiras nacionais para todos os países: na economia, na política, e na esfera humanitária impõe-se a outros governos.”
3. “O único mecanismo para a tomada de decisões sobre o uso da força como último recurso apenas pode ser a Carta da ONU.”
4. “A OTAN avança as suas forças de linha da frente até às fronteiras do nosso Estado, mas nós, cumprindo à risca o Acordo, não reagimos de forma alguma a estas acções.”
5. “O que aconteceu àquelas garantias que foram dadas pelos nossos parceiros ocidentais depois da dissolução do Pacto de Varsóvia?”
6. “Com uma mão é dada ‘ajuda de caridade’, mas com a outra, não só o atraso económico é preservado, mas é recolhido também um lucro.”
7. “É feita uma tentativa para transformar a OSCE num vulgar instrumento para garantir os interesses de política externa de um país ou de um grupo de países em relação a outros países.”

8. “A Rússia é um país com uma história de mais de mil anos, e quase sempre usufruiu do privilégio de conduzir uma política externa independente. Não estamos prestes a mudar esta tradição hoje.” [\[62\]](#)

O discurso de Munique poderia muito bem ser tomado como uma directiva estratégica de pleno direito. O primeiro ponto rejeita abertamente a ordem mundial unipolar; ou seja, desafia o estado de coisas existente e contesta o sistema mundial que tomou forma depois da queda da URSS. Isto é uma afirmação bastante revolucionária, que pode ser vista como a voz forte do Heartland. No segundo ponto, falamos de uma crítica directa da política dos EUA como potência hegemónica de uma estratégia talassocrática à escala mundial e a censura da sua actividade supra-nacional, agressiva. Ambos os pontos, o primeiro e o segundo, fazem uma plataforma para um consistente e bem-fundado anti-americanismo.

O terceiro ponto é uma proposta para um regresso ao modelo de Ialta, como expressão do qual a ONU serviu na era da dupla-polaridade. Isto foi uma resposta “protectora” a numerosos apelos por parte dos americanos para reformar a ONU ou para repudiar completamente a sua estrutura, que não corresponderia à nova disposição de forças, de modo a substituí-la com uma nova organização liderada pelos EUA e seus vassallos (o projecto de Mackinder de uma “liga de democracias”, abertamente veiculada um pouco mais tarde [\[63\]](#)

No quarto ponto Putin critica claramente o alargamento da OTAN para Leste, interpretando este processo da única maneira possível (do ponto de vista dos interesses nacionais da Rússia e de uma análise geopolítica responsável). Putin torna claro que não é uma vítima da demagogia “liberal-democrata” que cobre a expansão ocidental e que olha para as coisas sobriamente.

O quinto ponto acusa o Ocidente de não cumprir as suas obrigações perante Gorbachev quando ele terminou unilateralmente a presença militar soviética na Europa. Ou seja, ele culpa a talassocracia por jogar segundo a lógica de dois pesos e duas medidas nos anos de 1980.

O sexto ponto condena a estratégia económica dos países ocidentais no Terceiro Mundo, a qual, com a ajuda do Banco Mundial e do FMI arruína os países em desenvolvimento sob o disfarce de ajuda económica e subordina-os à sua própria dominação política e económica [\[64\]](#).

Essencialmente, isto é um alerta ao Terceiro Mundo para procurar uma alternativa às políticas liberais existentes.

No sétimo ponto Putin indica que várias estruturas europeias (em particular, a OSCE) não servem interesses europeus, mas desempenham o papel de instrumentos da política agressiva dos EUA, exercendo pressão sobre a Rússia nas esferas política, energética e económica, o que também contradiz os interesses dos próprios países europeus.

Quintessencial é o oitavo ponto, o qual declara que a Rússia enquanto grande potência mundial doravante pretende conduzir uma *política independente, auto-sustentada* e está pronta a regressar à sua função tradicional como núcleo da “civilização da Terra” e bastião da telucracia. Putin basicamente anunciou que a ideia de que a história terminou e que o Mar por fim tomou a Terra é algo prematura; a Terra ainda existe, está presente; e está pronta para tornar-se conhecida em toda a sua força.

A reacção ao discurso de Munique de Putin no Ocidente e nos EUA foi extremamente negativo; a maioria dos atlantistas e peritos começaram a falar numa renovação da “Guerra Fria”. Putin demonstrou de facto que compreende que *a grande guerra dos continentes não cessou* e que hoje estamos apenas na sua fase seguinte. Depois disto, muitas estratégias ocidentais começaram finalmente a ver em Putin a personificação de um adversário geopolítico, a imagem tradicional do inimigo russo [ruskii]”, que se tinha formado durante a história da confrontação geopolítica entre o Mar e a Terra.

Depois de tão franca proclamação da sua posição num nível internacional, era lógico supor que Vladimir Putin, descartando as suas máscaras, imprimisse a estas declarações um carácter sistemático, as colocasse na base da estratégia futura, estabelecesse uma doutrina de política externa sobre essa fundação e aplicasse os principais princípios na esfera da política doméstica. Mas nada do género ocorreu. Na própria Rússia, as pessoas não falaram por muito tempo do discurso de Munique; não tiveram lugar discussões ou debates significativos; não afectou de todo a posição das redes atlantistas, e não conduziu a nenhuma política nacional consistente.

Podemos apenas supor porque uma declaração tão marcante rapidamente se afogou em rotina técnica.

De qualquer dos modos, se admitirmos que no seu discurso de Munique Putin falou sincera e deliberadamente, então podemos apenas adivinhar, em contraste com a pouca ressonância que as suas palavras tiveram na própria Rússia e quão pouco elas afectaram a política doméstica e externa, que ele próprio é um continentalista, eurásico e apoiante de uma forte autoridade governamental, mas ao mesmo tempo encontra-se num denso anel de atlantistas, agentes de influência americanos, que sabotam efectivamente qualquer uma das suas iniciativas sérias, capazes de fazer mal aos seus curadores estrangeiros.

Operação Medvedev

A mesma ambiguidade da política geopolítica de Putin, no seu todo orientada com um espírito continental, telocrático, mas contendo em si mesmas contradições no aparecimento de módulos influentes da rede de agentes de influência atlantistas nos mais altos escalões de autoridade, foi manifestada na escolha de Putin do seu sucessor, Dmitry Medvedev, em Março de 2008. Por um lado, Medvedev foi um colega constante de Putin em várias fases da sua carreira política, e apenas isto deveria ter servido de base para a proximidade das suas atitudes políticas e geopolíticas; mas por outro lado a imagem política de Medvedev era abertamente liberal e pró-ocidental. Esta combinação criou uma contradição interna entre telocracia e talassocracia, muito mais aguda e saliente do que na linha política do próprio Putin. Ao avançar precisamente Medvedev como seu sucessor, Putin acentuou por isso ainda mais a inconsistência da posição da Rússia no mundo. Ao mesmo tempo, o ocidentalismo e liberalismo de Medvedev não apenas não foram velados, mas, pelo contrário, foram enfatizados de todas as maneiras possíveis a partir do momento em que ele foi finalmente determinado como o candidato presidencial do “partido de Putin”.

Já na véspera da sua selecção, Medvedev confiou a elaboração da estratégia principal da sua política doméstica e externa ao Instituto de Desenvolvimento Contemporâneo da Rússia [INSOR], especialmente estabelecido com base na União Russa [rossiiskii] de Industriais e Empresários, representando uma estrutura unindo os oligarcas mais ricos e influentes da Rússia, sob a liderança das figuras públicas ultra-liberais e inequivocamente pró-americanas I. Yurgens e E. Gontmakher, famosos

pelas suas críticas a Putin de uma posição atlantista; o próprio Medvedev tornou-se chefe do Conselho de Curadores da INSOR.

Se compararmos a estratégia principal de Putin com os projectos do INSOR, oficialmente nomeado para delinear o programa estratégico de Putin, então recebemos uma contradição radical e completa, agravada pelos criticismos abertos dos ideólogos do INSOR a Putin e às suas políticas. Depois da tomada de posse de Medvedev em 15 de Novembro de 2008, ele visita a sede do CFR em Nova Iorque [65], o que é um acontecimento sem precedentes para um líder da Rússia, tomando em conta a posição activamente atlantista, globalista e hegemónica desta influente organização.

É significativo que através do representante autorizado do CFR, o oligarca Mikhail Fridman (um dos membros dos “Sete Banqueiros” de 1996), o Vice-Primeiro Ministro da Federação Russa, Sergei Ivanov, também tenha estabelecido laços próximos com o CFR, falando duas vezes no CFR, a 13 de Janeiro de 2005 [66] e a 4 de Abril de 2011 [67]; Ivanov tinha sido visto anteriormente como um possível sucessor de Putin, juntamente com Medvedev.

É bastante óbvio que Putin sancionou conscientemente tal relação com a sede do atlantismo e com as suas estruturas mais vanguardistas e avançadas, e compreendeu claramente o significado do liberalismo e ocidentalismo do sucessor nomeado por si. Putin, levando a cabo consistentemente uma política de fortalecimento da soberania russa [rossiiskii] e indicando a linha principal da sua política externa no seu discurso de Munique, demonstra deliberadamente a outro nível uma certa lealdade a projectos atlantistas e não só conserva no seu lugar a vasta rede de agentes de influência da talassocracia, mas também torna claro através da escolha do seu sucessor (incluindo também o segundo possível sucessor, S. B. Ivanov) que está pronto para implementar uma linha política completamente diferente daquela que ele actualmente implementa e declara.

E de novo não é fácil adivinhar as razões para tal jogo duplo e o seu verdadeiro propósito geopolítico. Contudo, quando um homem com atitudes e visões nominalmente atlantistas, globalistas e liberais se torna no líder de um país, e isto acontece unicamente graças a Putin e à sua vontade, isto transcende a possível operação de desinformação por parte do Ocidente e torna-se algo simplesmente inexplicável para uma figura como Putin.

A solução para tal abordagem táctica foi dada na conferência do partido “Rússia Unida” em 24 de Setembro de 2011, quando Medvedev anunciou

que não concorria a um segundo mandato e dava a oportunidade a Putin de concorrer para Presidente. De um ponto de vista geopolítico, a imagem foi clarificada, e a “Operação Medvedev” provou ser nada mais do que uma tentativa para desinformar o Ocidente e ganhar tempo para o regresso legal de Putin ao assento presidencial. E durante a governação de Medvedev, nenhuma concessões críticas foram feitas ao atlantismo, apesar das numerosas declarações e séries de medidas puramente simbólicas.

O assalto de Saakashvili a Tskhinvali e a guerra Rússia-Geórgia de 2008

O conflito Rússia-Geórgia em Agosto de 2008 transformou-se num evento extremamente importante, de um ponto de vista geopolítico. Duas das zonas administrativas da Geórgia com uma população mista, onde ossetas predominavam na Ossétia do Sul e abcázios na Abcázia, declararam-se unidades politicamente autónomas; depois do anúncio de que a Geórgia deixava de ser membro da URSS em 9 de Abril de 1991, elas declararam o seu desacordo com esta decisão e, por sua vez, decidiram separar-se da Geórgia. A Geórgia não concordou com isto e começou a levar a cabo operações militares para manter a Abcázia e a Ossétia do Sul na sua composição.

Tropas georgianas invadiram a Abcázia em 1992 depois de Shevardnadze ter chegado ao poder e do Presidente anterior, Zviad Gamsakhurdia, ter sido derrubado. Numa primeira fase eles foram bem sucedidos em tomar Sukhumi e avançar até Gagra. Mas mais tarde, apoiados em voluntários da República do Norte do Cáucaso e ajuda militar-económica e diplomática por parte da Rússia, os abcázios conseguiram, em finais de 1993, reestabelecer controlo sobre Sukhumi e repelir os georgianos. Entretanto, os georgianos mantinham o controlo sobre os territórios do Vale de Kodori, que os abcázios consideravam uma parte da Abcázia. Esta situação no seu conjunto foi preservada sem modificações até Agosto de 2008.

Em todo o ano de 1991, a Ossétia do Sul foi palco de operações militares activas. Em 19 de Janeiro de 1992, houve um referendo sobre a questão “da independência governativa e (ou) unificação com a Ossétia do Norte” na Ossétia do Sul. A maioria dos participantes no referendo apoiaram esta proposta. Na Primavera de 1992, após um período de calmaria, provocado

por um golpe de Estado e uma guerra civil na Geórgia, as operações militares na Ossétia do Sul recomeçaram. Sob pressão da Rússia, a Geórgia começou negociações, que terminaram em 24 de Junho de 1992 com a assinatura do Acordo de Sochi sobre os Princípios da Resolução do Conflito. A 14 de Julho de 1992, houve um cessar-fogo, e as Forças Mistas de Manutenção da Paz (SSPM) foram introduzidas na zona de conflito para separação dos dois lados. Desde 1992 e até 2008, a Ossétia do Sul foi *de facto* um governo independente e teve a sua própria constituição e símbolos de governo. As autoridades georgianas consideraram-na como dantes uma unidade administrativa, a região de Tskhinvali.

De um ponto de vista geopolítico, a Abcázia e a Ossétia do Sul representavam duas formações, pró-russas [rossiiskii] e anti-georgianas, o que, tomando em consideração a orientação atlantista da Geórgia, implicava a sua política eurásica, continental, terrestre e telocrática. A chegada ao poder de Mikhail Saakashvili em 2003 numa vaga de sentimentos nacionalistas intensificou ainda mais os antagonismos entre Tbilisi e a Abcázia e Ossétia do Sul, uma vez que o atlantismo radical de Saakashvili estava a conduzi-lo abertamente a uma escalada com a orientação pró-russa [rossiiskii] de Sukhumi e de Tskhinvali. A promessa de Saakashvili aos seus constituintes foi restabelecer a integridade territorial da Geórgia e colocar um fim aos enclaves pró-russos [rossiiskii] no seu território. Para isto, Saakashvili apoiou-se em ajuda económica e militar dos EUA e países da OTAN.

No decorrer de 5 anos, o lado georgiano preparou-se activamente para novas acções militares e começou uma operação para tomar a Ossétia do Sul a 7 de Agosto de 2008. Na noite de 8 de Agosto, o fogo de foguetes começou em Tskhinvali a partir de lançadores “Grad”, e depois tropas georgianas começaram o seu assalto à cidade usando tanques. Neste mesmo dia eles tomaram a cidade e começaram a exterminar a população. Tropas georgianas também submeteram uma localização de soldados da paz russos [rossiiskii] a disparos de artilharia, entre os quais houve baixas significativas. De acordo com conceitos internacionais, isto significou a declaração de guerra da Geórgia à Rússia (a condução de operações militares contra as forças armadas regulares de um país estrangeiro).

Em resposta a isto, a 8 de Agosto Moscovo conduziu um contingente militar para a Ossétia do Sul através do túnel de Roki, e a 9 de Agosto tropas russas [rossiiskii] aproximaram-se de Tskhinvali, entraram em

conflito com tropas georgianas e começaram a libertar a cidade e todo o território da Ossétia do Sul da presença georgiana.

Simultaneamente, tropas russas [rossiiskii] entraram no território do Vale de Kodori e destruíram as bases militares georgianas que aí havia.

Encontrando-se em guerra com a Geórgia, as tropas russas [rossiiskii] começaram a avançar para a capital da Geórgia, Tbilisi, mas depois de penetrarem profundamente no território do seu inimigo, mais tarde retiraram e voltaram para dentro das fronteiras da Ossétia do Sul e da Abcázia. Mais tarde, Dmitry Medvedev explicou que a cessação da incursão na Geórgia, que tinha todas as hipóteses de terminar em vitória da Rússia, tinha sido uma realização pessoal.

A 26 de Agosto de 2008, a Rússia reconheceu oficialmente a independência da Ossétia do Sul e da Abcázia nas fronteiras existentes nessa altura.

Assim, na prática e depois da chegada de Medvedev ao poder, a Rússia continuou em face de um sério teste (um encontro com um ataque de forças atlantistas na zona de influência estratégica da Rússia telocrática) a seguir a política de Putin de reforçar a soberania da Rússia e até foi pela primeira vez para além das fronteiras da Federação Russa, não tendo temido a pressão Ocidental e uma ameaça dos EUA.

É revelador que toda a rede de agentes atlantistas dos EUA na Rússia naquele período se tenham oposto a estes eventos em unísono e tenha insistido na não-interferência da Rússia no conflito da Geórgia-Ossétia e mais tarde tenha tomado todas as acções possíveis para impedir o reconhecimento por parte de Moscovo da independência destes países.

Os eventos de Agosto de 2008 foram um momento tenso na grande guerra dos continentes, quando as forças da civilização do Mar (apoiando Saakashvili) e da civilização da Terra (Rússia e as repúblicas da Ossétia do Sul e da Abcázia orientadas para ela) colidiram num duro confronto; e desta vez a civilização da Terra inequivocamente alcançou uma vitória. A vitória teve uma dimensão militar: o facto de trazer a derrota às tropas georgianas equipadas com equipamento contemporâneo da OTAN e tendo instrutores americanos. Além disso, esta foi uma vitória política e diplomática: a Rússia foi bem sucedida em evitar uma confrontação directa com o Ocidente e em prevenir uma severa coligação anti-russa [rossiiskii]. E finalmente, a vitória foi informacional, já que os media russos [rossiiskii] (em contraste radical com a Primeira Campanha Chechena) transmitiram

sincronicamente uma posição estatal-patriótica, pró-osseta, que foi na generalidade partilhada pela maioria da população.

Assim, o recentemente seleccionado Presidente Dmitry Medvedev, na situação de um duro desafio por parte das potências atlantistas, mostrou ser um político, tomando na prática (e não por palavras) numa situação difícil uma *decisão inequivocamente telocrática*, baseada unicamente na avaliação adequada dos interesses russos [rossiiskii]. Um tal desenvolvimento da situação, parece, derramou luz sobre a verdadeira estratégia de Putin: sob a capa de um rumo liberal e pró-Occidental da política russa [rossiiskii], aquela invariável estratégia de Putin para o reforço da soberania da Rússia e a afirmação dos seus interesses geopolíticos – neste caso, no espaço pós-soviético – foi mantida.

É significativo que o lóbi atlantista, trazido pronto para o combate, tenha falhado em exercer a mais pequena influência nas decisões verdadeiramente significativas do Presidente, do Primeiro-Ministro e dos líderes das forças armadas (se não contarmos com a recusa de Medvedev em tomar Tbilisi, um expediente que pode ser interpretado de diferentes maneiras).

O reinício e o regresso ao atlantismo

Mas depois de Agosto de 2008, cujos eventos deveriam ter logicamente conduzido a um reavivar da confrontação com o Ocidente, processos inteiramente diferentes começaram na política externa da Rússia. Medvedev anunciou uma política de relações mais estreitas com o Ocidente e em primeiro lugar com os EUA, e também uma política de modernização e ocidentalização da sociedade russa [rossiiskii] e o desenvolvimento e aprofundamento de reformas liberais. Esta política foi apoiada pelo Presidente dos EUA, Barack Obama. A guerra Rússia-Geórgia, embora tenha provocado uma tempestade de indignação nos EUA e no Ocidente em geral, não se tornou num argumento sério a favor do início de uma nova fase da campanha anti-russa [rossiiskii]. Toda a gente nos EUA percebeu que a Rússia teve uma vitória táctica, mas por quaisquer razões eles amaciaram a situação e não aumentaram abruptamente a temperatura da confrontação.

Neste período começa o processo que recebeu o nome “o reinício” na imprensa internacional e que significava relações mais próximas das posições da Rússia e dos EUA depois de um período de arrefecimento,

ligado à era de Putin. “O reinício” propunha a harmonização dos interesses regionais de ambos os países e a implementação de operações comuns nos casos em que ambos os países tinham objectivos regionais similares. Na prática isto foi expressado nas seguintes acções:

- +O apoio da Rússia às operações militares dos EUA e da OTAN no Afeganistão;

- +A assinatura do Tratado New Start para a redução de armas estratégicas;

- +O cancelamento por parte da Rússia da entrega de certos tipos de armas ao Irão.

- +O apoio da Rússia às políticas dos EUA e da OTAN no mundo árabe (em particular, a renúncia ao veto na resolução do Conselho de Segurança da ONU sobre a Líbia, o que conduziu à intervenção dos EUA e da OTAN neste país e ao derrube do regime de Kadhafi), etc.

Além destes passos, que no seu todo deram algumas vantagens concretas aos EUA e praticamente nada à Rússia, não houve movimentos sérios nas relações russo-americanas durante o período da presidência de Medvedev. Ao mesmo tempo, os EUA continuaram a expandir o seu programa de defesa anti-mísseis balísticos na Europa, apesar dos protestos da Rússia, mudando os seus planos apenas devido ao processo das negociações com aqueles países da Europa de Leste que isto afectava directamente. Além do mais, os EUA colocaram um certo número de elementos de sistemas de defesa anti-mísseis balísticos na Turquia, muito perto da fronteira russa.

Entretanto, de acordo com a opinião do próprio Putin e da liderança militar da Rússia, todo o sistema europeu de mísseis anti-balísticos teoricamente tinha como objectivo somente um programa estratégico anti-russo [rossiiskii] para a contenção da Rússia e poderia em certas circunstâncias servir propósitos ofensivos. Não só o “reinício” não deteve as iniciativas americanas relativas à defesa anti-mísseis balísticos europeia; como nem sequer as abrandou.

Uma análise geopolítica do reinício pode ser reduzida ao seguinte: na ausência de um inimigo comum (uma terceira força) da civilização do Mar, com pretensões a ter um âmbito global, e da civilização da Terra, que se encontra numa condição reduzida e enfraquecida, *não existem nem podem existir objectivos sérios estratégicos comuns*. Nestas condições, e tomando em conta a assimetria dos poderes afins, potencial económico e militar, uma

busca dos pontos de contacto pode objectivamente conduzir apenas ao aprofundamento do *processo unilateral da perda de soberania da Rússia*, como aconteceu na era de Gorbachev e de Iéltsin, e à redução daquele rumo que Putin enfatizou durante o seu governo. A julgar por certas declarações, os projectos do Medvedev INSOR e pela gestão da informação nos media russos [rossiiskii], todo o conteúdo deste processo pode ser entendido precisamente desta maneira. E pode ser que os estrategas ocidentais tenham tido esta atitude para com ele, enquanto o atraso no cumprimento de passos verdadeiramente irreversíveis na direcção do Ocidente deveram-se ao facto de que o novo Presidente “ainda não se tinha libertado completamente da influência de Putin, que o trouxe ao poder”. Certo, à medida que Março de 2012 se aproximava, cada vez mais analistas atlantistas começaram a expressar dúvidas sobre a seriedade das intenções de Medvedev e do seu círculo ultra-liberal e pró-americano e sobre a sua independência. Ouviram-se vozes sugerindo que o mandato de Medvedev como Presidente não era mais do que uma maneira de ganhar tempo antes da inevitável e franca confrontação, que se tornaria inevitável se Putin regressasse ao poder em Março de 2012. Mas a esperança de que o Presidente-reformador russo [russkii] pudesse permanecer para um segundo mandato impediu o Ocidente de exercer uma pressão mais séria sobre a Rússia. De acordo com algumas fontes [68], largamente disseminadas na imprensa russa [rossiiskii], durante a sua visita a Moscovo na Primavera de 2011, o Vice-Presidente dos EUA, Joe Biden, interferindo na política doméstica da Rússia, abertamente disse a Putin para não concorrer a outro mandato, sob a ameaça de uma “revolução colorida”, similar àquelas que ocorreram no mundo árabe em 2011.

Se desviarmos a nossa atenção desta perspectiva formal da pressão americana sobre a Rússia e a aparente boa vontade da Rússia sob governo de Medvedev, acções irreversíveis nesta direcção, que romperiam de forma clara com o rumo de Putin antes de 2012, não foram levadas a cabo. Todos os passos em direcção aos EUA e à OTAN que Medvedev fez tinham no seu todo um carácter declarativo, ou afectavam os aspectos secundários da grande estratégia. As perdas da Rússia entretanto foram insignificantes e incompatíveis com aquelas que o país sofreu com Gorbachev e Iéltsin, quando Moscovo de sua própria vontade desmantelou uma das colunas que apoiava o mundo bipolar e deixou a civilização do Mar ocupar o seu espaço

de controlo e influência, incluindo uma presença militar-estratégica directa, que foi deixada depois da morte das estruturas da civilização da Terra.

Depois da decisão de Putin de regressar ao Kremlin e do próprio apoio de Medvedev a esta decisão, ninguém ficou com dúvidas de que esta tinha sido uma jogada táctica.

A União Eurásica

O texto programático de V. V. Putin “*A União Eurásica – Um Caminho para o Sucesso e a Prosperidade*”, publicado no jornal “*Izvestia*” a 3 de Outubro de 2011, tornou-se extremamente significativo. Neste texto, Putin declara um marco na integração do espaço pós-soviético, primeiro num nível económico, e depois num político (o qual, é verdade, ele apenas insinua).

Putin destaca sobre os processos de integração económica um objectivo – geopolítico e político – mais alto, a criação no futuro, no espaço da Eurásia do Norte de uma nova formação supra-nacional construída sobre a comunalidade da pertença civilizacional... tal como a União Europeia, unindo países e sociedades relacionadas com a civilização europeia, começou com a “Comunidade do Carvão e do Aço” de modo a evoluir gradualmente mais tarde para uma nova formação supra-governamental de moto próprio também a União Eurásica, designada por Putin como um ponto de referência de longo prazo, será um objectivo e horizonte do caminho histórico.

A ideia de uma União Eurásica foi trabalhada simultaneamente em dois países no começo dos anos 90: no Cazaquistão pelo Presidente N. A. Nazarbayev [69] e na Rússia pelo “Movimento Eurásico” [70]. Em Moscovo em 1994, Nazarbayev deu voz a este projecto de integração política do espaço pós-soviético e até propôs o projecto de uma constituição para a União Eurásica, seguindo no seu todo a constituição da União Europeia. E por seu lado, a ideia de uma União Eurásica estava a ser activamente elaborada pelo “Movimento Eurásico” na Rússia, continuando a linha dos primeiros eurásicos russos [russkii], que tinham lançado as fundações desta filosofia política. A criação de uma União Eurásica tornou-se no princípio histórico, objectivo político e ideológico dos eurásicos russos [russkii], já que este projecto encarnava em si mesmo todos os

principais valores, ideais e horizontes do eurasianismo como filosofia política completa.

Assim Putin, voltando a sua atenção para a União Eurásica, enfatizou um conceito político carregado com um profundo significado político e geopolítico. A União Eurásica como a encarnação concreta do projecto Eurásico contém em si mesma simultaneamente três níveis: o planetário, o regional e o doméstico.

1. Numa escala planetária, estamos a falar sobre o estabelecimento, em lugar de um mundo unipolar ou “não-polar” (global), de um modelo multipolar, onde apenas uma poderosa formação regional integrada pode ser um todo (excedendo pela sua escala, a sua economia agregada, e o seu potencial militar-estratégico e energético que só mesmo os maiores Estados possuem por si).
2. Numa escala regional estamos a falar sobre a criação de uma formação integrada, capaz de ser um pólo de um mundo multipolar. No Ocidente, a União Europeia pode actuar como tal projecto integrador. Para a Rússia isto significa a integração do espaço pós-soviético num único bloco estratégico.
3. A nível doméstico o eurasianismo significa a afirmação do centralismo estratégico, não permitindo sequer a sugestão da presença dentro do país de protótipos de soberania nacional na pessoa dos sujeitos da federação, mas também um amplo programa para o fortalecimento das identidades culturais, linguísticas e sociais daquelas etnias que entram na composição tradicional da Rússia.

Putin falou repetidamente da multipolaridade nas suas avaliações da situação internacional. Putin começou a falar sobre a necessidade de distinguir a “nação” (uma formação política) e a “etnia” na política interna na Primavera de 2011, o que significa que o modelo Eurásico foi adoptado nesta altura [\[71\]](#).

Assim, o eurasianismo pode ser visto como a estratégia geral de Putin para o futuro, e a conclusão clara que se segue a isto é que a estratégia da Rússia de regressar à sua função geopolítica, continental no papel do Heartland será clarificada, consolidada e levada a cabo.

As consequências da geopolítica dos anos de 2000

Hoje é difícil prever quão especificamente a situação geopolítica se irá revelar nos próximos anos, enquanto a avaliação geral da linha geopolítica de Putin dependerá disso de muitas formas. Se Putin for bem sucedido em assegurar a posição da soberania da Rússia, começando uma política efectiva de criar um mundo multipolar em todas as suas direcções simultâneas, e, principalmente, em tornar as suas reformas no que respeita ao restabelecimento do papel estratégico da Rússia no contexto global irreversíveis, então isto impactará não apenas o futuro, mas também a determinação do verdadeiro significado do passado recente, cobrindo o período desde 2000 até hoje.

Por agora podemos afirmar que *o ponto de não retorno para a Rússia ainda não foi ultrapassado*, e em virtude de uma circunstância ou outra, o rumo de Putin pode provar ser tanto o que parece ser hoje e aquilo a que o próprio Putin deu voz no seu discurso de Munique, e algo inteiramente diferente; ou seja, uma hesitação ou desaceleração temporária ao longo do caminho da construção da hegemonia americana e de um mundo unipolar às custas da civilização da Terra e ao preço do enfraquecimento e destruição finais da Rússia.

Por agora a questão ainda permanece aberta: como compreender todas as acções de Putin geopoliticamente ambíguas e mutuamente exclusivas: o reforço da soberania e a preservação de toda a rede atlantista de agentes de influência; a confrontação com os EUA e o apelo à rejeição da unipolaridade, e o apoio aos projectos americanos no Afeganistão (a eliminação da Rússia da cena do mundo árabe e dos processos que aí ocorrem); relações mais próximas com países orientados para a multipolaridade (China, Brasil, Irão) e “o reinício”. Qual das duas interpretações provará ser a determinante e qual uma manobra táctica e desinformação? Nas correntes circunstâncias, esta pergunta não pode receber uma resposta inequívoca; e uma análise geopolítica neste caso não pode ser inteiramente fiável, dado que os processos mais importantes estão a desenrolar-se ao nosso redor neste momento, e a sua estrutura é tal que não podemos falar com certeza neste momento do seu verdadeiro significado e verdadeira substância.

O ciclo geopolítico que Putin começou no Outono de 1999 imediatamente após ter chegado ao poder não acabou. De acordo com as suas características principais, representa um movimento numa direcção completamente diferente do vector segundo o qual a geopolítica russa [rossiiskii] foi estruturada a partir da segunda metade dos anos 80 até ao fim dos anos 90 (a era de Gorbachev-Iéltsin). Putin desacelerou o movimento que conduzia inevitavelmente por inércia ao completo enfraquecimento da Rússia e à sua destruição geopolítica final e começou a complicada manobra para inverter esta tendência. Mas esta manobra não foi levada ao seu fim lógico, e o destino histórico do governo e da civilização da Terra no seu conjunto, do Heartland, da Rússia-Eurásia, permanece em aberto.

Capítulo 5

O Ponto de Bifurcação na História Geopolítica da Rússia

Acabando a nossa visão global da história geopolítica da Rússia, podemos apresentar os resultados gerais.

Primeiro, a lógica espacial da formação histórica da soberania russa [ruskii] é claramente revelada. Esta lógica pode ser sumariada na fórmula: *expansão até às fronteiras naturais do Nordeste da Eurásia, Turan, com a perspectiva de estender a sua zona de influência para além das suas fronteiras, até à escala de todo o planeta.* Esta é a principal conclusão que

podemos tirar com base na consideração de todos os períodos da história política russa [ruskii], desde a emergência do Principado de Kiev até à actual Federação Russa e ao espaço pós-soviético.

Inicialmente o Rus forma-se na parte Ocidental de Turan, na zona onde anteriormente tinham existido as formas imperiais de outras Nações eurásicas: os cítios, os sármatas, os hunos, os torques e os godos. Do Principado de Kiev, uma integração de círculos concêntricos ocorre por todos os lados, o que conduz à *primeira encarnação* do Estado russo [ruskii], cujos limites máximos circunscrevem as campanhas resplandecentes de Svyatoslav. Mais tarde esta forma geopolítica é reforçada e algo alterada, perdendo controlo sobre alguns territórios e ganhando-o sobre outros.

Então, esta forma exemplar é esmagada no apanágio do principado [*udel'nie kniazhestva*], e começa uma luta desgastante pelo trono grã-ducal, no decurso da qual gradualmente tomam forma *dois pólos de atracção*: o *Oriental* (o principado de Rostov-Suzdal, mais tarde o principado de Vladimir-Suzdal) e o *Ocidental* (Galich e Volhynia).

Depois das conquistas mongóis, Rus perde a sua independência, mas principalmente representa precisamente a *parte Oriental*, onde o trono grã-ducal se fixa. Ao mesmo tempo, a integração nas “Hordas Douradas” coloca Rus no contexto do gigantesco império turânico de verdadeiro âmbito continental, sendo a civilização da Terra em todas as suas dimensões geopolíticas e sociológicas. Se, anteriormente, a influência turânica se espalhava através das tribos eslávicas orientais, então agora a experiência da soberania turânica foi enxertada no organismo político que se tinha formado, capaz de aprender a lição do império eurásico e de no futuro se transformar num novo centro imperial.

O Rus Ocidental é arrastado para a órbita do Grande Ducado da Lituânia, e isto predetermina o seu destino, especialmente após a União de Krevsk de 1385.

No século XV, depois do colapso das Hordas, o Rus Moscovita começa o lento caminho para restabelecer não apenas o Estado do Principado de Kiev, mas também para integrar toda a Turan, que tinha sido incorporada numa nova – desta vez russa [ruskii] – versão de uma Eurásia integrada, em torno do seu núcleo, o Heartland continental. Doravante a história geopolítica russa [ruskii] finalmente estabelece sobre o caminho de um

vector eurásico, uma telocracia completa, prossegue para o estabelecimento de uma civilização da Terra à escala mundial.

Em todos os estádios seguintes desde o século XV até ao fim do século XX, a expansão de Rus em espiral sobre as fronteiras naturais do continente prossegue. Por vezes o território de Rus é contraído por um curto período, mas somente para que possa expandir-se de novo no próximo estádio. Assim bate o coração geopolítico do Heartland, empurrando poderes, a população, tropas e outras formas de influência para os limites exteriores da Eurásia, até à zona costeira (Rimland). O vivo, pulsante e crescente coração do império mundial terrestre predetermina o caminho de Rus-Rússia em direcção ao estabelecimento de um poder mundial, um dos dois pólos globais do mundo.

Sob várias ideologias e sistemas políticos, a Rússia move-se em direcção à dominação mundial, tendo embarcado firmemente no caminho do controlo da Eurásia a partir do interior, de uma posição do centro continental interior. A partir do fim do século XVIII, colide nesta expansão com o Império Britânico, como o encarnar da civilização global do Mar, a confrontação com o qual conduz suavemente no século XX, num nível ideológico completamente novo, a uma confrontação com o próximo pólo marítimo global, os EUA. No período soviético, *a grande guerra dos continentes* atinge o seu apogeu: a influência da civilização da Terra sob a forma da URSS é estendida muito para além das fronteiras do Império Russo [rossiiskii] e para além das fronteiras do próprio continente eurásico para África, a América Latina e a Ásia. *Precisamente este vector de expansão continental, e mais tarde global, levado a cabo em nome do Heartland, da telocracia e da civilização da Terra é o “sentido espacial” (Raumsinn) da história russa [russkii].* Todos os estádios intermédios e todas as flutuações e oscilações históricas em torno deste caminho não são mais do que a rotação de eventos históricos reais à volta de um canal geopolítico principal: retiradas, manobras de rodeio, de marcar passo ou outras figuras não mudam o vector principal da história russa [russkii].

Com base em tal análise da geopolítica da Rússia, podemos fazer uma apreciação geopolítica do presente estado de coisas e balizar o vector do futuro geopolítico.

É bastante claro que a posição geopolítica da Rússia depois das reformas de Gorbachev, do colapso da URSS e do período da governação de Iéltsin é um regular e quase catastrófico *passo atrás*, um movimento inverso, uma

falha da matriz geopolítica, que se desenrolou através de todos os estádios prévios sem excepção na direcção da expansão espacial. Principiando a partir do fim dos anos de 1980, a Rússia começou velozmente a perder posições no espaço global, conquistadas com tanta dificuldade e com o custo de tantas baixas de tantas gerações de russos [ruskii]. As perdas que sofremos nesta ocasião não são comparáveis com o Tempo das Dificuldades ou com os resultados do tratado de Brest-Litovsk. Mesmo as campanhas de Napoleão e de Hitler, que trouxeram mortes sem conta, foram de curta duração, e as perdas territoriais foram rapidamente restauradas e recuperadas com uma larga margem. Precisamente nisto reside a singularidade do ciclo geopolítico do tempo presente: dura involgarmente muito (para a história russa [ruskii]), as perdas não são compensadas com quaisquer aquisições, e a catastrófica paralisação da auto-consciência estatal não é contrabalançada por nenhuma personalidade marcantes, líderes adequados ou operações bem sucedidas. Isto engendra uma bem-fundada ansiedade sobre a condição na qual a Rússia se encontra hoje e apreensão sobre o seu futuro. A análise mais imparcial e desapaixonada da geopolítica da Rússia mostra que *a posição actual é uma patologia*, um desvio da linha de força natural, inegável do caminho histórico. Podemos considerar as invasões mongóis a única analogia, ligada com a perda de independência durante dois séculos; mas mesmo isto foi compensado pelo facto de que neste período a Rússia embebeu a experiência da telucracia continental eurásica, uma lição que aprendeu bem e na base da qual subsequentemente construiu o seu poder planetário. Como Gorbachev e o seu círculo incompetentemente perderam a “Guerra Fria”, como os ingénuos (para não dizer imbecis) reformadores do período de Iéltsin ficaram agradados com o colapso da URSS e a perda de soberania da URSS até ao estabelecimento do controlo estrangeiro, atlantista, sobre o país, é espantoso, se compararmos isto com o crescimento sustentado de aumentos territoriais que ocorreram nos tempos de praticamente todos os Czares sem excepção, bem como em todos os ciclos da era soviética. Nas fileiras gerais dos potentados russos [ruskii], os nomes de Gorbachev e de Iéltsin apenas podem ficar ao lado de nomes como Yaropolk, o Falso Dmitry, Shuysky ou Kerensky. As suas personalidades e as suas políticas são um falhanço completo e sem compensação.

A normalização do vector histórico-natural deu-se somente com a chegada de Putin ao poder, quando o processo de uma cadeia de colapsos

foi travado – e assim, também, a morte final da Rússia – ou pelo menos adiado. Mas as contradições da era de Putin e especialmente do período de governação de Medvedev, por vezes de certo modo reminiscentes dos tempos de Gorbachev e de Iéltsin, não nos deixam ter a certeza de que a Dificuldade recorrente ficou para trás e que a Rússia entra de novo na sua órbita natural continental eurásica. Queremos acreditar nisto, mas, ai, não há ainda suficientes bases para tal crença: todas as reformas geopolíticas de Putin, positivas até ao mais alto grau, têm um defeito muitíssimo importante: *elas não são irreversíveis*, não passaram o ponto de não-retorno; e, em consequência, estão prontas a cair a qualquer momento face àqueles processos destrutivos que prevaleceram no fim da era soviética e nos democráticos anos 90.

O futuro geopolítico da Rússia está em causa hoje, dado que o seu presente geopolítico está em causa. Na própria Rússia, uma confrontação escondida tem lugar no seio da sua elite política entre o novo Ocidentalismo (Atlantismo) e uma gravitação em direcção às constantes da história russa [ruskii] (o que necessariamente nos conduz ao eurasianismo). Daqui podemos tirar algumas conclusões relacionadas com o desenvolvimento vindouro de processos geopolíticos.

A própria natureza de longa duração da profunda crise geopolítica, que se tem estendido mais do que as anteriores, e o facto de que ainda não tenha sido ultrapassada até ao presente, indicam que a construção geopolítica do Heartland se encontra ela própria num estado confuso, o que se reflecte não só na estratégia e política externa, mas também na qualidade da elite e na condição da sociedade no seu todo.

Consequentemente, esforços muito sérios e, até extraordinários nas mais variadas esferas são requeridos para sair desta situação, incluindo *mobilização* social e paradigmática. Mas isto, por sua vez, exige uma personalidade energética e de vontade forte à cabeça do governo, um novo tipo de elite governante e uma nova forma de ideologia. Apenas neste caso o principal vector geopolítico da história russa [ruskii] se estenderá até ao futuro.

Se considerarmos que isto irá acontecer, além do mais no futuro imediato, podemos conjecturar que a Rússia tomará a dianteira na construção de um mundo multipolar, embarcará num sistema versátil de alianças planetárias, visando minar a hegemonia americana, e reemergirá como uma potência planetária na organização de um modelo concreto de

um mundo multipolar principalmente sobre novas fundações, propondo um largo pluralismo de civilizações, valores, estruturas económicas, etc. Neste caso, a influência da Rússia crescerá rapidamente, e o factor básico de movimento na direcção de uma potência mundial será mantido mais uma vez. Tal cenário pode ser precisamente colocado na base de uma doutrina geopolítica não contraditória para a Rússia, invocada para fornecer-lhe um futuro correspondendo às suas ambições históricas e civilizacionais e ao seu “sentido espacial”.

Mas não podemos excluir que os eventos venham a desenrolar-se de acordo com um cenário diferente e que a prolongada crise continue. Neste caso, a soberania enfraquecerá uma vez mais, a sua integridade territorial será colocada em questão, e os processos de degeneração da elite governante e a condição deprimida das vastas massas corroerão a sociedade a partir do interior. Em combinação com a política efectiva da civilização do Mar e das suas redes de influência na Rússia, isto pode levar às mais destrutivas consequências. Neste caso, falar de qualquer geopolítica da Rússia será supérfluo.

Na nossa sociedade há apoiantes do ponto de vista de que desta vez a Rússia não necessita de ter de novo ambições globais ou imperiais, as quais, em termos de potencial efectivo, o país não está em condições para assegurar; mas ao mesmo tempo não deve desmoronar-se e degradar-se como no estádio anterior. Apoiantes deste ponto de vista, contudo, não tomam em consideração que nas circunstâncias contemporâneas, preservar a soberania ao nível de hoje, sem tentar expandi-la e fortalecê-la, não pode ter sucesso por muito tempo, dado que os EUA e a civilização do Mar no seu conjunto assaltaram significativamente a Rússia, e quando a situação se tornar crítica, não hesitarão em aplicar um golpe decisivo contra o seu adversário principal na grande guerra dos continentes. Todas as discussões de que o Ocidente, tal como dantes, já não vê na Rússia um rival e que está preocupado antes de mais com a “ameaça islâmica” ou com o crescimento do potencial da China são nada mais do que manobras de diversão e elementos de uma guerra de informação. Todos os estrategas americanos que receberam uma educação de elite, uma educação ampla, não podem deixar de compreender as leis da geopolítica; não podem deixar de conhecer Mahan, Mackinder, Spykman, Bowman; não podem ignorar Brzezinski ou Kissinger. *A elite americana está perfeitamente consciente da sua natureza atlantista* e lembra-se da muito importante fórmula dos geopolíticos de

como alcançar o domínio global: “Quem controla a Eurásia controla o mundo”. Portanto, de um ponto de vista geopolítico, há esperanças de que a Rússia seja capaz de preservar-se nessa forma limitada, regional e reduzida na qual existe agora, tendo repudiado a mobilização, surja uma nova ronda de expansão e a participação em processos globais em nome da civilização da Terra (a qual hoje se expressa no princípio da multipolaridade), são infundadas e sem substância. Nisto se encontra o significado da fórmula perfeitamente adequada: “A Rússia será grande ou não será” [72]. A Rússia não será capaz de se transformar num país “normal” sem esforço e por inércia. *Se ela não entrar num ciclo de nova ascensão, será forçada a entrar num ciclo de declínio.* E se isto acontece, então é impossível determinar em que estágio o ciclo recorrente de queda, crise e catástrofe acabará. Não podemos excluir também o desaparecimento do nosso país do mapa; no fim de contas, a grande guerra dos continentes é a guerra mais real, na qual o preço é o desaparecimento. Não devemos concentrar-nos muito nesta perspectiva sombria, dado que o futuro está em aberto e em larga medida depende daqueles esforços que serão levados a cabo no presente. Como o pensador e actor político italiano Curzio Malaparte disse, “Nada está perdido até tudo estar perdido”. Portanto, devemos olhar para o futuro com optimismo razoável e criar este grande futuro continental eurásico com as nossas próprias mãos.

APÊNDICE

Entrevista Sobre a Situação na Ucrânia e na Síria – Outubro de 2015

Entrevista efectuada por Vyacheslav Altukhov [73]
20 de Outubro de 2015

“Encontramo-nos num novo impasse”: Aleksandr Dugin quebra silêncio de um ano. “Washington e Kiev irão impor-nos uma guerra em Donbass”.

A Primavera Russa e a diastólica geopolítica

Há mero ano e meio, o nome de Aleksandr Dugin, professor da Universidade Estatal de Moscovo, líder da União da Juventude Eurásica, conhecido filósofo e cientista político, não saía das primeiras páginas dos jornais e dos principais portais Internet russos e este, e as suas políticas, eram citadas e mencionadas nas televisões. Há ano e meio, Dugin era uma das personalidades da linha da frente que erguia a bandeira da Primavera Russa arrastando uma multidão atrás de si.

Os seus inimigos odiaram-no quase mais do que os líderes locais da insurreição. Subitamente, o Ocidente impôs sanções contra a sua pessoa e contra os seus discípulos, e deste modo reconhecia também o seu contributo no combate contra a Ucrânia neo-nazi e a hegemonia americana.

De acordo com os seus princípios morais e ideológicos, Aleksandr Dugin não podia concordar com a alteração de rumo do Kremlin. Deixou de dar grandes entrevistas e de aparecer nos ecrãs das televisões, e teve as suas razões para tal.

Após cerca de um ano de silêncio, Aleksandr Gelyevich falou acerca das actuais repercussões da Primavera Russa, a guerra na Síria e a inevitabilidade de uma batalha final em Donbass numa entrevista exclusiva com o *Novorossiya*, a qual reproduzimos de seguida.

Aleksandr Gelyevich, uma questão como ideólogo conhecedor da Primavera Russa: como avalia a situação actual na Novorrússia? O que se previa no seu início e o que acabou por se concretizar?

Há muito que me contive de efectuar quaisquer comentários acerca do que está a acontecer em Donbass, e tive sérias razões para tal. Agora, após terem passado alguns ciclos de reflexão acerca destes eventos dramáticos, que ficaram conhecidos como “Primavera Russa”, temos então a oportunidade de efectuar uma abordagem mais razoável, calma e analítica acerca do assunto, que para mim, pessoalmente, foi uma ferida colossal, profunda e espiritual.

O tópico da “Primavera Russa” é uma dor viva que sinto de modo directo. Não consigo falar acerca disto de modo ponderado. Não se trata só da perda de entes queridos – é um golpe profundo no seio das expectativas

que tinha em relação à Novorrússia e à revitalização da Rússia, do seu espírito e da sua identidade. Estamos a tratar do redespertar da Rússia.

Durante muito tempo não consegui falar acerca deste tipo de temas, contive-me de comentar e apaguei-me quanto às minhas apreciações graças ao trauma profundo pelo qual passei por ter sido um dos primeiros entusiastas do renascimento da Grande Rússia, começando pela Crimeia, depois pela Novorrússia e por aí fora. Actualmente já não se trata de um trauma contínuo mas, no mínimo, de uma ferida cuja severidade ainda está a sarar.

Após esta introdução, gostava de efectuar uma análise acerca do modo como encaro esta situação.

A Rússia não é só a Federação Russa. A Rússia é o mundo russo, uma civilização, um dos pólos de um mundo multipolar em que temos de o ser e no qual temos a obrigação de nos tornar.

A História da Rússia é como o pulsar de um coração. O nosso coração russo encolhe e expande.

Encolheu após o colapso da URSS e a redução do nosso território, como sucede frequentemente na História como, por exemplo, em 1917, mas todas as vezes as nossas fronteiras acabaram por se expandir novamente.

No final dos anos 90 e no início dos anos 2000, houve uma crise. Como geopolitólogo, sigo o pulsar da História russa – esse é também o meu pulsar, e o meu coração bate exactamente ao mesmo ritmo do coração do meu país e do meu povo. Esperei por uma diastólica.

Para clarificar as coisas: o ritmo de um coração inclui pulsões sistólicas e pulsões diastólicas, ou contracções e expansões. A diastólica, deste modo, é uma expansão.

Sempre que o nosso coração deixa de se contrair e começa a expandir, o mesmo sucede com a nossa civilização russa, que começa uma vez mais a regressar à sua forma própria (natural, continental). Inicialmente, este retorno estava associado à integração do espaço pós-soviético. Esta diastólica é ela própria a terminação “eurasismo”. Eurasismo é quando a Rússia une todo o espaço pós-soviético, de facto russo, imperial e civilizacional, dotando o aspecto cultural do Mundo Russo com uma dimensão geopolítica e estratégico-militar.

E assim aguardei esta diastólica, não me limitando a esperar, observando (da mesma maneira que as pessoas esperam pelo autocarro), de todas as maneiras possíveis promovi esta fase cardíaca como ideólogo e activo

praticante do eurasismo, dos processos de integração do espaço pós-soviético e como apologista consistente do renascimento da Grande Rússia. Da Rússia Maior.

Há que dizer que todos os indícios desta nova expansão já nos encaravam de frente: o início da integração eurásica na forma da Comunidade Económica Eurásica e depois a criação da União Eurásica, a pressão sobre o regime pró-atlantista de Saakashvili para fazer a paz, quando ultrapassámos as fronteiras da Federação Russa e não permitimos a supressão dos focos de resistência pró-russa no Sul do Cáucaso, na Ossétia do Sul, na Abcázia e, claro está, em reacção às acções dos nossos inimigos – os atlantistas que tentaram colocar o povo irmão ucraniano sob o controlo da hegemonia americana – a anexação da Crimeia. Em tudo isto vislumbrei a expansão do coração russo, a diastólica geopolítica.

Depois, à Crimeia seguiu-se naturalmente a Novorrússia e não as distingo uma da outra. Tenho a certeza absoluta de que, se perdermos Donbass, iremos depois perder a Crimeia e depois toda a Rússia, pois caso interrompamos a diastólica teremos uma falha cardíaca, ocorrerá uma falha na nossa própria existência, no nosso ritmo histórico. Portanto, combati arduamente pela Primavera Russa e contra a traição da Novorrússia.

Repito-o novamente: a Primavera Russa é crucial para a existência histórica russa. A Rússia será grande, ou não será de todo. A Grande Rússia – não se trata de uma mera expansão ou de um território, pois não precisamos de mais nada. Não me oponho à existência de uma Ucrânia soberana, caso esta fosse nossa parceira ou aliada ou, no mínimo, um espaço neutro intermédio. Gostaríamos de nos unir num único Estado, mas quem tem que decidir são os cidadãos da Ucrânia. O que não deve ser permitido é a ocupação atlantista da Ucrânia. Trata-se de um axioma geopolítico. Os nossos inimigos compreendem perfeitamente que a Rússia só poderá ser novamente gloriosa juntamente com a Ucrânia, unificadas ou tendo construído algum tipo de aliança equilibrada. Não há outra maneira. A Primavera Russa é impossível sem um eixo eurásico na Ucrânia, não importa a forma que tenha, seja pacífico ou não.

A Ucrânia pode ser um Estado autónomo e independente exclusivamente entre os nossos aliados. Caso fique sob ocupação, estamos obrigados a libertá-la ou, no mínimo, a garantir a existência histórica da metade da sua população que se encontra unida a nós pela fé. Fazê-lo é o nosso dever, o nosso imperativo histórico e incondicional. Caso não o cumpramos,

trairemos o nosso próprio povo, a nós próprios e à nossa História. Desde o início da Primavera Russa que tenho falado abertamente acerca disto e ainda não mudei de opinião.

Mas aqueles que estão no topo insistiram que a Crimeia era nossa, mas Donbass já não – é certo que não é nosso, mas desconhece-se de quem será e o seu futuro é incerto. Mas... o sangue é mais espesso que a água e então quando morreram crianças surgiu, finalmente, o espírito da Primavera Russa. Foi um preço inaceitável de uma diplomacia retardada que teve um resultado muito questionável. Não havia nada particularmente “complicado” nesta questão...

Apesar de tudo isto, sou da opinião de que não é apropriado, nesta altura, criticar a liderança do nosso país pela sua conduta em Donbass. Quando surge algum criticismo (embora oriundo do polo patriótico) este é imediatamente açambarcado pelo Ocidente no seu combate contra a Rússia. Ao criticar o governo, acabamos por integrar, sem querer, as trincheiras do inimigo. Tal é inaceitável e contrário ao nosso juramento à Pátria que, na realidade, se encontra num estado de conflito directo com o seu maior inimigo – o bloco dos EUA e da OTAN.

Que mais podemos fazer? Agradecer ao governo a supressão da Primavera Russa? Juntarmo-nos às fileiras dos inimigos da Rússia na crítica ao nosso governo? É que este governo mantém ainda a sua retórica patriótica, embora esta por vezes soe um pouco vazia, como se fosse um simulacro. Tal não suprime só o melhor, mas também o pior. Em todos os casos de meias medidas há aquilo que é odioso pela nossa parte mas também aquilo que é odioso por parte dos nossos inimigos. É a dialética bem conhecida do copo meio cheio. Meio patriotismo é também um meio liberalismo e a gramagem (da água) é bem regulada nos dois lados, de modo a permitir um equilíbrio... Foi essa a razão pela qual me mantive em silêncio durante tanto tempo. Ao criticar o copo, que seja como for está meio cheio, criticamos não só a parte que está ainda por preencher mas também aquela em cuja defesa estamos a agir. Trata-se de um impasse epistemológico, de uma aporia.

A Rússia teve uma falha cardíaca, já ultrapassou a diastólica?

Falei demasiado acerca da questão da Novorrússia, por que aconteceram recentemente duas coisas – uma maior e uma menor.

A primeira é a Síria. A Federação Russa, que não enveredou pela criação do perímetro da Grande Rússia, da Rússia Maior e do Mundo Russo até ao fim, tendo deixado a ferida aberta de Donbass na situação terrível em que se encontra, agiu agora em defesa dos nossos interesses geopolíticos no Médio Oriente. É um objectivo mais distante mas que não é de menor importância. E, como geopolitólogo, posso dizer que a nossa intervenção na Síria é absolutamente correcta, impecável, sã e um passo ortodoxo para proteger os nossos interesses nacionais.

Passo a explicar. Como temos visto no Afeganistão, no Tajiquistão, no Uzbequistão e até no Norte do Cáucaso há uma tendência para o crescimento da influência do EIIL. E caso não estivéssemos já a combater o EIIL na Síria, então teríamos que o fazer na Ásia Central e, talvez até, no território da Federação Russa.

É esse o plano dos americanos. O fundamentalismo islâmico tem sido uma ferramenta tradicional na estruturação da geopolítica atlantista e americana, é algo óbvio. O Estado Islâmico é uma operação especial americana dirigida contra os oponentes da hegemonia americana no Médio Oriente, isto inclui-nos (principalmente) a nós.

Quando, a pedido de Assad, invadimos a Síria, regressamos uma vez mais à História, ao apelo diastólico do coração russo. Isto depois do torpor de Minsk, da indecisão, da hesitação, da negociação e de uma dúbia guerra de rufias. Depois de uma pausa sangrenta.

Observe-se o que está a acontecer agora. Estamos a bater-nos com a essência da seita fundamentalista, pró-americana e cripto-atlantista que é o EIIL, para lhe infligirmos um golpe o mais distante possível das nossas fronteiras. Caso contrário, acabaríamos por ter que o enfrentar aqui. Tal indica a presença de uma estratégia, de uma consciência geopolítica por parte da liderança do nosso país e isto é encorajador. O apoio a Assad também faz parte da Primavera Russa, a constatação da Rússia como um interveniente em vez de um mero objeto da História, um gesto que fortalecerá a nossa soberania.

A segunda é que, seja como for, a nossa fronteira com as repúblicas encontra-se controlada pelos nossos amigos da RPL e da RPD. [74]

Graças a Deus neste período de tempo não abdicamos de nada. Não salvámos tudo, mas também não perdemos nada. Que não tenhamos salvo é extremamente negativo, mas que não tenhamos perdido nada é muito bom (novamente a estratégia do copo meio cheio). A ausência de controlo

fronteiriço por parte do lado de Kiev é o indicador pelo qual tudo deve ser avaliado. Sim, vive-se lá um pesadelo. Sim, estamos a perder esta batalha, mas não a perderemos enquanto as repúblicas populares de Lugansk e Donetsk controlarem a fronteira. Ainda não perdemos tudo. Perdemos muito, mas não perdemos tudo. E como não perdemos tudo de uma vez, então não perdemos nada, como afirmava Cuzio Malaparte. Dizia este: “nada está perdido enquanto não tivermos perdido tudo”.

Outro ponto ainda. O facto de os nossos militares apoiarem Assad na Síria, embora real e eficazmente, não garante ainda um resultado (embora os resultados imediatos sejam de modo geral impressionantes e muito positivos). Assim sendo, os americanos têm um interesse vital na escalada das hostilidades em Donbass de modo a dificultar-nos ainda mais a situação. Seja como for, Poroshenko, que não recebeu grande apoio nas eleições mais recentes na Ucrânia, tem o mesmo interesse. Para ele, a guerra é a única maneira de se manter no poder.

A guerra em Donbass ser-nos-á imposta por Washington e Kiev. Serão eles, não nós, que apesar dos acordos de Minsk e de todas as nossas tentativas para evitar um confronto directo por todos os meios possíveis, que irão iniciar as hostilidades. Nessa altura, regressamos ao ponto que interrompi com este comentário acerca dos eventos mais recentes.

Como previa, a situação não terá outra solução além da defesa da Novorrússia contra a junta pró-americana e neo-nazi, que era e permanece como sendo uma junta, e cujo pescoço chegou a altura de estalar. Mais cedo ou mais tarde, iremos regressar à Novorrússia. Claro, já é tarde, mas não demasiado tarde. Quem controlar a fronteira da RPL e da RPD com a Rússia controla tudo.

Encontramo-nos no limiar de um novo ciclo, de uma nova etapa. Nós, russos, vimos já muitas coisas na História. Vimos czares diferentes, líderes, regimes diferentes e foram frequentes os recuos e os fins de linha históricos. Houve estagnações e incertezas, mas alcançámos sempre os nossos horizontes e sinto, agora, uma nova expansão da diastólica russa.

Razão pela qual quebro o silêncio analítico e me exprimo, mais calmamente, sobre temas que agora são do interesse de todo o povo russo, povo que todos sentem e compreendem estar também a lutar, sacrificando-se e combatendo pela nossa Pátria Maior.

Aleksandr Gelyevich, qual a sua opinião acerca dos Acordos de Minsk? Trata-se realmente de uma via para a paz? Afinal, há um número considerável de contradições fundamentais que estes não conseguiram sanear.

Os Acordos de Minsk na realidade não resolveram quaisquer contradições. Trata-se de ganhar tempo. Tanto nós como os ucranianos tentamos obter uma vantagem qualquer ao atrasar a batalha final.

Quisemos demonstrar à Europa que a Crimeia é nossa, mas que estávamos dispostos a negociar tudo o resto. Foi um tanto ou quanto imoral e não estou certo de que na realidade tenha tido algum resultado. De qualquer modo, foi a mensagem que emitimos, e aqueles que se encontram no topo tiveram a tarefa de demonstrar que as nossas intenções são pacíficas. O bombardeamento das cidades de Donbass, as pessoas assassinadas, o escárnio para com o povo da Novorrússia (já para não dizer das milícias) – parece-me um preço demasiado alto para essa demonstração, por isso sempre me mostrei contrário aos Acordos de Minsk. Não podem ser a solução para o problema, isso é óbvio. Ninguém em nenhum dos lados acredita neles.

Tentámos piscar um olho à Europa, para mostrar que “somos fabulosos” e pedir que “corram com os americanos”. Eles [os americanos] foram os causadores da situação ter chegado a um ponto tão crítico. Tal não resultou e nem podia resultar. A influência das elites atlantistas na Europa é muito forte, mas mesmo assim tentámos isto.

Quanto à Ucrânia, Poroshenko fez a mesma demonstração. Não era um jogo para os Americanos, mas para a Europa. Poroshenko quis afirmar: “estou a sentar-me com os russos à mesa das negociações. Vejam como somos democráticos e decentes ao ponto de discutirmos acordos de paz com ‘terroristas’, isto porque queremos estar na Europa”. Ou seja, Poroshenko não se quis afirmar perante a América mas antes perante a Europa. Nós e os ucranianos competimos numa batalha diplomática para atrairmos a Europa para o nosso lado. Mas tal não teve sucesso – feitas as contas não acreditaram em nós, e não acreditaram em nós depois da Crimeia, mas isto já se tinha tornado claro depois da Síria. É tudo uma questão de confiança e poder. Declaramo-nos como uma potência regional forte e soberana, agora temos que deixar que os outros o compreendam. Não por intermédio da diplomacia mas da nossa força. Historicamente tem sido demonstrado que caso sejamos fortes, têm-nos em conta, e caso sejamos fracos, ignoram-nos.

Portanto, não conseguimos persuadir a Europa, nem a conseguimos convencer por intermédio de umas negociações ridículas. Mas os nossos bombardeamentos aéreos contra o EIIL e outros terroristas na Síria já os convenceram.

Poroshenko não os convenceu e nós não conseguimos convencê-los porque a Europa desde o início não se envolveu realmente no Maidan de Kiev. Os americanos prometeram que seria tudo muito rápido na Ucrânia e os europeus não seriam inculcados de qualquer responsabilidade pelo que se está a passar. Mais, os americanos forçaram os líderes europeus (principalmente Hollande e Merkel) a participar no Maidan. É natural que os “jovens parceiros” ou, mais correctamente, os vassallos de Washington não tenham grande liberdade de acção.

Quando a Europa demonstrou ser cúmplice dos EUA e começou a impor sanções, compreendeu que o seu abastecimento de gás estava em xeque. Então a Europa recuou horrorizada tanto dos russos como dos ucranianos, preferindo que tudo voltasse a ser como sempre foi. O Quarteto da Normandia e as conversações de Minsk andaram em redor de sobre se seria possível ou não voltar atrás ou, pelo menos, prolongar o *status quo*. Agora, enquanto os Acordos de Minsk forem reconhecidos por todos, Poroshenko e Washington não têm outra saída a não ser quebrá-los unilateralmente e iniciar a batalha final pela posse de Donbass.

Para os americanos seria a maneira de nos distraírem da Síria, abrindo uma segunda frente que é também a única via para Poroshenko se manter no poder. Não é nada de pessoal: irão impor-nos essa guerra.

Iremos evitar esta guerra e agarrar-nos aos Acordos de Minsk pelas mesmas razões. Não precisamos de uma segunda frente, precisamos é que Poroshenko caia, mesmo que suavemente, antes que a Ucrânia colapse e Donbass seja novamente anexada pelo Estado nazi. Vamos evitar o conflito directo e suponho que comentários como este, meu, serão censurados pela esmagadora maioria dos principais órgãos de comunicação social. Já o vislumbramos e assim é.

Estamos a apostar em não permitir que os ucranianos nos imponham uma guerra nem lhes permitir que tenham a oportunidade de tomar o controlo da fronteira. É o principal indicador: enquanto as repúblicas da Novorrússia controlarem a fronteira, a situação pode ser considerada mais ou menos como normal, mas caso não consigam, será uma falha fundamental.

Há muitas coisas em jogo agora e a História encontra-se em aberto. Não resolvemos a questão da Novorrússia e limitamo-nos a atrasar a sua revolução. Recorda-nos de nós próprios. Do mesmo modo, os Acordos de Minsk, aos quais nos tentaremos agarrar, serão gradualmente destruídos e abolidos de maneiras diferentes. Iremos vê-lo em breve.

Quer isto dizer que não se encontra muito longe uma intensificação das hostilidades?

É inevitável. A guerra só pode ser atrasada durante algum tempo, e a Rússia está a esforçar-se para que assim seja. É que uma guerra agora não nos seria favorável, estamos menos prontos para esta do que estávamos há um ano.

Não é possível um cenário semelhante ao da Ossétia? No caso da violação de todos os acordos o lado ucraniano irá atacar as jovens repúblicas, então a Rússia, tal como nos casos da Abcázia e da Ossétia do Sul, irá trazer tropas e reconhecer a independência destas com o intuito de forçar o agressor a fazer a paz?

Seria o mais correcto. Este cenário era extremamente relevante no início da Primavera Russa. De facto, neste cenário presumia-se que não só existiria um controlo geopolítico, mas que essas regiões retornariam ao espaço da Grande Rússia, trazendo consigo um novo espírito e o despertar da luz russa. Esta dimensão idealista, extremamente importante, perdeu-se por completo na subsequente negociação dos interesses russos. Esta negociação talvez se justificasse, em parte, dum ponto de vista diplomático, como sendo a preparação para a batalha final. Julgo que não, mas estou pronto para o aceitar.

Mas há outro lado. Ao começar a negociar, infligimos um golpe profundo na dimensão espiritual da Primavera Russa e na ideia da Novorrússia. É irreversível. Dum ponto de vista técnico, tático e distante tal pode ser racionalizado com algumas razões, mas dum ponto de vista espiritual tratou-se de um crime moral quando não optámos por um cenário como o da Ossétia-Abcázia mal as forças punitivas ucranianas começaram a bombardear as cidades da Novorrússia, destruindo em massa a população pacífica – todos vimos essas imagens. A nossa reacção era moralmente óbvia, mas tomamos uma decisão diferente. Ou seja, no aspecto dos

interesses nacionais ainda não falhámos, mas saímos-mos muito pior em termos de valores.

A este respeito, os Acordos de Minsk são uma ferramenta imoral, uma peculiaridade dos interesses compreendidos, mas despojados de quaisquer valores para os dois lados. Trata-se de um empreendimento estritamente pragmático. Há pessoas para as quais a História não passa de um tecnicismo, já eu acredito no espírito da História. Existem preceitos civilizacionais que é impossível sacrificar por interesses tecnicistas, mesmo os mais peculiarmente e controversamente compreensíveis.

Consequentemente, os Acordos de Minsk são uma pausa moralmente duvidosa. Mas vamos mantê-los uma vez que já iniciámos esse jogo. Há um problema com os valores, mas pelo menos concretizaram-se os interesses.

É necessário reconhecer uma verdade simples: não vão deixar-nos em paz e o melhor seria reconhecer já isso. A História é sempre uma escolha, muitas vezes uma escolha tomada perante a morte. As pessoas normais tentam escapar-lhe e barricar-se o mais longe possível dos problemas, mas quando um governo se comporta como um leigo, então esse governo será transitório. A História surge quando a cúpula do poder vertical toma uma decisão existencial – histórica – e tal significa olhar a morte nos olhos.

É possível tentar fugir, mas a História apanha-nos sempre e há indícios de que esteja preste a apanhar-nos. Pelo menos não podemos deixar a Síria sem uma vitória. Se nos desafiarem e rasgarem os Acordos Minsk em Donbass, nesse caso não iremos precisar de uma vitória mas de duas. Estou certo de que estamos preparados para isso e que as conseguimos atingir. Mas vamos ter que abandonar a política do copo meio cheio.

O nosso povo grandioso e exército valentes têm força, estamina e coragem suficiente para grandes vitórias. Uma coisa diferente é a liderança política do país ter cérebro, coragem e vontade suficiente para o fazer. Estas questões colocam-se agora perante eles, veremos como essas pessoas se comportam perante este apelo por parte da História. Acharão que devem outros arrecadar com a responsabilidade daquilo com que se deparam. É assim. Mas serão julgados perante o tribunal da História. E o julgamento da História é algo assustador. É como um julgamento de Deus e é impossível recorrer ao suborno ou a um estratagema administrativo.

20 de Outubro de 2015

[1] Traduzimos o termo russo *prostranstvo* como “espaço”. O termo equivalente em alemão seria *Raum* – NDT.

[2] Dugin, A.G.; *Geopolitics*.

[3] O autor faz a distinção entre *Russkii* e *Rossiiskii*. A última, por oposição à primeira, refere-se normalmente à noção de pertença a um Estado-nação, a Federação Russa. A primeira, por sua vez, refere-se à noção mais ampla da identidade etno-social. Quando possível, traduzimos a última como “da Federação Russa”, quando tal não foi possível incluímos em parêntesis rectos o termo russo original. – NDT.

[4] Região Central, de maior relevo. – NDT.

[5] Mackinder H. *The Geographical Axis of History*; Mackinder, H. *Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction*.

[6] Ratzel F. *Die Erde und das Leben*. Leipzig, 1902.

[7] Dugin A. G.; *Foundations of Geopolitics*.

[8] Leontiev M. *The Big Game*. St. Petersburg: Astrel'-SPB, 2008.

[9] Vernadsky V. *Outline of Russian History*. SPB: Lan', 2000.

[10] Sorokin P. *The Social and Cultural Dynamic*. M: Astrel', 2006.

[11] A loja mais numerosa do Grande Oriente dos Povos da Rússia entre 1912-1916 era indubitavelmente a loja da Duma “a Rosa”, na qual ingressaram em 1912 os deputados maçons da 4ª Duma Estatal. Foi fundada a 15 de Novembro de 1912. A sua principal diferença da 3ª Duma consistia num decréscimo explícito do centro (o número de outubristas na Duma foi radicalmente reduzido: em vez de 120, permaneceram somente 98, enquanto que o número de direitistas aumentou de 148 para 185 e o de esquerdistas, cadetes e progressivos de 98 para 107). A demarcação das forças políticas na Duma intensificaram-se e com esta as esperanças governamentais quanto à criação de uma maioria pró-governo desmoronaram-se. De ano para ano, a 4ª Duma Estatal opôs-se cada vez mais à liderança e, para além disso, aumentava o tom do criticismo não só à esquerda mas também à direita.

O outubrista M. V. Rodzianko assumiu a presidência da 4ª Duma Estatal. Existiam pelo menos 23 maçons na 4ª Duma Estatal: V.A. Vinogradov, N.K. Volkov, I.P. Demidov, A.M. Kolyubakin, N.V. Nekrasov, A.A. Orlov-Davidov, V.A. Stepanov, F.F. Kokoshin, K.K. Chernosvitov, A.I. Shingarev, F.A. Golovin, D.N. Grigorovich-Barsky, N.P. Vasilenko, F.R. Steinheil, A.N. Bokeikhanov, A.A. Svechin, E.P. Gegechkori, M.I. Skobelev, N.C. Chkheidze, A.I. Chkhenkeli, I.N. Efremov, A.I. Konovalov, A.F. Kerensky. Todos eles, como vimos, constituíam a loja “a Rosa”. O progressista I.N. Efremov era quem a dirigia.

Condição determinante para ser admitido na loja da Duma não era a filiação partidária dos deputados, como era costume nas facções da Duma, mas precisamente a sua filiação organizacional a uma loja maçónica.

“Na 4ª Duma Estatal”, testemunhou o ex-maçom L.A. Velikhov, “ingressei na dita associação maçónica, na qual se encontravam os representantes dos progressistas de esquerda (Efremov), os cadetes esquerdistas (Nekrasov, Volkov, Stepanov), os *trudoviks* (Kerensky), os sociais-democratas (Chkheidze, Skobelev) e o objectivo assente foi a criação de um bloco constituído por todos os

partidos da oposição na Duma para o derrube da autocracia”. Para além dos cadetes acima mencionados L. A. Velikhov, Volkov, Nekrasov e Stepanov, também ingressaram V. A. Vinogradov, I. P. Demidov, A. M. Kolyubakin, A. A. Orlov-Davidov e V. A. Stepanov. Dos mencheviques, E. P. Gegechkori, M. I. Skobelev, N. C. Chkheidze, A. I. Chkhenkeli; dos progressistas, I. N. Efremov and A. I. Konovalov; dose *trudoviks*, A. F. Kerensky. Serkov A.I. *The History of Russian Freemasonry 1845-1945*. SPB., 1997.

[12] Uma tradução mais vulgar é a de Conselho dos Comissários do Povo.

[13] Mackinder H. J. *Democratic Ideals and Reality*. N.Y. 1942.

[14] Cordão sanitário, em francês no original. NDT.

[15] Ibid.

[16] Blouet B. W. *Sir Halford Mackinder as British High Commissioner to South Russia 1919-1920* / *Geographical Journal*, 142 (1976). pp. 228-236.

[17] Ibid.

[18] Savitskii P. N. *Outlines of International Relations*. / Savitsky P. N. *The Continent Eurasia*. M.: Agraf, 1997. pp. 382-398.

[19] Ibid, p. 390.

[20] Dugin A. G. *Foundations of Geopolitics*. M., 2002.

[21] Aralov S. I. *Memoirs of a Soviet Diplomat 1922-1923*. M., 1960.

[22] Haushofer K. *The Continental Bloc Berlin-Moscow-Tokyo* / Dugin A. *The Foundations of Geopolitics*. M.: Arctogaia-center, 2000. pp. 825-836.

[23] Savitskii P. N. *The Geographical and Geopolitical Foundations of Eurasianism* / Savitskii P. N. *The Continent Eurasia*. pp. 295-303.

[24] Stalin J. B. *On the Foundations of Leninism* / Stalin J. B. *Essays*. Vol 6. M: OGIZ; State Publisher of Political Literature, 1948.

[25] Stalin J. B. *The October Revolution and the Tactics of the Russian Communists* / Stalin J. B. *Essays*, Vol 6.

[26] Preve C. *Filosofia e Geopolitica*. Parma: Edizioni all'insegna del Veltro, 2005.

[27] Argursky M. A. *The Ideology of National-Bolshevism*. M: Algorithm, 2003.

[28] Mackinder H. J. *The Round World and the Winning of the Peace*. / *Foreign Affairs*. 1943. No. 21.

[29] Thiriart J. *Un Empire de quatre cents millions d'hommes, l'Europe*. Nantes: Avatar Editions, 2007.

[30] Thiriart J. *Euro-Soviet Empire* [fonte electrónica].
http://www.gumer.info/bibliotek_Buks/Polit/Article/tir_evrsov.php
Visitado a 03/11/2011.

[31] Snesev A. E. *Afghanistan*. URL: <http://a-e-snesev.narod.ru/trudi/afghanistan.html>
(consultado em 03/09/2011).

- [32] A. P. Shevyakin. *The Riddle of the Death of the USSR*. M: Veche, 2004.
- [33] Fundado em 1976 como filial do Instituto Internacional dos Sistemas Analíticos Aplicados (IIASA) sob os auspícios do Clube de Roma; a principal subdivisão do IIASA era em Viena.
- [34] Chesterton G.K. *The Everlasting Man* / Chesterton G.K. *Collection of Essays*. STP: Amphora, 2008. [Edição portuguesa: *O Homem Eterno*, Alêtheia, 2009 – NDT].
- [35] Testemunhamo-lo no destino de políticos como J. Burnham e ainda, de modo ainda mais evidente, no histórico das tendências ideológicas dos actuais neo-conservadores americanos, que evoluíram do trotskismo radical para o ultra-liberalismo, para o imperialismo e para uma indisfarçável hegemonia capitalista.
- [36] Mackinder, J.H. *Democratic Ideals and Reality*, N.Y. 1942
- [37] Krauthammer, C. *The Unipolar Moment*, Foreign Affairs. America and the World. 1990/1991
- [38] Roberts, J. M. *The Triumph of the West: The Origin, Rise, and Legacy of Western Civilization*. Boston: Little Brown, 1985.
- [39] Ibid.
- [40] Drury Shadia B. *Leo Strauss and the American Right*. London: Palgrave Macmillan, 1999.
- [41] Dorrien G. *Benevolent Global Hegemony: William Kristol and the Politics of American Empire*. www.logosjournal.com [electronic resource]. URL: <http://www.logosjournal.com/dorrien.htm> (acessado em 03/11/2011).
- [42] Kristol William, Kagan Robert. *The Tepid Consensus*// Foreign Affairs, July/August 1996.
- [43] Vance Laurence M. *The Burden of Empire*. NY: Vance Publications, 2004.
- [44] Kristol William, Kagan Robert. *Toward a Neo-Reaganite Foreign Policy*// Foreign Affairs, July/August 1996.
- [45] Drury Shadia. *Leo Strauss and the American Right*. Op. cit.
- [46] Poltoranin M. N. *Authority in the TNT Equivalent, The Heritage of Czar Boris*. M: Eksmo: Algorithm, 2010.
- [47] Abdulatipov R. *Federology*. SPB, Peter. 2004
- [48] Tishkov V. *On Nations and Nationalism*. // Free Thought. 1996. No. 3.
- [49] Mackinder H. J. *The Round World and the Winning of Peace*. // Foreign Affairs. 1943. No 21.
- [50] Brzezinski Zbigniew. *A Geostrategy for Eurasia*. // Foreign Affairs. September/October 1997.
- [51] Kolokotov N. P., Popov, N. G. *Problems of Strategy and the Operative Art*. M: The Military Academy of the General Staff of the Armed Forces, 1993.
- [52] Dugin A. *Foundations of Geopolitics*. M: Arctogaia-centre, 2000.
- [53] Collins Aukai. *My Jihad: An American Mujahid's Amazing Experiences in the World of Jihad, Osama Bin Laden's Camps and the CIA*. NY: Lyons Press, 2002.
- [54] Boris Berezovsky (Logo Vaz), Mikhail Khodorkovsky (Rosprom Group, Menatep), Mikhail Fridman (Alfa Group), Pyotr Aven (Alfa Group), Vladimir Gusinsky (Most Group), Vladimir Potanin (UNEXIM Bank), Alexander Smolensky (SBS-Agro, Bank Stolichny). O termo "Reign of

the Seven Bankers” [смибанкирщина] foi cunhado pelo jornalista A. Fadin. Fadin A. *The Reign of the Seven Bankers as a New-Russian variant of the Reign of the Seven Boyars*. // General Newspaper. November 14, 1996.

[55] *The Geopolitics of Terror*, M: OPOD “Eurasia”, 2001.

[56] Investigador Sênior na americana “Heritage Foundation”, especialista no estudo da segurança energética da Rússia, Eurásia e internacional.

[57] Director do programa russo-eurasiático e investigador sênior na Carnegie Foundation for International Peace USA.

[58] Director da secção da Europa e Eurásia do “Eurasia Group”.

[59] Chefe da “secção russa” do National Intelligence Council.

[60] G. Sharp. *From Dictatorship to Democracy: The Strategy and Tactics of Liberation*. M. Novoe Izdatel'stvo, 2005.

[61] Alexandrov A., Murashkin M., Kara-Murza S., Telegin S. *The Export of Revolution, Saakashvili, Yushchenko...* M.: Algorithm, 2005.

[62] Putin V. V. Statement and Discussion at the Munich Conference on Security Policy-
<http://archive.kremlin.ru> 10.02.2007 [electronic resource] URL:
http://archive.kremlin.ru/appears/2007/02/10/1737_type63374type63376type63377type63381type82634_118097.shtml (acessado a 05.11.2005).

[63] McCain John. *American Must Be A Good Role Model* / Financial Times. 18.03.2008

[64] Perkins John. *Confessions of an Economic Hit Man*. M.: Pretext, 2005

[65] <http://www.cfr.org/us-strategy-and-politics/conversation-dmitry-medvedev-video/p17779>

[66] <http://www.cfr.org/global-governance/world-21st-century-addressing-new-threats-challenges-video/p8742>, <http://www.cfr.org/russian-fed/world-21st-century-addressing-new-threats-challenges/p7611>

[67] <http://www.cfr.org/russian-fed/conversation-sergey-b-ivanov-video/p24578>

[68] <http://www.newsland.ru/news/detail/id/653351/>

[69] Dugin A. G. *Nursultan Nazarbayev's Eurasian Mission*. M., 2004.

[70] *The Eurasian Mission (policy materials)*. Moskva, 2005.

[71] Dugin A. G. *Ethnosociology*. M.: Academic Project, 2011.

[72] Dugin A. G. *Russian Thing*. M.: Arctogaia, 2001.

[73] <http://www.novorosinform.org/> e <http://fortruss.blogspot.pt/>

[74] República Popular de Lugansk e República Popular de Donetsk.